

EDITORA IN VIVO



ECONOMIA

E

RURALIDADES

Estudos Diversos

Organizadoras:

ANTONIA LEUDIANE MARIANO IPOLITO

FRANCISDALVA ROSA DE JESUS

ISADORA GOMES RIBEIRO

MARIA VANESSA SILVA DOS REIS



ECONOMIA E RURALIDADES: ESTUDOS DIVERSOS

ANTONIA LEUDIANE MARIANO IPOLITO

FRANCISDALVA ROSA DE JESUS

ISADORA GOMES RIBEIRO

MARIA VANESSA SILVA DOS REIS

(Organizadoras)



2022

2022 by Editora In Vivo
Copyright © Editora In Vivo
Copyright do Texto © 2022 O autor
Copyright da Edição © 2022 Editora In Vivo



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) (CC BY 4.0).
O conteúdo desta obra e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Editor Chefe

Dr. Everton Nogueira Silva
Diretora Técnico-Científica
MSc. Marisa Guilherme da Frota

Conselho Editorial

1 Colégio de Ciências da Vida

1.1 Ciências Agrárias

Dr. Aderson Martins Viana Neto
Dra. Ana Paula Bezerra de Araújo
MSc. Edson Rômulo de Sousa Santos
Dr. Fágner Cavalcante P. dos Santos
MSc. Filomena Nádia Rodrigues Bezerra
Dra. Lina Raquel Santos Araújo
Dr. Luis de França Camboim Neto
MSc. Maria Emília Bezerra de Araújo
MSc. Yuri Lopes Silva

1.2 Ciências Biológicas

Dra. Antonia Moemia Lúcia Rodrigues Portela

1.3 Ciências da Saúde

Dra. Ana Luiza M. Cazaux de Souza Velho
Dr. Isaac Neto Goes Silva
Dra. Maria Verônyca Coelho Melo
Dra. Paula Bittencourt Vago
MSc. Paulo Abílio Varella Lisboa
Dra. Vanessa Porto Machado
Dr. Victor Hugo Vieira Rodrigues

2 Colégio de Humanidades

2.1 Ciências Humanas

Dra. Alessandra Maria Sousa Silva
MSc. Francisco Brandão Aguiar
MSc. Julyana Alves Sales

2.2 Ciências Sociais Aplicadas

MSc. Cícero Francisco de Lima
MSc. Erivelton de Souza Nunes
Dra. Maria de Jesus Gomes de Lima
MSc. Maria Rosa Dionísio Almeida
MSc. Marisa Guilherme da Frota

3 Colégio de Ciências Exatas, Tecnológica e Multidisciplinar

3.1 Ciências Exatas e da Terra

MSc. Francisco Odécio Sales
Dra. Irvila Ricarte de Oliveira Maia

3.2 Engenharias

MSc. Amâncio da Cruz Filgueira Filho
MSc. Gilberto Alves da Silva Neto
MSc. Henrique Nogueira Silva
Dr. João Marcus Pereira Lima e Silva
MSc. Ricardo Leandro Santos Araújo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - CIP

I65e Ipolito, Antonia Leudiane Mariano.
Economia e ruralidades [livro eletrônico]: estudos diversos. / Organizadores: Antonia Leudiane Mariano Ipolito, ... [et. al.]. Fortaleza: Editora In Vivo, 2022.
104 p.

Bibliografia.
ISBN: 978-65-87959-08-5
DOI: 10.47242/978-65-87959-08-5

1. Economia. 2. Ruralidades. 3. Economia – estudos diversos I. Título. II. Organizadores

CDD 330

Denise Marques Rodrigues – Bibliotecária – CRB-3/CE-001564/O

APRESENTAÇÃO

A economia envolve diversas temáticas, permitindo diferentes estudos que buscam contribuir com a análise das várias situações ocorridas em nosso meio e, conseqüentemente, contribuir com as sugestões e as perspectivas que visam o desenvolvimento.

O meio rural possui uma considerável contribuição para a economia do País, e envolve uma diversidade de atores sociais que participam ativamente para seu desenvolvimento. Desta forma, sua complexidade implica em visualizá-lo também sob perspectivas diferentes.

Esta obra possui estudos diversos nas áreas da Economia e do Meio Rural, que perfazem concepções singulares sobre cada área pesquisada, evidenciando conhecimentos multidisciplinares.

Contudo, ainda que atuem sob óticas diferenciadas, tais estudos compõem uma rede una, que buscam cooperar com o desenvolvimento de novas pesquisas voltadas para a análise do Meio Rural; Empreendedorismo e Microcrédito; Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM); Disparidade Salarial; Educação Financeira e a relação com determinantes socioeconômicos e; a Produção de soja no cerrado Piauiense.

Espera-se que este livro possa abrir novos olhares na busca da ampliação do conhecimento científico e no entendimento das complexidades existentes e, desta forma, contribuir significativamente com o aprendizado daqueles que apreciam os assuntos abordados e, assim, usarem como inspiração para implementarem em suas realidades.

Tenham uma boa leitura!

Antonia Leudiane Mariano Ipolito

Francisdalva Rosa de Jesus

Isadora Gomes Ribeiro

Maria Vanessa Silva dos Reis



SUMÁRIO

Capítulo 1 - DOI: 10.47242/978-65-87959-08-5-1

Autores: Francisdalva Rosa de Jesus e Roberio Telmo Campos.

COVID-19: UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS NA PRODUÇÃO DE SOJA NO CERRADO PIAUIENSE..... 05

Capítulo 2 - DOI: 10.47242/978-65-87959-08-5-2

Autores: Antonia Leudiane Mariano Ipolito e Isadora Gomes Ribeiro.

DISPARIDADE SALARIAL ENTRE HOMENS E MULHERES E ENTRE REGIÕES: UMA ABORDAGEM MODELO LOG-LINEAR..... 23

Capítulo 3 - DOI: 10.47242/978-65-87959-08-5-3

Autores: Antonia Leudiane Mariano Ipolito e Isadora Gomes Ribeiro.

GESTÃO DO INVESTIMENTO PÚBLICO: UMA ANÁLISE DOS GASTOS PÚBLICOS SOBRE O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL PARA O ESTADO DO CEARÁ..... 42

Capítulo 4 - DOI: 10.47242/978-65-87959-08-5-4

Autores: Francisdalva Rosa de Jesus, Maria Vanessa Silva dos Reis e Roberio Telmo Campos.

O IMPACTO DO MICROCRÉDITO SOBRE O EMPREENDEDORISMO FEMININO NO PERÍODO PANDÊMICO..... 53

Capítulo 5 - DOI: 10.47242/978-65-87959-08-5-5

Autores: Maria Vanessa Silva dos Reis e Roberio Telmo Campos.

DETERMINANTES DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA: UMA ANÁLISE DA INFLUÊNCIA ENTRE AS VARIÁVEIS SOCIOECONÔMICAS E AS DIMENSÕES FINANCEIRAS NO TERRITÓRIO DO MACIÇO DE BATURITÉ – CEARÁ..... 75

SOBRE OS ORGANIZADORES..... 100

ÍNDICE REMISSIVO..... 104



COVID-19: UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS NA PRODUÇÃO DE SOJA NO CERRADO PIAUIENSE

Francisdalva Rosa de Jesus

E-mail: francisdalva.rosa@ifpi.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6422-639X>

Roberio Telmo Campos

E-mail: roberiotcampos@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1393-987X>

Informações sobre o

artigo:

Recebido em:

06/05/2022

Aceito em:

10/05/2022

Data de publicação:

03/06/2021

Palavras-chave:

Agronegócio

Covid-19

Economia

Pandemia

RESUMO

A crise mundial decorrente do surto pandêmico da Covid-19 não tem precedente e influencia o funcionamento de praticamente todos os setores da economia. O Brasil é um país imenso e nem todos os setores puderam realmente parar por conta da pandemia. Essa “nova” situação impactou, tanto os processos de produção, quanto às transações comerciais rotineiras. E no agronegócio não foi diferente, causando efeitos em todos os níveis dos processos produtivos. Assim, tem-se por objetivo analisar os impactos ocorridos na produção de soja, durante o primeiro ano da pandemia da COVID-19, no Cerrado Piauiense. O estudo foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica baseada em artigos, jornais, revistas e outros meios de comunicação virtual, de ampla e rápida disseminação, que abordam a pandemia da COVID-19 e dados dos seus efeitos sobre o setor. O estudo confirma que o agronegócio da soja no cerrado piauiense mostra-se forte, pois apresentou bons resultados em meio a um período de retração econômica e inúmeros desafios acarretados pelos impactos da pandemia. Verifica-se que mesmo com o aumento do valor dos insumos a produção seguiu em crescimento

COVID-19: AN ANALYSIS OF THE IMPACTS ON SOYBEAN PRODUCTION IN THE CERRADO OF PIAUIENSE

ABSTRACT

The global crisis resulting from the Covid-19 pandemic outbreak is unprecedented and influences the functioning of virtually all sectors of the economy. Brazil is a huge country and not all sectors could really stop because of the pandemic. This “new” situation impacted both production processes and routine business transactions. And in agribusiness it was no different, causing effects at all levels of production processes. Thus, the objective is to analyze the impacts on soybean production, during the first year of the COVID-19 pandemic, in the Cerrado Piauiense. The study was carried out through bibliographic research based on articles, newspapers, magazines and other broad and fast-spreading online media that address the COVID-19 pandemic and

Keywords:
Agribusiness
Covid-19
Economy
Pandemic

data on its effects on the sector. The study confirms that soy agribusiness in the Piauí Cerrado is strong, as it has presented good results amid a period of economic downturn and numerous challenges caused by the impacts of the pandemic. It can be seen that even with the increase in the value of inputs, production continued to grow.

1 INTRODUÇÃO

Desde o final do ano de 2019, o mundo vem sofrendo com a pandemia da COVID-19 e, no Brasil, mais precisamente, das pessoas, fazendo com que a população tivesse que se adequar a novas formas de sobrevivência. A partir do início do ano de 2020, o vírus se disseminou, trazendo inúmeros casos graves da doença e muitas mortes, pois até então não se sabia praticamente nada sobre o vírus e nem como ele reagiria nos organismos.

Na ausência de medicamentos e métodos que contivessem a COVID-19, a Organização Mundial da Saúde (OMS) definiu o distanciamento social, como melhor método para reduzir a velocidade de contágio (LAU *et al.*, 2020). E assim, quem poderia realizar seu trabalho em casa, estaria podendo realizar, mas como muitos não tiveram esse privilégio, vários empreendimentos fecharam, aumentando ainda mais o número de desempregados no Brasil.

A priori, poder-se dizer que, a pandemia não está afetando o setor alimentar. Não obstante, já foram registrados problemas de distribuição, escoamento da produção, logística de acesso e contaminações em unidades de processamento. E não são poucos os agricultores que deixaram de colher sua safra, porque não havia para quem vender, uma vez que muitos dos compradores suspenderam as compras ou até mesmo o acesso aos espaços usuais de venda, como feiras livres e outros, foram proibidos. (SCHNEIDER *et al.*, 2020).

O país se consolidou como um dos grandes players do agronegócio mundial, nos últimos tempos, ultrapassando inclusive os Estados Unidos na produção de soja. Mas a crise sanitária da covid-19 pegou a todos de surpresa, não mexendo apenas com a saúde da população, mas também com a economia mundial, abrangendo todos os setores.

Diante deste contexto, norteia-se o seguinte questionamento: Durante o primeiro ano da pandemia da covid-19, houve mudança na produção de soja no Cerrado Piauiense? Quais mudanças ocorreram no cenário do agronegócio do Cerrado Piauiense, na safra de 2020, em decorrência da pandemia? Houve aumentos no custo de produção? Teve mudanças

nos dados da produção de soja no ano de 2020, ano de pandemia, em relação ao ano de 2019?

A necessidade de analisar esta problemática e dar resposta as questões levantadas foi o motivo de escolha do objetivo deste estudo que é de analisar os efeitos ocorridos na produção de soja, durante o primeiro ano da pandemia da COVID-19, no Cerrado Piauiense.

Portanto, este estudo sinaliza continuidade, já que a construção do conhecimento é processual. Nesse sentido, “a organização, a sistematização de experiências e sua discussão, são extremamente importantes e úteis porque mostram, ademais, que qualquer processo de conhecimento eficaz tem que ser social e coletivo” (NETTO; SOUSA, 2020, [s.d.]).

A estrutura do artigo está segmentada em várias partes, começando pela introdução, dando destaque, os três blocos do referencial teórico. Apresenta-se o cenário da covid-19, aborda-se o agronegócio e a produção de soja nos dois últimos anos, envolvendo o primeiro ano da pandemia e o ano anterior a mesma. As demais seções são dedicadas aos métodos utilizados para a realização da análise, assim como a discussão dos resultados, enquanto que a última seção consta as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Pandemia da Covid-19 (SARS-CoV-2)

O novo corona vírus (SARS-CoV-2), registrado em 2020 em nível mundial, produziu uma doença respiratória, que apresenta um espectro clínico, variando de infecções assintomáticas a quadros graves. Em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou estado de pandemia, e o mais preocupante diante esse fato, foi porque não existiam planos estratégicos para serem aplicados a essa pandemia, por não ter precedentes. Um dos maiores desafios sanitários deste século foi a pandemia da covid-19 (COSTA; OLIVEIRA, 2020).

A recomendação da Organização Mundial de Saúde (OMS), para que a doença não dissemine e atinja toda a população, foi que, se evitem aglomerações; portanto, ficar em casa para aqueles que dispõem desse bem, é imprescindível. Com essa atitude, criticada pelos governos de muitos países, a exemplo dos Estados Unidos e o Brasil, a crise econômica do sistema capitalista, que já estava por acontecer, tomou uma grande proporção (SOUSA, 2020).

A globalização de fato, foi uma das razões pelas quais a Covid-19 alcançou de forma tão rápida e impactante, as populações dos diversos continentes. Diante disso, os efeitos e impactos da pandemia tiveram um alcance de escala global, de forma muito rápida após terem sido diagnosticados os primeiros casos em Wuhan, província de Hubei, na China. Assim, para compreender, os potenciais efeitos e repercussões da pandemia sobre a agricultura e o setor alimentar do Brasil, é preciso tomar como referência, o alcance global e sistêmico do problema. (SCHNEIDER *et al*, 2020).

Segundo Schneider *et.al* (2020), o Banco Mundial (2020) fez projeções que indicaram os impactos da pandemia da Covid-19, com redução em 5,2% no crescimento econômico global em 2020. Para as economias avançadas, a projeção foi de queda de 6,1% para os Estados Unidos da América, 9,1% para a Zona do Euro, e 6,1% para o Japão. Entre as economias emergentes a projeção foi de retração de 6% para a Rússia e crescimento de 1% para a China. Para a América Latina como um todo o Banco Mundial a queda projetada foi de 7,2%.

Os mesmos autores, ainda relatam que, em relação ao comércio internacional, a Cepal (2020) estimou queda de 17% no acumulado entre janeiro e maio de 2020, em relação ao mesmo período de 2019, e projetou para o ano de 2020 queda de 23% nas exportações da América Latina e Caribe, sobre o valor comercializado. Essa redução refletiu em queda das exportações para os Estados Unidos em 22,2%, para a União Europeia, em 14,3%, e para a própria região, em 23,9%. As análises da Cepal-Opas (2020) indicaram que a recessão nos países da América Latina e Caribe seria acompanhada de um aumento no desemprego, que poderia atingir 13,5%.

A nota técnica da OIT (2020) alertava que a redução na taxa de ocupação aumentaria o número de pessoas que procuravam emprego, de 26 milhões para 41 milhões de pessoas, acompanhada da deterioração na qualidade do emprego e da queda na renda.

Todos esses dados, são reflexos do que aconteceu e está acontecendo na economia mundial, especialmente no agronegócio brasileiro, que é responsável, por boa parte da produção de alimentos, para o País e para o mundo. Em seguida, descreve-se, especificamente, o que ocorreu com toda essa mudança no cenário nacional e mundial.

2.2 Produção agrícola (soja) na pandemia

Com a necessidade de alcançar o objetivo desejado conduziu-se a uma reflexão crítica do modelo agrícola implantado no Brasil e no Cerrado Piauiense, no período da pandemia da COVID-19. Desse modo, são abordadas informações sobre a produção agrícola

ocorrida neste período.

A agricultura sob o capitalismo monopolista mundializado, passou a estruturar-se contra os subsídios, conseqüentemente, contra a agricultura de base familiar camponesa, mas centrado sobre alguns pilares: a) a produção de *commodities* – com o objetivo de transformar toda produção do campo, a exemplo do milho, arroz, soja, algodão, cacau, café, açúcar, suco de laranja, farelo, óleo de soja, etanol e o boi gordo em produção de mercadorias para ofertá-las ao mercado mundial; b) as bolsas de mercadorias e futuro, passaram a ser, o centro regulador dos preços mundiais das *commodities*. Por esse veículo, mesmo com a pandemia, foram exportados do Brasil para China no primeiro trimestre de 2020 um total de 102 milhões de toneladas de milho com parte da safra negociada para 2021 e 122 milhões de toneladas de soja (SOUSA, 2020).

De acordo com Sousa (2020), o sistema alimentar globalizado, na realidade, fragiliza os países num contexto de restrição de mobilidade como o de uma pandemia. Desse modo, não adianta o Brasil ser o maior produtor de soja, milho, etanol, açúcar e gado bovino, se eles não chegam à mesa da população, justamente porque não é o agronegócio, mas, a agricultura familiar a responsável por 70% da alimentação de trabalhadores e trabalhadoras, seja no campo ou na cidade.

E são esses agricultores da agricultura familiar, ao contrário do agronegócio, em plena expansão com a pandemia, que se encontram com dificuldades de escoar sua produção no momento, em virtude do fechamento das feiras livres, por essas terem diminuído drasticamente seu público, dos restaurantes ou ainda outros locais públicos de alimentação e, também, pela suspensão das aquisições de alimentos para as escolas, por estarem sem funcionar.

O efeito do isolamento atingiu também o escoamento de insumos e a produção agrícola brasileira, causando problemas logísticos e a perda de produção. Diante deste cenário, as dificuldades e desafios se tornaram mais acentuados, provocando o fechamento temporário de importantes setores ligados direta ou indiretamente ao agronegócio, como os frigoríficos e a paralisação de empresas de transportes, provocando problemas de escoamento dos produtos e alimentos (CARDOSO; COSTA, 2020). O fechamento das empresas que fornecem serviços de manutenção a frota de veículos de transporte rodoviário, foi outro fator que também interferiu na logística e na distribuição dos produtos brasileiros (GUERRA, 2020).

As medidas de controle e de restrições da pandemia afetaram negativamente todo

o sistema produtivo, causando paralização total nos embarques e desembarques de produtos, especialmente, aqueles de origem internacional, devido à insegurança, prejudicando o trânsito e o suprimento de alimentos entre os países (JAIME, 2020). A população se viu numa situação de possível desabastecimento e de uma possível escassez de alimentos e de produtos em geral. Assim, com receio de que a falta de produtos alimentares e de higiene não fossem ofertados, em diversas partes do mundo, houve uma grande onda de “compras de pânico”, em que as pessoas começaram a estocar alimentos, causando assim, um desabastecimento de determinados produtos e, conseqüentemente, o aumento dos produtos, alguns de maneira bem exagerada (SIPIONI *et al.*, 2020).

Mais de 70% de insumos agropecuários, são importados pelo Brasil. E, devido à alta do dólar ter provocado reações positivas nas exportações de produtos brasileiros, essa realidade começou a mudar, quando se olha para a necessidade de importação de insumos e dependência de máquinas e componentes, que não poderiam ser fabricados no Brasil. Assim, os consumidores sentiram o impacto nos custos de produção na hora da compra dos alimentos. E o plano de colheita deve considerar todos esses aspectos que influenciam a produção, a demanda, a exportação e a importação de produtos do agronegócio (SILVA; RODIRGUES; YAMASHITA, 2021).

Quanto ao resultado das exportações brasileiras nesse período, se verifica que, o aumento nas exportações se concentra na soja, nos derivados da cana-de-açúcar, carnes bovina e suína, algodão e gorduras e óleos vegetais. Os demais produtos e derivados da agropecuária, da mesma forma que, os manufaturados em geral, estão com suas vendas para o exterior em queda (SCHNEIDER *et al.*, 2020).

As perspectivas macroeconômicas para o agronegócio, mesmo diante do cenário pandêmico, são vistas, com muita expectativa positiva. O IPEA apontou um crescimento de 1,5% para o ano de 2021. A CONAB previu aumento de 3,1% na produção dos grãos, com destaque positivo para soja com 7,1%. Porém, o arroz e o feijão, que compõem a alimentação básica, de todo o brasileiro, tiveram previsão de queda de 2,5% e de estabilidade para o milho. Já na pecuária, a expectativa é aumento de 5,5%, e para a produção de suínos, espera-se um aumento de 3,5% (BARROS; CASTRO, 2021; SILVA; RODIRGUES; YAMASHITA, 2021).

Segundo os dados pesquisados, a posição do Brasil tende a oscilar no contexto da pandemia da Covid-19, assim como seus efeitos poderão ser distintos. De um lado, em nível nacional, as quedas no emprego e da ocupação deverão impactar o dinamismo da economia e se refletir sobre o poder de compra da população, assim como pressionar os preços e influenciar a inflação, ocasionando aumento na pobreza e na vulnerabilidade. Por outro lado,

no que concerne ao setor externo, as exportações de alimentos e matérias-primas, especialmente do agronegócio, tendem a aumentar de forma seletiva, especialmente no que concerne aos grãos, carnes e seus derivados (SCHNEIDER *et al.*, 2020).

2.3 Agronegócio do Cerrado Piauiense

Programas governamentais e políticas setoriais de estímulo a expansão da fronteira agrícola, foram criados e implementados a partir da década de 1970, contribuindo para a aceleração do processo de ocupação de desenvolvimento dos Cerrados, com reflexos favoráveis sobre a produção agrícola comercial.

As políticas de incentivos constituíram uma fonte importante para a ocupação da fronteira agrícola nordestina (Bahia, Maranhão, Piauí), baseada na grande propriedade. Entre os anos de 1965 a 1976, foram aprovados mais de 570 projetos incentivados em toda a região Nordeste, e o Piauí teve 9,6% de participação (PIMES, 1982; LIMA, 2009).

O baixo preço das terras no Cerrado, foi um grande atrativo ao uso produtivo, no Estado do Piauí, facilitado por alguns financiamentos, dentre outras coisas, e a aceleração do processo de ocupação dessa fronteira agrícola.

O Cerrado, por ser o segundo maior bioma do Brasil, ocupa 21% do território nacional, sendo superado apenas pela Amazônia, sendo considerado a última fronteira agrícola do País. O termo Cerrado é caracterizado por um conjunto de ecossistemas que começam na região Sudeste e estendem-se para Centro-Oeste, Norte e Nordeste, com clima estacional, tendo como características, o período chuvoso de outubro a março, e seco de abril a setembro, conhecido como veranico (DINIZ, 2007; DANTAS, MONTEIRO, 2010).

O Cerrado Piauiense tem características topográficas plana e grandes extensões de terra, espaço potencial para a produção em larga escala, mas que figurou, como desfavorável à agricultura até a década de 1970, pelas limitações naturais do bioma. Incorporou-se à moderna agricultura, por meio da implantação de um pacote de políticas e programas de incentivo econômico e tecnológico carreado pelo Governo do Estado, em consonância com os interesses econômicos de incorporação da agricultura brasileira, no modo de produção capitalista, nas escalas regional, nacional e internacional, a partir de meados da década de 1980 (ARAÚJO; MORAES, 2006; VILARINHO; LOPES; MONTEIRO, 2016).

De acordo com os dados do IBGE (2010), a área do Cerrado apresenta baixa densidade demográfica, em torno de 3,67 hab/km², correspondendo a 29% da média

estadual, que é de 12,66 hab/km². A ocupação do território, na zona urbana, dá-se de forma irregular em função do processo migratório descontínuo e sazonal, o que representa um desafio para as ações de planejamento. A população rural encontra-se dispersa em diversos assentamentos e fazendas produtoras de grãos (FUNDAÇÃO CEPRO, 2014).

O cultivo da soja foi ganhando espaço no Piauí, assim como nos demais estados brasileiros, que vinham passando por grandes transformações em suas atividades agrícolas. Essas transformações ocorreram principalmente na região do cerrado, em virtude da implantação dos empreendimentos agroindustriais voltados para a produção de soja, principalmente, em escala comercial (FAÇANHA; FILHO; SANTOS, [s.d.]).

A região destaca-se pela produção de soja, milho, feijão, arroz, milheto, sorgo e algodão, e pelas reservas de minério de ferro, níquel, gás e petróleo. No bojo das ações econômicas em curso na região, eleva-se essa última fronteira agrícola ao locus de grande produtividade do complexo carne-grãos, carro chefe da produção primária para exportação, integrando o Cerrado Piauiense ao circuito nacional e internacional de produção (ARAÚJO; MORAES, 2006; VILARINHO; LOPES; MONTEIRO, 2016).

Esse conjunto de fatores, impulsionou o crescimento econômico dos municípios produtores de soja, com repercussão no crescimento do Produto Interno Bruto – PIB estadual, apresentando um crescimento de 4,5% em relação ao ano anterior (2018) e superando o do Maranhão. No Piauí, em 2019, os dez municípios com maiores índices, têm em comum economias baseadas, sobretudo na agropecuária e indústria. (FUNDAÇÃO CEPRO, 2016).

Todo esse processo desencadeou, no território, intensa dinâmica econômica, com a instalação de robusto comércio paralelo ao agronegócio, inclusive uma empresa multinacional, além de várias outras, para o fornecimento de insumos, venda de sementes, calcário, herbicidas, fungicidas, adubos, implementos agrícolas e máquinas. Trouxe aquecimentos também para outros ramos da economia, para que o atendimento de demandas, geradas pelo agronegócio, fossem supridas, como por exemplo consultorias especializadas, hotelaria, serviços bancários, agências capacitadoras de recursos humanos e muitos outros.

3 METODOLOGIA

3.1 Área de Estudo – O Cerrado Piauiense

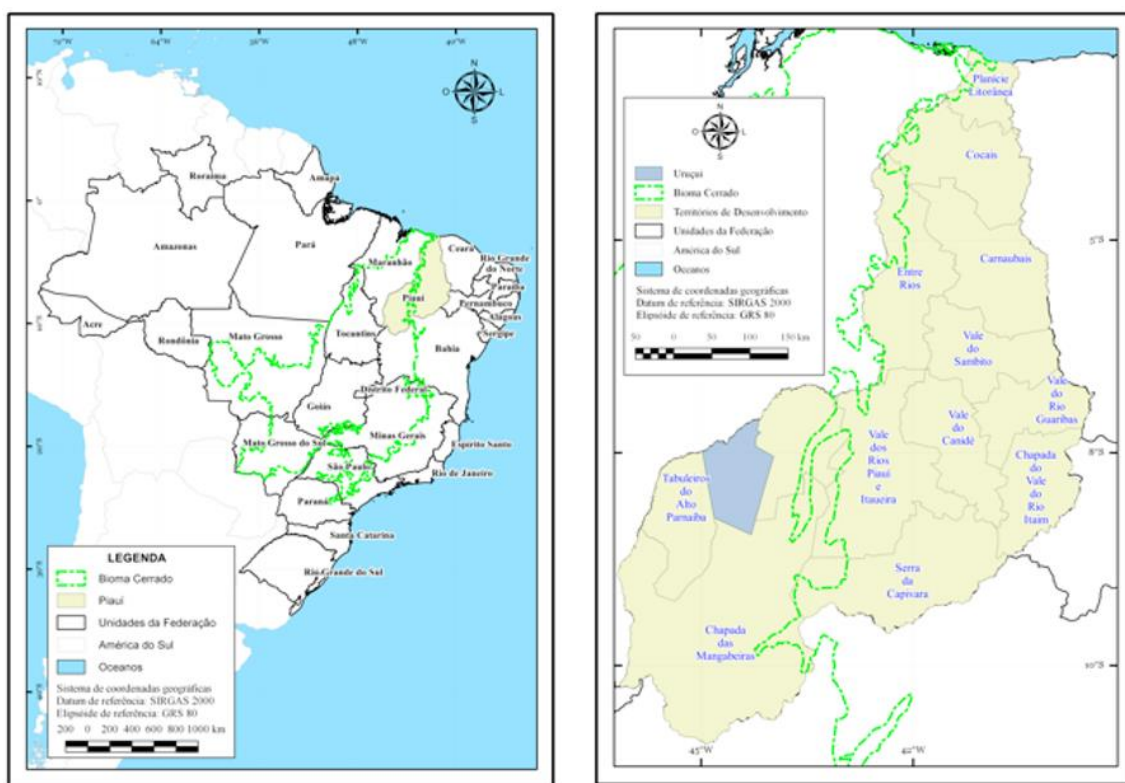
O Brasil é composto por 26 Estados e o Distrito Federal, formado em grande parte pelo Bioma do Cerrado. O Piauí, um dos Estados da região Nordeste do país, está dividido

em 12 territórios de desenvolvimento, agrupados por características similares, a saber: Planície Litorânea, Cocais, Carnaubais, Entre Rios, Vale do Sambito, Vale do Rio Guaribas, Vale do Canindé, Chapada do Vale do Rio Itaim, Vale do Rio Piauí e Itaueiras, Tabuleiros do Alto Parnaíba, Serra da Capivara e Chapada das Mangabeiras, como pode ser visto na figura acima.

A área do Cerrado Piauiense abrange três dos 12 territórios de desenvolvimento do Estado: Território Vale dos Rios Piauí e Itaueira, com 19 municípios; Território Tabuleiros do Alto Parnaíba, com 12; e Território Chapada das Mangabeiras, com 24. Apesar de pertencerem ao mesmo bioma, os três territórios e os 55 municípios do cerrado do Piauí identificam-se a partir de especificidades e assimetrias próprias que integram todos os elementos e processos naturais e humanos, compondo a sua paisagem, que é o resultado das interações entre as condições naturais e a sua dinâmica própria (RODRIGUEZ; SILVA, 2013).

A seguir apresenta-se imagens que mostram exatamente o cerrado no Brasil e como ele fica na região nordeste e especificamente no Estado do Piauí.

Figura 1 - Cerrado do Brasil/Território de desenvolvimento piauiense



Fonte: VILARINHO; LOPES; MONTEIRO, 2016.

No estado do Piauí, a área do Cerrado corresponde a 11,2 milhões de hectares, o segundo maior bioma do País, como já mencionado anteriormente, e o segundo mais modificado pela ação antrópica. O solo piauiense corresponde a 46%, sendo que 70% destes se localiza na região sudoeste e parte do extremo sul estadual, e apenas 30% ao norte, como área de transição. Nessas regiões, nascem os rios Parnaíba, Uruçuí Preto e Gurguéia, que alimentam a bacia do Parnaíba, a maior do Nordeste brasileiro (FUNDAÇÃO CEPRO, 2014).

3.2 Fonte dos Dados

Esse trabalho é originado de um ensaio teórico, com base em dados secundários, tendo a revisão bibliográfica como principal coleta de dados e informações. Na classificação de Richardson *et al.* (1999) essa é uma pesquisa qualitativa e exploratória. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica que considerou como fonte artigos científicos, publicações de notícias e boletins em sites oficiais de organizações governamentais e da sociedade civil (BREITENBACH, 2021).

A busca foi realizada nas seguintes plataformas e portais: Google Acadêmico, SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), Periódicos CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), dentre outros.

3.3 Método de Análise

O enfoque de análise da dimensão histórica dialética serve como instrumento da leitura processual da dinâmica dos movimentos internos inscritos na totalidade das relações sociais nacionais. Tomando-se por base o método de análise - materialismo histórico e dialético - Minayo (1994) ilustra que a dialética trabalha com a valorização das quantidades e da qualidade, com as contradições intrínsecas às ações e realizações humanas e exterioridade dos fenômenos. Nesse sentido, Netto (2011) mostra que, a dialética é um movimento real. Mas, para que ela apareça como um movimento real, há que estar equipado intelectualmente para poder apreender esse movimento – ele não é imediatamente visível.

Assim, a metodologia centrou-se nos seguintes eixos de operacionalização: a) organização de uma pesquisa bibliográfica baseada em autores que abordam a respeito da pandemia da Covid-19, do agronegócio, em artigos, jornais, revistas, trabalhos de conclusão de cursos, dentre outras fontes; b) pesquisa em sites que informam a produção de soja das safras no Brasil e no Estado do Piauí,

Quanto à abordagem dos procedimentos, a pesquisa é bibliográfica, buscando amplo embasamento teórico na Literatura para seu Referencial Teórico, visto que foi elaborada a partir de material já existente, como mencionado acima (GIL, 2010).

A pesquisa bibliográfica realizada adotou a metodologia de Salvador (1986), a qual prevê um conjunto sistemático de processos vinculados ao objeto de estudo. As fases da pesquisa compreenderam: 1. Leitura de reconhecimento - Leitura rápida para localizar e selecionar o material com informações referentes ao tema; 2. Leitura exploratória - Leitura rápida para verificar se as informações ou dados selecionados eram importantes para o estudo; 3. Leitura seletiva – Foi definido o material que de fato interessa, relacionando-o diretamente aos objetivos da pesquisa; 4. Leitura reflexiva ou crítica – Se estudou criticamente o material, ordenando e resumindo as informações; 5. Leitura interpretativa – Se catalogou ideias confrontando com o problema de pesquisa, interpretando as ideias do autor, inter-relacionando com o propósito do pesquisador (BREITENBACH, 2021).

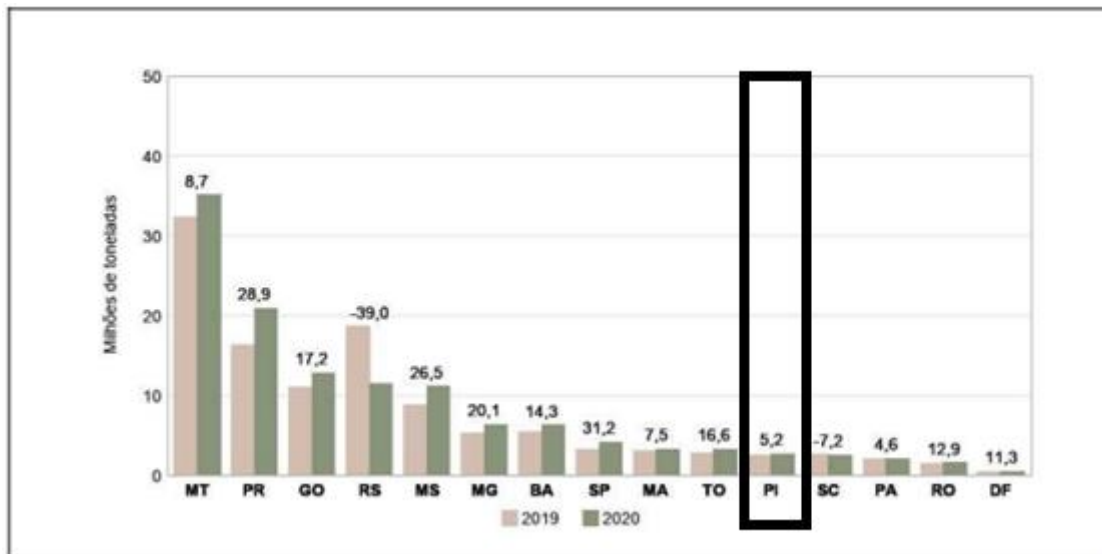
A pesquisa procurou analisar as informações disponíveis sobre o quadro geral e tentar entender como o agronegócio no Cerrado Piauiense se manteve no contexto pandêmico, cujas informações estão contidas na Base de Dados do IBGE, para o período analisado 2020 e 2021.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Produção de soja no Cerrado Piauiense

A importância do agronegócio é primordial, visto que, ele funciona como um setor econômico, dada sua relevância para a economia e a sociedade. Devido a sua relação com a cadeia de produção alimentar e a sua íntima interação, com os mais variados setores, que vai desde a agricultura até a prestação de serviço. Sendo que nas duas últimas décadas, o seu desenvolvimento promoveu uma explosão no crescimento, impulsionado pelo aumento vertiginoso da produção, permitindo que, o Brasil se firmasse como um dos mais importantes fornecedores de alimentos para o planeta.

Gráfico 1 - Estimativas da produção de soja, segundo as principais Unidades da Federação produtoras e variação anual - Brasil (%) – 2020

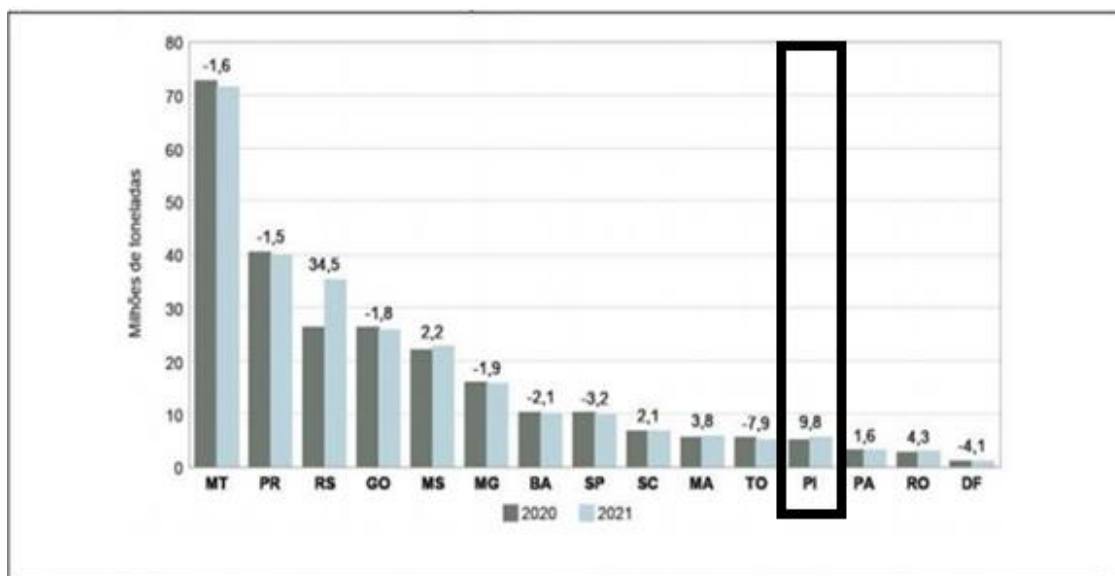


Fonte: IBGE (2020).

O aumento no consumo doméstico da soja, está atrelado à maior demanda por derivados, um cenário, que segue resultando em boa margem de lucro para as indústrias, mesmo com a matéria-prima a preços recordes. Os preços da soja mantiveram-se elevados, alavancados pela valorização do dólar e pela forte demanda internacional, evidenciados pelo ritmo de vendas antecipadas, maior que no ano anterior. A saca de 60 kg da soja fechou novembro de 2020 com valor de R\$ 161,77 para pagamento à vista, segundo o indicador divulgado pelo CEPEA/ESALQ/USP (IBGE, 2020).

A Conab confirma sua perspectiva para a safra 2019/2020, o país colheu 120,4 milhões de toneladas de soja, 4,7% a mais que as 115 milhões de toneladas da temporada anterior. Com uma área de 36,843 milhões de hectares, com elevação de 2,7% sobre o ano anterior, quando foram cultivados 35,874 milhões de hectares. A produtividade teve sua previsão elevada de 3.206 quilos para 3.269 quilos por hectare (CONAB, 2020).

Grafico 2 - Estimativas da produção de soja, segundo as principais Unidades da Federação produtoras e variação anual - Brasil (%) – 2021



Fonte: IBGE (2021).

A Conab estima que a produção de soja para a safra 2020/21 seja de 135,91 milhões de toneladas, com um aumento de 8,9% em relação a 2020. Este aumento de produção é motivado por um aumento de área de aproximadamente 4,3% e produtividade de 4,4%. O aumento de área foi incentivado principalmente pela alta dos preços internacionais, aliado ao dólar elevado de 2020 (CONAB, 2021).

A produção de grãos no estado do Piauí deve crescer 9,74% em 2021, em relação ao ano passado, alcançando um total de 5,4 milhões de toneladas. O aumento da safra deve ser de aproximadamente 478 mil toneladas, de acordo com o prognóstico para a safra de grãos do país em 2021, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A expectativa de crescimento da produção de grãos do Piauí é a segunda maior do país, atrás apenas do Rio Grande do Sul, no qual a produção deverá ter um incremento de 34,5%. O prognóstico para a produção de grãos do Brasil neste ano também é positivo, devendo atingir um crescimento da ordem de 2,5% em relação à safra do ano de 2020, chegando a um total de 260,5 milhões de toneladas de grãos, cerca de 6,4 milhões de toneladas a mais.

Na conclusão da safra passada (2020/2021), a produção piauiense de grãos sofreu fortes reduções nos cultivos de algodão, sorgo, feijão e milho 1ª safra, e fechou o ciclo com volume total previsto em 5 milhões de toneladas de grãos. No entanto, outras culturas

tiveram acréscimo expressivo de área, como a soja e o milho 2ª safra, o que refletiu também no aumento da área total cultivada no estado (CONAB, 2021).

4.2 Custos de produção

O agronegócio, no entanto, apesar da demanda de produção, as interrupções nos mercados agroalimentares, os quais afetaram a produção e disponibilidade de alimentos, mesmo assim, ainda conseguia manter a capacidade ativa de geração de riqueza e renda, mantendo não só seu setor produtivo, mas também, sustentando a economia nacional, assolada pela devastação econômica que passa (ALPINO et al., 2020).

A insegurança generalizada no mercado internacional, decorrente da pandemia (OLIVEIRA, 2020), levou a impactos negativos e muitos desafios no setor brasileiro, como a queda nas exportações, queda na demanda interna, externa e aumento dos custos de produção. O produtor rural se viu na condição de reaprender a produzir, com restrições e elevação de valores ao longo de toda a cadeia produtiva.

Outros setores, como a produção de grãos, apesar do aumento no custo de produção, devido à escassez de insumos para o cultivo, ainda assim sofreram menos o efeito da pandemia global. Mesmo com o cenário pandêmico, que poderá afetar a próxima colheita, afetando a importação dos produtos do agronegócio brasileiro, acarretando na diminuição do crescimento, logística e consumo dos produtos advindos do campo (ALPINO et al., 2020).

O Custo Operacional Efetivo (COE) da soja na safra 2020/2021 foi cerca de 17% superior se comparado à safra anterior, na média de todos os painéis. O grande aumento ocorreu pela alta dos preços de fertilizantes e defensivos, que subiram 14,8% e 16,9% respectivamente nas praças pesquisadas. Entretanto, a produtividade média das lavouras de soja também aumentou, atingindo 59,4 sacas por hectare, 8,6% acima da safra anterior. O preço médio de venda do grão subiu 46,9% frente ao levantamento do ano anterior (CNA, 2021 pag. 02).

Conforme mencionado acima, os custos tiveram aumento em relação à safra anterior, e não foram tão pequenos, sendo ocasionado principalmente pela alta dos preços dos fertilizantes, tudo efeito “colateral” do período de pandemia, mesmo assim, a produção continuou em alta.

4.3 Dados de produção de soja

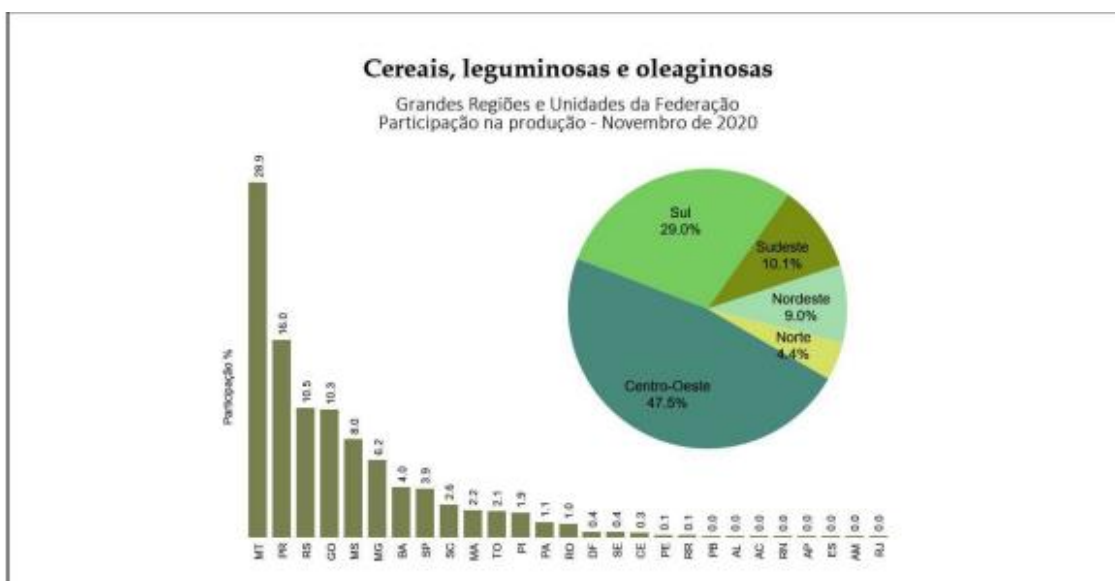
As somas de bens gerados no agronegócio chegaram a R\$ 1,55 trilhão, ou 21,4% do PIB brasileiro (BARROS; CASTRO, 2020). Dentre os segmentos, a maior parcela é do ramo agrícola, que corresponde a 68% desse valor (R\$ 1,06 trilhão) e a pecuária corresponde a 32%, ou seja, R\$ 494,8 bilhões (CNA, 2020).

Quanto à exportação brasileira, em 2019, 43% do total exportado foram de produtos do agronegócio, demonstrando sua importância e contribuição para o crescimento da economia brasileira. O Brasil é o maior exportador de açúcar, café, suco de laranja, soja em grãos, carnes bovina, frango e o terceiro maior de milho, e o quarto de carne suína (CNA, 2020).

O Brasil pode não ter quebrado o recorde histórico de exportações de soja em grão em 2020, mas os resultados obtidos são dignos de grande comemoração. De janeiro a dezembro o país vendeu 82,978 milhões de toneladas ao exterior, alta de 12% ante 2019, que havia fechado em 74,063 milhões de toneladas (CANAL RURAL, 2021).

Os gráficos a seguir, mostram como ficou, a produção de grãos nos últimos anos, antes e durante a pandemia da COVID-19.

Gráfico 3 - Participação das Unidades da Federação e das Grandes Regiões na produção nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas - Brasil - 2020



Fonte: IBGE (2020).

A produção de leguminosa, em 2020, somente não foi maior, devido à produção gaúcha que declinou 39,0%, ou 7,2 milhões de toneladas em relação a 2019. O Estado sofreu uma estiagem prolongada entre dezembro de 2019 a maior de 2020, prejudicando grande parte das áreas produtoras. A escassez de chuvas influenciou diretamente o rendimento médio do grão, que deve ficar próximo de 1.894 kg/ha, queda de 40,4% na comparação com a média estadual de 2019, de 3 178 kg/ha. A produção gaúcha foi estimada em 11,3 milhões de toneladas, contra 18,5 milhões de toneladas em 2019 (IBGE, 2020).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Expondo o que foi descrito no presente trabalho, nota-se que os efeitos da Pandemia da Covid-19 impactaram diretamente em diversas regiões. Assim sendo, seria muito pretensioso se estabelecer conclusões sobre o que está a vir com “o novo normal” do agronegócio e do sistema alimentar no cenário pós-pandemia da Covid-19.

Procurou-se trazer uma parcela significativa das conclusões e análises do material que se conseguiu acessar e revisar para esta pesquisa, pode-se dizer que do ponto de vista econômico e comercial, é possível afirmar que a pandemia promoverá uma exposição internacional ainda maior do agronegócio do Brasil. Mediante a todos os acontecimentos, o agronegócio se manteve firme e sua produção de grãos teve uma alta considerável, trazendo o destaque do artigo, para a região do Cerrado Piauiense.

A pandemia da Covid-19 certamente deixará muitos legados, provavelmente mais negativos do que positivos. Mas é preciso relatar que um deles foi a alta nos preços e escassez de insumos, alterando assim o custo da produção como demonstrados nos dados pesquisados e mostrados acima.

Pode-se constatar que mesmo com todas as dificuldades do enfrentamento da pandemia, o agronegócio cresceu, comparado ao ano anterior a pandemia e o durante a pandemia, conforme se pôde observar nos gráficos e dados tratados e relatados nas seções do trabalho. E fica como sugestão, para pesquisas futuras, mediante o assunto ser muito pertinente e o estado de pandemia ainda permanecer, que haja um acompanhamento das próximas safras de grãos.

REFERÊNCIAS

BREITENBACH, Raquel. **Estratégias de enfrentamento dos efeitos da pandemia na agricultura familiar**. Desafio Online-IFRGS, Campo Grande, v.9, n.1, Jan./Abr. 2021. Disponível em: < Desafio Online (ufms.br)> Acesso em: 18 Jan.2022.

CNA. Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. Avalia impactos do coronavírus no agronegócio. Brasília: CNA, 2020. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/noticias/faepavalia-impactos-do-coronavirus-no-agronegocio> Acesso em 04 Fev 2022.

CONAB. COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Acompanhamento de safra brasileiro – grãos: Décimo segundo levantamento, dezembro 2021 – safra 2020/2021 : Brasília: Companhia Nacional de Abastecimento. 2022.

COSTA, Ana Beatriz Nóbrega da.; OLIVEIRA, Kallise Priscila Soares de. **O AGRONEGÓCIO DURANTE PANDEMIA DO COVID-19: UM RELATO TÉCNICO NA EMPRESA AGRÍCOLA FAMOSA**. [s.l: s.n.]. Universidade Federal Rural do Semi-Árido-Ciências Contábeis, 2020. Disponível em < <http://repositorio.ufersa.edu.br/handle/prefix/6488> > Acesso em: 28 Jan. 2022.

DANTAS. Kerle Pereira; MONTEIRO, Maria do Socorro Lira.???Valoração econômica dos efeitos internos da erosão: impactos da produção de soja no cerrado piauiense???. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, 48 (4) • Dez 2010 • Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/resr/a/GdBjLjZxbyFcqCf8XG4rNCv/?lang=pt>> Acesso em: 25 Jan. 2022.

FAÇANHA, Antonio C.; FILHO, José Israel da C.; SANTOS, Raimundo Wilson P. dos. **A geopolítica da soja nos cerrados piauiense**. Universidade Federal do Pernambuco. Recife (S.D). Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal11/Geografiasocioeconomica/Geopolitica/01.pdf> Acesso em: 11 Jan.2022

FUNDAÇÃO CEPRO. **Cerrados piauienses: estudo e análise de suas potencialidades, impacto da exploração da riqueza sobre a população da região**. Teresina: Fundação CEPRO, 2014.

FUNDAÇÃO CEPRO. Seplan e IBGE apresentam PIB de 2019 dos municípios. Teresina: Fundação CEPRO, 2016.

GUERRA, Hélvia Barcelos. **Do sonho ao pesadelo: Dilemas de quem demitiu na pandemia**. CASOTECA Edição Especial: Os impactos da Pandemia no Segmentos do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 1-14, 2020. Disponível em:< <http://www.senacnet.com.br/periodicos/index.php/Senac1/article/view/363>> . Acesso em: 20 Jan. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . Indicadores IBGE Levantamento Sistemático da Produção Agrícola Estatística da Produção Agrícola. Rio de Janeiro: IBGE, 2021/2022.

JAIME, Patricia Constante. **Pandemia de COVID19: implicações para (in) segurança alimentar e nutricional.** Ciência & Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, v. 25, n.7 p. 2504-2504, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/hgG5jm5b4TKPMSKX9Jw7hzp/?lang=pt>> Acesso em 20 Dez.2021

LAU, H.; KHOSRAWIPOUR, V.; KOCBACH, P.; MIKOLAJCZYK, A.; SCHUBERT, J.; BANIA, J.; KHOSRAWIPOUR, T. **The positive impact of lockdown in Wuhan on containing the COVID-19 outbreak in China.** Journal of travel medicine, Estados Unidos, v. 27, n. 3, p. 37, 2020. DOI. <https://doi.org/10.1093/jtm/taaa037>.

LIMA, Edivane de Sousa. **Aspectos Economicos, Sociais e Ambientais da expansão da soja no Cerrado Piauiense.** Tese (doutorado) Universidade Federal de Pernambuco-Economia. Recife, 2009. 195fls. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/3743> Acesso em: 20 Dez. 2021.

NETTO, José Paulo. Entrevista com José Paulo Netto. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 9 n. 2, p. 333-340, jul. /out.2011.

RICHARDSON, R. J., PERES, J. A. de S., WANDERLEY, J. C. V., Correia, L. M. & Peres, M. de H. de M. (1999). **Pesquisa social: métodos e técnicas.** São Paulo: Atlas.

RODRIGUEZ, J. M. M.; SILVA. E. V. da. **Planejamento e gestão ambiental:** subsídios da geocologia das paisagens e a teoria sistêmica. Fortaleza: Edições UFC, 2013.

SCHNEIDER, Sérgio *et al.* **Os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre o agronegócio e a alimentação.** Estudos Avancados, v. 34, n. 100, p. 167–188, 1 jan. 2020. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/178766>> Acesso em: 20 Jan. 2022

SILVA. Maiara Cristina Metzdorf; RODRIGUES. Jessica Marciella Almeida; YAMASHITA, Oscar Mitsuo; **Impacto da pandemia de covid-19 no agronegócio brasileiro.** UNEMAT - Colloquium Socialis, Presidente Prudente, v. 05, n. 1, p. 63-70 jan/mar 2021. Disponível em: <https://journal.unoeste.br/index.php/cs/article/view/4087> Acesso em: 28 Jan. 2022.

SILVA. Antonio Joaquim. **Os desafios da agricultura familiar do cerrado piauiense.** Revista da Academia de Ciências do Piauí, Volume 2, Número 2, p. 171 - 190, Janeiro/Junho, 2021. ISSN: 2675-9748. Disponível em: <<https://periodicos.ufpi.br/index.php/acipi/article/view/913>> Acesso em: 22 Jan.2022.

SOUSA, Raimunda Aurea Dias de. **A expansão do agronegócio em tempos de pandemia - covid-19.** Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS), v. 22, n. 2, p. 90–102, 5 set. 2020. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=A+EXPANS%C3%83O+DO+AGRONEG%C3%93CIO+EM+TEMPOS+DE+PANDEMIA+-+COVID-19.+&btnG=>> Acesso em: 23 Jan.2022.



DISPARIDADE SALARIAL ENTRE HOMENS E MULHERES E ENTRE REGIÕES: UMA ABORDAGEM MODELO LOG-LINEAR

Antonia Leudiane Mariano Ipolito

Mestranda em Economia Rural – PPGER/UFC

E-mail: leudianemipolito@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4625-4474>

Isadora Gomes Ribeiro

Mestranda em Economia Rural – PPGER/UFC

E-mail: isadoragribeiro96@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0888-013X>

Informações sobre o

artigo:

Recebido em:

06/05/2022

Aceito em:

10/05/2022

Data de publicação:

03/06/2021

Palavras-chave:

Log-linear

Disparidade Salarial

Gênero

Região

RESUMO

A desigualdade entre homens e mulheres é um fator histórico, desde a antiguidade existe essa diferença que tem perpetuado por gerações. Estudos que abordam o tema na busca de mostrar e mitigar essa condição se fazem necessários. Desta forma, o presente estudo teve como objetivo principal verificar se o gênero do indivíduo e a região, são fatores determinante na formação de salários. A análise desenvolvida tem como base os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do ano de 2020, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A metodologia utilizada consiste em um modelo econométrico com regressão linear múltipla, usando o método log-linear cuja finalidade é explicar a formação dos salários, dado o gênero e a região do indivíduo. Os resultados apontaram que, de fato, existe diferenciação na remuneração de um indivíduo determinada pelo gênero e pela região que o mesmo está localizado. Isto mostra que, apesar de o Brasil já ter avançado muito nestes sentidos, ainda há um longo caminho a percorrer.

WAGE DISPARITY BETWEEN MEN AND WOMEN AND BETWEEN REGIONS: A LOG-LINEAR MODEL APPROACH

ABSTRACT

Inequality between men and women is a historical factor, since antiquity there has been this difference that has perpetuated for generations. Studies that approach the subject in the search to show and mitigate this condition are necessary. In this way, the present study had as main objective to verify if the individual's gender and the region are determining factors in the formation of wages. The analysis developed is based on microdata from the

Keywords:

Log-linear

Salary Gap

Gender

Region

Continuous National Household Sample Survey (PNAD Continuous) for the year 2020, carried out by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). The methodology used consists of an econometric model with multiple linear regression, using the log-linear method whose purpose is to explain the formation of wages, given the gender and region of the individual. The results showed that, in fact, there is a differentiation in the remuneration of an individual determined by gender and by the region in which it is located. This shows that, although Brazil has already advanced a lot in these areas, there is still a long way to go.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos tem-se visto, cada vez mais, o aumento da participação das mulheres na sociedade, sobretudo na independência financeira conquistada através do seu trabalho produtivo. Entretanto, há diferença de salário entre homens e mulheres, mesmo possuindo o mesmo cargo e atributos produtivos. Assim, o crescimento da escolaridade feminina não é igual ao crescimento na carreira e remuneração. E com isto, salários desiguais causam impacto negativo no crescimento econômico do país, além de gerar maiores vulnerabilidades a situações de pobreza e de exclusão social, tornando, desse modo, importante estudar a disparidade entre gêneros (PRESTES E BEZERRA, 2018).

As diferenças de rendimento entre os indivíduos de gênero diferente podem ser explicadas conforme observação de atributos que possuem influência sobre a produtividade do trabalho, como a escolaridade e a experiência profissional. Podem advir também da diferença de inserção dos indivíduos no mercado de trabalho, de acordo com a posição na ocupação, ramo de atividade econômica e grupamento ocupacional (AGUIAR E VAZ, 2016). Somando-se a isso, mulheres ainda são minoria ocupando posições nos principais cargos de gestão, como diretoria, por exemplo. Segundo o índice Gender pay gap (GPG, sigla em inglês, que numa tradução livre significa “diferença salarial por gênero”), em nenhum país no mundo a mulher ganha mais do que o homem.

Além disso, segundo estudo feito pelo Catho (2018), um site brasileiro de classificados de empregos, que contou com 53.265 respondentes em todo o território brasileiro, sendo 22.730 mulheres e 30.535 homens, a diferença entre os salários de homens e mulheres vem crescendo nos últimos anos. No ano de 2005 essa diferença era aproximadamente 52% a mais para o salário dos homens. Segundo este estudo, cinco fatores

explicam a diferença salarial, são eles: o porte de empresa, o nível de cargo ocupado por gênero, o ramo de atividade econômica, a empregabilidade e a escolaridade.

Por conseguinte, os rendimentos do trabalho também são desiguais entre as regiões brasileiras, pois além de diferentes custos de vida e estoque de capital humano, há contrastes entre os sistemas produtivos de cada região que impactam nos salários dos indivíduos, como por exemplo, despesas com transportes e as dificuldades de absorção de mão de obra nos centros mais dinâmicos das regiões mais pobres (AGUIAR E VAZ, 2016). Assim, como se vê, as evidências encontradas na literatura sugerem que o hiato de rendimento por gênero no Brasil pode diferir substancialmente a depender da região considerada.

Portanto, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), assuntos relacionados a eliminação da discriminação no mercado de trabalho estão presentes na pauta da agenda de 2030 (OIT, 2016). Desse modo, percebe-se que a preocupação a respeito da distinção entre os gêneros é mundial, uma vez que a disparidade entre os gêneros resulta em maior desigualdade econômica e social (PRESTES E BEZERRA, 2019).

Em vista disso, este estudo tem como objetivo principal verificar se o gênero do indivíduo é fator determinante na formação de salários, através da mensuração do impacto das seguintes variáveis sobre os salários dos indivíduos: renda, experiência, gênero, região e raça. Para alcançar o objetivo proposto, foram utilizados dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do ano de 2020 (PNAD Contínua). Para a apresentação da distribuição das diferenças salariais entre gênero e entre regiões, realizou-se uma regressão linear múltipla, modelo log linear.

Este trabalho possui uma importante contribuição para a discussão na literatura sobre a temática, a relevância deste estudo consiste no fato de fornecer informações importantes sobre a diferenciação salarial entre homens e mulheres no mercado de trabalho, bem como verificar se a região em que esse indivíduo está inserido tem algum efeito sobre a formação do seu salário, além desses fatores, a base de dados utilizada é a mais recente nos estudos sobre o assunto e a metodologia é diferente do usual, o método utilizado para responder as questões levantadas mesmo sendo considerado simples, é capaz de resultar em dados robustos.

Além desta introdução, o presente trabalho está dividido em mais quatro seções. A revisão de literatura, que consiste numa breve explanação dos aspectos teóricos e empíricos relacionados a diferença salarial entre homens e mulheres e entre regiões. A metodologia, que apresenta informações relativas à base de dado adotada e o método econométrico

empregado. Em seguida, a discursão dos resultados da estimação do modelo definidos a partir da metodologia e considerações finais, com uma breve síntese do que foi apresentado neste trabalho.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Diferença Salarial entre Homens e Mulheres

Desigualdades salariais entre gêneros na atualidade é um tema que se discute ao longo da história. No final do século XX, o Brasil passou por várias transformações demográficas, culturais e sociais que tiveram um grande impacto sobre o trabalho feminino. A partir disso, surge uma nova visão em relação à atuação delas no mercado de trabalho, desencadeando mudanças culturais nas organizações e ampliando possibilidades de novas conquistas. Mesmo ao longo desses anos com conquistas e mudanças, é incontestável que ainda haja um elevado grau de discriminação, preconceito e principalmente no que se refere à desigualdade salarial entre homens e mulheres. (ANTONIASSE,2012)

Desde as últimas décadas do século XX e, especialmente, no início do presente século ganhou destaque, internacionalmente e, também em nível nacional, uma série de movimentos e estudos acerca das desigualdades salariais entre gêneros. Com isso, a disparidade salarial é um fenômeno característico das relações de gênero na história da sociedade brasileira e do mundo. Por disparidade salarial, compreende-se a diferença (em geral negativa) entre a remuneração do trabalho feminino e a remuneração do trabalho masculino. (MINCATO ET AL, 2013).

Essa discriminação surge quando trabalhadores cuja produtividade é considerada idêntica recebem salários diferentes, tendo como base algumas características que não são consideradas produtivas, ou porque o mercado de trabalho é segmentado. (JACINTO, 2005). Assim, esse fenômeno tem sido frequentemente observado no mercado de trabalho, uma vez que tem crescido o número de mulheres que trabalham com salário regular (seja no trabalho formal quanto no informal). Esses postos de trabalho tendem a ter menor remuneração e jornadas de trabalho menores (em alguns casos, de meio expediente). (FAUSTINO, ET AL 2014)

Desse modo, diversos estudos se propuseram a explicar quais fatores estariam ligados a essa desigualdade. Renda, idade, raça, escolaridade, experiência são algumas das

variáveis que possivelmente se aplicam para explicar o fenômeno da desigualdade salarial entre gêneros e em qual medida.

De acordo com Megda (2020), a discriminação no mercado de trabalho advém de duas fontes, a primeira é a diferença salarial entre homens e mulheres que ocupam o mesmo cargo e produtividade e a segunda, sobre a diferença entre os cargos comumente ocupados por homens e mulheres. Com isto, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) garante o direito de igualdade salarial em seu artigo 461, que diz: “Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, no mesmo estabelecimento empresarial, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, etnia, nacionalidade ou idade”. (Redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017), a lei não é fiscalizada e as mulheres ainda sofrem discriminação no mercado de trabalho.

Madalozzo (2010) analisou a distribuição ocupacional no mercado de trabalho pelos gêneros, bem como a evolução da discriminação salarial para o Brasil nos anos 1978 a 2007. Como resultado o trabalho mostrou que apesar da participação feminina no mercado de trabalho ter melhorado e que a diferença entre salários relacionados a discriminação tenha diminuído, o ritmo dessa redução é lento. Contudo, Magnusson e Neramo (2017) afirmam que a diferença salarial entre homens e mulheres, pode ser explicada, em partes, pelo tempo gasto para trabalho.

Assim, Abramo (2007) esclarece que dentro da unidade familiar perdura um ciclo vicioso, no qual a mulher, tendo remuneração inferior à do homem, deve ficar cuidando do lar ou despendendo tempo menor que o homem em detrimento à realização de trabalho remunerado; da mesma forma, o mercado de trabalho atribui os baixos rendimentos financeiros femininos à pouca dedicação ao trabalho (não realizar horas extras e ter menos disponibilidade de viagem) e à maior dedicação à família, tendo, portanto, uma incógnita, cada qual dos opostos defendendo suas razões em relação ao fenômeno.

De acordo com Guimarães (2019), em diversos países de diferentes níveis de desenvolvimentos econômico, as mulheres possuem salários menores do que os dos homens, e dentre os fatores determinantes estão educação, experiência, tipo de atividade, cor, gênero ou estado civil, e objetivando analisar a evolução da desigualdade salarial das mulheres em relação aos homens de 2009 até 2015, a pesquisa apresentou como resultado que em níveis educacionais mais elevados, como graduação e pós-graduação, a diferença salarial é maior, divergindo dos autores supracitados. Além disso, houve redução na diferença dos rendimentos entre homens e mulheres, passando de 28% em 2009 para 22% em 2015.

2.2 Diferença Salarial a Nível Regional

Durante o século XX, o Brasil esteve entre as economias com maior crescimento médio do Produto Interno Bruto (PIB) no mundo. Porém, o modelo de desenvolvimento aplicado ficou marcado pela concentração de renda entre os indivíduos e entre as regiões do Brasil. (MASSUQUETTI et al., 2008). No período entre 1985 e 1997, por exemplo, a região Sudeste concentrou, em média, 58,86% do PIB do país e os 10% mais ricos concentravam 45% da renda gerada no Brasil. (SIQUEIRA, 2001)

A desigualdade de rendimentos do trabalho e os seus determinantes possuem um papel fundamental para a dinâmica da desigualdade da renda brasileira. Elas podem ser explicadas por diferenças de produtividade, e também pelos efeitos da discriminação ou da segmentação. (SILVA et al., 2016). Segundo Silva (2016), sob o ponto de vista regional, em um modelo simples de determinação de salários existem alguns determinantes primários para as diferenças de salários: i) diferenças na distribuição de características individuais, de trabalhadores e firmas, e ii) a forma como estas características são remuneradas em cada região, ou seja, a estrutura salarial.

A segmentação espacial e regional do mercado de trabalho é observada com relação aos diferenciais de rendimentos positivos para os trabalhadores residentes em regiões metropolitanas e nas demais regiões em detrimento ao Nordeste. (SILVA et al., 2016). Além disso, a desigualdade regional pode ser tratada de duas formas: uma é a diferença da renda per capita entre as regiões, onde se busca a redução destas diferenças; outra é a diferença entre a renda total das regiões, ou seja, a forma como se distribui a produção e em qual local ela se concentra (PESSÔA, 1999).

Araújo e Ribeiro (2001) apresentam que as diferenças salariais entre homens e mulheres não são homogêneas entre as regiões brasileiras, de forma que a lacuna salarial dos homens em relação as mulheres são de 20,54% na região Norte, 32,19% no Centro-Oeste, 39,89% no Nordeste, 44,60% no Sudeste e 45,74% na região Sul. De forma a corroborar com esses resultados, Ribeiro e Neder (2006) mostram que as diferenças salariais por gênero são maiores no Nordeste, sendo as principais variáveis explicativas anos de estudo, posição na ocupação, idade e gênero.

Nesse contexto, de acordo com Massuquetti et al. (2008), considerando as regiões sul e nordeste, verifica-se que existe uma diferença na participação do PIB com relação a essas regiões no Brasil, porém, a maior densidade demográfica da região Nordeste aumenta a diferença entre as regiões no que se refere ao PIB per capita. Os dados de desenvolvimento

e a concentração de renda dessas regiões também seguem esta mesma tendência, de modo que a renda é mais concentrada no Nordeste e seus indicadores de desenvolvimento são inferiores aos da região Sul.

Desse modo, as evidências encontradas na literatura sugerem que as diferenças de rendimentos salariais diferem consideravelmente com relação a região considerada.

3 METODOLOGIA

3.1 Base de dados

O presente trabalho utiliza dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua), a qual é fornecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A PNAD Contínua utilizada será a de 2020.¹ A pesquisa fornece um questionário suplementar que inclui questões relacionadas a características demográficas e socioeconômicas da população, como sexo, idade, educação e rendimento.

Para estimar o efeito da renda sobre o gênero do indivíduo e entre regiões, foram considerados os indivíduos entrevistados na PNAD Contínua. As variáveis selecionadas foram escolhidas baseadas na literatura sobre os diferenciais de rendimentos no mercado de trabalho, assim assegurando os seus níveis de importância quanto à explicação dos retornos salariais. O quadro abaixo sintetiza as variáveis adotadas.

¹ Este trabalho utilizou a PNAD Contínua 2020 por ser o ano mais recente de sua publicação. Vale ressaltar que, como o objetivo do trabalho consiste em verificar disparidade salarial entre homens e mulheres e entre regiões através de uma regressão linear múltipla usando modelo log-linear, a observação de um cross-section apresenta-se adequada.

Quadro 1 - Resumo das Variáveis, Descrição e Fonte de Dados

Variáveis	Descrição	Fonte de dados
<i>Variável dependente</i>		
lnRenda	Logaritmo natural da renda - Rendimento mensal efetivo do trabalho principal para pessoas de 14 anos ou mais de idade;	PNAD/IBGE
<i>Variáveis independentes</i>		
Educação	Anos de estudo;	PNAD/IBGE
Experiência	Diferença entre a idade do indivíduo e os anos de estudo;	PNAD/IBGE
Experiência ²	Essa variável deve-se à aplicação da forma quadrática “minceriana” que sugere que a contribuição do capital humano adquirido no próprio mercado de trabalho cresce a taxas decrescentes;	PNAD/IBGE
Dfeminina	Variável dummy que indica sexo da pessoa. 1 para sexo feminino; 0 c.c;	PNAD/IBGE
Dnegro	Variável dummy que indica a cor da pele da pessoa. 1, 1 para indivíduo que possui cor negra; 0 c.c;	PNAD/IBGE
DregNorte	Variável dummy que indica a região. 1 para região Norte; 0 c.c;	PNAD/IBGE
DregNordeste	Variável dummy que indica a região. 1 para região Nordeste; 0 c.c;	PNAD/IBGE
DregSul	Variável dummy que indica a região. 1 para região Sul; 0 c.c;	PNAD/IBGE
DregCentro-Oeste	Variável dummy que indica a região. 1 para região Centro-Oeste; 0 c.c;	PNAD/IBGE

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Foi realizado o tratamento na base de dados, assim realizando recodificações e criando as variáveis indispensáveis à estimação do modelo de regressão. Desta forma, excluindo os dados faltantes e todos que não seriam essenciais de acordo com o objetivo do estudo. Além disso, é imprescindível mencionar que foi considerado apenas o rendimento mensal do trabalho principal, sendo desconsiderados quaisquer outros rendimentos, como aqueles gerados por trabalhos secundários ou por pensões, juros, aposentadorias, aluguéis ou doações.

Para cumprir com o objetivo do estudo em verificar se o gênero do indivíduo e as regiões são fatores determinante na formação de salários, foi desenvolvido um modelo com a variável dummy referente ao gênero do trabalhador para avaliar se esta variável é relevante para explicar a formação de salários, ou seja, se existe uma diferença significativa na remuneração de homens e mulheres. Além da variável dummy para gênero e cor, foram criadas também variáveis dummies para região Norte, Nordeste, Sul, Centro-oeste e Sudeste, com o intuito de observar se existe diferença salarial de acordo com a região.

Como variável dependente, foi escolhido o logaritmo natural da renda mensal do trabalho principal, referenciada neste estudo por simplificação como sinônimo de renda. Essa escolha está de acordo com a literatura, como é o caso de Batista e Cacciamali (2009) que ao analisar diferença salarial entre gênero logaritmizaram a variável renda.

Ademais, essa escolha é justificada por Gujarati e Porter (2011, p. 312), segundo eles a distribuição de variáveis como salários tende a ser assimétrica. Logo, transformações logarítmicas de tais variáveis reduzem tanto a assimetria quanto a heterocedasticidade.

Como variáveis explicativas, foram consideradas: educação (anos de estudo), experiência (diferença entre a idade do indivíduo e os anos de estudo), experiência², gênero (mulher) e cor (negro). Variáveis também utilizadas no estudo de Mariano et al (2018) e Batista e Cacciamali (2009). A categoria de referência são os indivíduos do sexo masculino; brancos, amarelos, pardos ou indígenas.

É importante destacar que a princípio, também foram consideradas as variáveis explicativas carteira assinada e função, porém devido problemas com multicolinearidade, as variáveis foram omitidas da estimação. Esses problemas podem estar ligados a baixa quantidade de informação dessa variável o que acaba afetando os resultados. Batista e Cacciamali (2009) em seus estudos também tiveram problema com colinearidade para variável posição na ocupação – carteira assinada, assim, omitindo da estimação.

É necessário salientar que o tratamento da base e escolhas das variáveis do modelo foram construídos de acordo com o que a literatura aponta. Assim, feito o devido tratamento, a amostra resultou em de 129.199,00 indivíduos, dentre os quais 41,31% são do sexo feminino (53.372) e 58,69% são do sexo masculino (75.827 indivíduos).

3.2 Modelo Econométrico

3.2.1 Regressão Linear Múltipla: Modelo log-linear

A regressão linear múltipla é usada quando se busca avaliar a relação de uma variável de interesse Y (variável resposta) em relação a k variáveis X_j (covariável), $j = 1, 2, \dots, k$. (COELHO-BARROS, 2008).

Assim, o modelo pode ser representado da seguinte forma:

$$y_i = \beta_0 + \beta_1 x_{i1} + \beta_2 x_{i2} + \dots + \beta_k x_{ik} + U_i, \quad i = 1, \dots, n$$

Em que:

n = número de indivíduos;

y_i = observação da variável resposta para o i -ésimo indivíduo;

$X_i = (x_{i1}, x_{i2}, \dots, x_{ik})'$ = vetor de observações das covariáveis para o i -ésimo indivíduo;

$\beta = (\beta_0, \beta_1, \beta_2, \dots, \beta_k)'$ = vetor de coeficientes de regressão;

U_i = componente de erro aleatório.

Desta forma, para a análise proposta pelos autores para este trabalho tem-se a seguinte estrutura:

$$\ln(\text{renda}) = \beta_0 + \beta_1 \text{educ} + \beta_2 \text{exp} + \beta_3 \text{exp}^2 + \beta_4 D_{\text{fem}} + \beta_5 D_{\text{neg}} \\ + \beta_6 D_{\text{no}} + \beta_7 D_{\text{ne}} + \beta_8 D_{\text{s}} + \beta_9 D_{\text{co}} + U_i$$

Onde:

educ = variável educação (anos de estudo);

exp = variável experiência (em anos);

exp2 = variável experiência ao quadrado (retorno da experiência com o avanço do tempo);

Dfem = uma variável binária assumindo 1 para mulher e 0 para homem;

Dneg = uma variável binária assumindo o valor de 1 para trabalhadores negros e 0 para não negros;

Dno = uma variável binária assumindo o valor de 1 para região Norte e 0 para regiões Nordeste, Sul, Centro-Oeste;

Dne = uma variável binária assumindo o valor de 1 para região Nordeste e 0 para regiões Norte, Sul, Centro-Oeste;

Ds = uma variável binária assumindo o valor de 1 para região Sul e 0 para regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste;

Dco = uma variável binária assumindo o valor de 1 para região Centro-Oeste e 0 para regiões Norte, Nordeste, Sul;

O modelo log-linear é utilizado para a relação existente entre duas ou mais variáveis categoriais, esse modelo pode ser considerado aberto pois não possui uma variável resposta objetiva, ele se torna frágil quando utilizado para verificar o efeito de uma variável na outra, porém, se torna um método preciso e eficiente quando se deseja obter resposta referente relação existente entre duas ou mais variáveis.

É importante salientar que ao analisar a relação da diferença de rendimento entre gêneros e entre regiões, não se busca obter o efeito que as mulheres sofrem no mercado de trabalho com a ocorrência da quantidade de homem inserindo no mercado de trabalho, nem o efeito que cada região possui sobre a diferença de espaço do homem e da mulher no mercado de trabalho. O estudo busca verificar a relação existente entre essas variáveis e a variável dependente (renda). Assim, através do modelo log-linear a variável resposta se torna mais explícita para uma análise mais detalhada. Assim, analisando se elas são afetadas individualmente ou coletivamente assumindo uma característica de independente ou dependentes.

No método log-linear é possível considerar o total como fixos, ou seja, a quantidade total dos números de homens e mulheres adotado na pesquisa são certeza e referência, assim possibilitando fazer uma análise mais aberta e dinâmica das variáveis explicativas, convergindo a uma conclusão e quando necessário divergindo para uma nova análise. Assim, mostrando sua relevância uma vez que o fator humano precisa ser considerado e existem variáveis que hoje são desconhecidas, mas futuramente podem ser estabelecidas. Através do método log-linear essa pesquisa vem contribuindo para um aumento de literatura com uma perspectiva diferente da adotada tradicionalmente referente a esse assunto. Desta forma, estimulando um novo olhar através dessa ferramenta de pesquisa considerando essas variáveis e abrindo possibilidades a novas pesquisas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Estatística Descritiva

Tabela 1 – Estatística descritiva das variáveis que compõem o modelo

Variável	Obs.	Média	Desvio Padrão	Min	Max
lnRenda	129,199	7,25152	0,960433	2,079442	12,42922
Educação	129,199	9,85653	4,131607	0	15
Experiência	129,199	29,8943	14,66976	2	93
Experiência ²	129,199	1.108,87	996,8541	4	8649
Dfeminina	129,199	0,41310	0,492392	0	1
Dnegro	129,199	0,87803	0,283009	0	1
DregNorte	129,199	0,12761	0,333656	0	1
DregNordeste	129,199	0,24962	0,432796	0	1
DregSul	129,199	0,23955	0,426808	0	1
DregCentroOeste	129,199	0,15226	0,359275	0	1

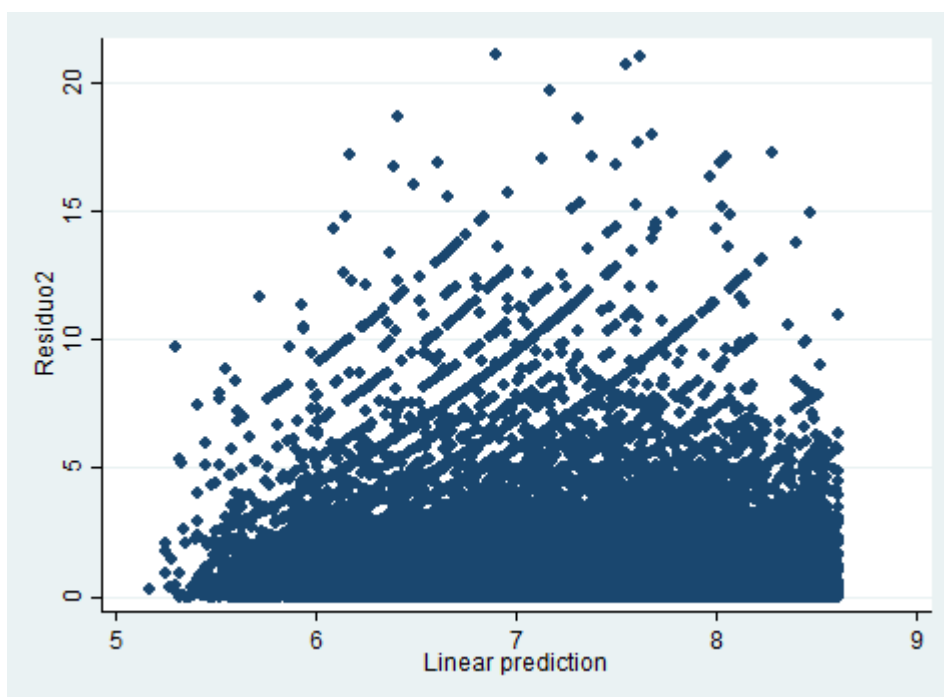
Fonte: Elaboração própria no Stata a partir dos dados obtidos da PNAD 2020 – IBGE.

A tabela 1, mostra as estatísticas descritivas das variáveis envolvidas no modelo de regressão. Pode-se verificar que o valor médio do logaritmo natural da renda foi de aproximadamente sete, atingindo um valor máximo de cerca de doze unidades monetárias; a escolaridade média nesse período foi de aproximadamente dez anos; e a experiência dos indivíduos participantes da pesquisa foi em média de trinta anos. Não se faz necessário se estender sobre os valores médios das variáveis *dummies*, uma vez que isso não faz muito sentido, por trata-se de valores binários.

4.2 Resultados Econométricos

Para a análise dos resultados, uma observação importante a se fazer é que, em regressões semilogarítmicas, como é o caso do modelo utilizado no estudo, a interpretação dos coeficientes de variáveis binárias é feita calculando-se o antilogaritmo (na base e) do parâmetro estimado, e subtraindo 1 do resultado. É importante ressaltar também que, em modelos de regressão múltipla, considera-se o efeito de uma variável mantendo a influência das demais constante.

Figura 1 – Método informal para detectar heterocedasticidade



Fonte: Elaboração própria com o uso do software Stata.

Ao estimar o modelo de regressão apresentado na metodologia, verificou-se que a hipótese do modelo de regressão linear clássico de homocedasticidade (variância constante dos termos de erro), não foi atendida, como mostra a Figura 1, sendo detectada a presença de heterocedasticidade.

Também foi constatado heterocedasticidade através do teste geral proposto por White que “não requer a hipótese da normalidade e é facilmente implementado” (GUJARATI E POTER, 2011). O teste impõe que se deve encontrar os valores referentes aos resíduos (elevados ao quadrado), aplicar uma regressão auxiliar, e obter o valor do R^2 .

Por conseguinte, multiplica-se o valor do novo R^2 pelo número de observações, e se o resultado dessa operação for maior que o valor crítico, rejeita-se a hipótese nula de que existe homocedasticidade, percebendo-se então, a presença da heterocedasticidade. O resultado do teste foi realizado com o uso de um comando em um programa de procedimentos estatísticos denominado Stata. Validamente, pode se verificar o resultado do teste na Figura 2 do Apêndice A.

Para corrigir tal fato, aplicou-se a estimação robusta de White, método indicado para correção na literatura e usado por Dassow, Costa e Figueiredo (2011). Assim, obtendo-se, novos valores para os estimadores expressos a seguir:

Tabela 2 – Estimação do modelo

lnRenda	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
Educação	0,13407	0,00071	190,11	0,00	0,13269	0,13545
Experiência	0,04368	0,00062	70,01	0,00	0,04246	0,04490
Experiência ²	-0,00043	0,00001	-42,93	0,00	-0,00045	-0,00041
Dfeminina	-0,37649	0,00451	-83,48	0,00	-0,38533	-0,36765
Dnegro	-0,07233	0,00736	-9,83	0,00	-0,08676	-0,57901
DregNorte	-0,26084	0,00713	-36,59	0,00	-0,27481	-0,24687
DregNordeste	-0,50190	0,00558	-89,90	0,00	-0,51284	-0,49096
DregSul	0,08632	0,00511	16,90	0,00	0,07631	0,09633
DregCentroOeste	0,03176	0,00617	5,15	0,00	0,01967	0,04384
_cons	5,39315	0,01232	437,67	0,00	5,36900	5,41730

Number of obs = 129,199
F(9, 129189) = 6344,74
Prob > F = 0,0000
R-squared = 0,3604
Root MSE = 0,76816
Robust

Fonte: Elaboração no Stata a partir dos dados obtidos da PNAD 2020 – IBGE.

Após a devida correção de problemas com heterocedasticidade e autocorrelação no modelo, foi realizado a análise dos resultados. De acordo com a tabela 2, verifica-se que o valor do coeficiente referente à variável gênero é significantemente alto. Essa estimativa mostra que o simples fato do indivíduo ser do sexo feminino reduz o salário, *ceteris paribus*, em aproximadamente 37,65%.

Quanto ao parâmetro referente à variável educação, pode se observar um incremento na renda de aproximadamente 13,41% por ano de escolaridade, *ceteris paribus*; já no caso da

experiência, o retorno aproximado para um ano a mais, equivale a um impacto positivo na renda de aproximadamente 4,37%; para os indivíduos negros, há um impacto negativo de aproximadamente 7,23%.

Esses dados corroboram com os resultados encontrados por Mariano et al (2018), os quais afirmam que o efeito discriminatório tem um impacto maior na diferença salarial, tanto na raça quanto por gênero, além disso também mostram que o nível educacional, bem como elevada experiência provocam um impacto positivo na renda.

Em se tratando das características regionais, há um impacto negativo de 50,19% e 26,08%, tudo o mais constante, caso o indivíduo resida na região Nordeste ou Norte, respectivamente; caso ele resida na região sul ou Centro-Oeste, o impacto será positivo de 8,63% e 3,18%, respectivamente. Esses valores obtidos reforçam Aguiar e Vaz (2016), em que elucidam as diferenças na formação de salários de acordo com a região do indivíduo, encontrando uma discrepância entre os retornos às características de homens e mulheres expressivamente maior para as regiões Norte e Nordeste. Os autores reconhecem ainda que existe diferença salarial de acordo com a região, reafirmando que o hiato de rendimento pode diferir substancialmente a depender da região considerada.

Através do teste t de Student, verificamos que todas as estimativas são individualmente significantes a um nível de confiança de 1%, com um intervalo de confiança de 95%. Verificamos também que o modelo em questão é globalmente significativo, através da realização do teste F. Como coeficiente de determinação R^2 foi obtido o valor de 0,3604, ou seja, 36,04% das variações nos salários são explicadas pelos parâmetros utilizados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar a disparidade salarial entre gêneros e entre regiões, entre os fatores considerado, estão renda, educação, experiência, raça. Além disso, uma das contribuições desta análise para a literatura, fora o uso da base dados mais recente presente nos estudos sobre o tema, reside na aplicação de método simples, mostrando a possibilidade de se encontrar resultados robustos mesmo com aplicação de método simplista.

Para tanto, este estudo utilizou regressão linear múltipla, um modelo log-linear para verificar a relação existente entre as variáveis explicativas gênero e regiões e a variável dependente (renda). Apesar da literatura trazer outros métodos como Decomposição de Oaxaca-Blinder e Decomposição de Ñopo para avaliar diferencial de rendimento entre

gêneros e entre regiões, é possível e eficiente utilizar regressão linear múltipla para detectar esses efeitos, sendo capaz de gerar resultados significativos e condizentes com a literatura. No entanto, faz-se necessário esclarecer que são dados que podem se tornar mais detalhados com resultados mais complexos através da utilização de um método mais aprimorado como é o caso dos que citamos acima.

A partir da estimação da regressão, os resultados obtidos, mostraram que a variável explicativa gênero apresenta um impacto negativo considerável na renda quando o indivíduo é do sexo feminino, comprovando assim a tese de que o fator gênero impacta na formação salarial dos indivíduos. Foi observado também que o fator gênero tem um efeito maior do que a educação sobre a formação salarial dos indivíduos, o que já era esperado. Cabe ainda ressaltar que, além do fator gênero e região, houve outras variáveis que vieram a influir na renda de forma assimétrica, como é o caso da raça do indivíduo.

Houve ainda a constatação de que a região na qual o indivíduo reside também incide na sua formação de renda, incidência essa que pode ser negativa para o Nordeste e Norte ou positiva para região Sul e Centro-Oeste, o que comprova a tese que a região é um fator que possui impacto na formação da renda, ou seja, além da disparidade em relação ao gênero ainda há assimetria de acordo com a região que o indivíduo reside.

Desta forma, o modelo apresentado foi capaz de atender ao objetivo proposto, e sustentar quantitativamente a tese de que existe assimetria de salários em função do gênero e das regiões. Assim, todos os parâmetros apresentaram o sinal esperado dentro da teoria econômica e da literatura.

Em suma, ainda há necessidades de avanços, recomenda-se ao poder público olhar para esse campo, fazendo o uso de políticas que possam minimizar essas diferenças. A observação de estudos como este por parte do governo e entidades em geral se faz necessário e fundamental para que assim possamos evoluir.

Para pesquisas futuras, há a possibilidade de realizar-se um estudo com dados recentes usando os outros modelos sugeridos na literatura.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, L. W. **A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária**. 2007. 328 p. Tese (Doutorado em Sociologia)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

AGUIAR, I. R. S., & Vaz, D. V. (2016). **Diferenciais de rendimentos por gênero no mercado de trabalho: uma comparação entre as regiões brasileiras**. *Revista da ABET*, 15(1), 40-67.

an empirical analysis. *Economia Aplicada*, v. 14, p.147-168, 2010.

ANTONIASSE, B. A. (2012). Mulheres no mercado de trabalho: desigualdades salariais entre gêneros na atualidade. *Caleidoscópio*, 4(1), 119-124.

ARAÚJO, V. F.; RIBEIRO, E. P. Diferenciais de salários por gênero no Brasil: uma análise regional. Porto Alegre: PPGE/UFRGS, 2001. 22 p. (Texto para discussão n. 2001/11). Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ppge/pcientifica/2001_11.pdf>. Acesso em: 12 out. 2015.

Art. 461 Consolidação das Leis do Trabalho - Decreto Lei 5452/43. Disponível Em:<<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10712674/artigo-461-do-decreto-lei-n-5452-de-01-de-maio-de-1943>> Acesso em: 20 Maio 2018

BATISTA, Natalia Nunes Ferreira; CACCIAMALI, Maria Cristina. Diferencial de salários entre homens e mulheres segundo a condição de migração. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 26, p. 97-115, 2009.

BLANCHARD, O. J. **“Comment”**. *Journal of Business and Economics Statistics*, v. 5, p. 449-451, 1967.

COELHO-BARROS, Emílio Augusto et al. Métodos de estimação em regressão linear múltipla: aplicação a dados clínicos. **Revista Colombiana de Estadística**, v. 31, n. 1, p. 111-129, 2008.

DASSOW, Charline; COSTA, Raphaela Marya Gerônima Santos da; FIGUEIREDO, Adriano Marcos Rodrigues. Crescimento econômico municipal em Mato Grosso: uma análise de convergência de renda. **Revista Brasileira de Economia**, v. 65, p. 359-372, 2011.

FAUSTINO, ET AL. **Mercado de trabalho e discriminação: uma análise das diferenças salariais e discriminação por gênero no Brasil e microrregiões**. 2014. 20 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

Guimarães, P. M. N. (2019). Desigualdade salarial entre homens e mulheres: uma análise econométrica de 2009–2015 no Brasil.

GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. **Econometria Básica**. São Paulo, Makron Books, 5ª Edição, 2011.

JACINTO, Paulo de Andrade. Diferenciais de salários por gênero na Indústria Avícola da Região Sul do Brasil: uma análise com micro dados. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 43, n. 3, p.529-555, Setembro, 2005.

MADALOZZO, R. Occupational segregation and the gender wage gap in Brazil:MAGNUSSON, C.; NERMO, M. Gender, parenthood and wage differences: the importance of time-consuming job characteristics. *Social Indicators Research*, v. 131, p. 797-816, 2017

MARIANO, Francisca Zilania et al. Diferenciais de Rendimentos entre Raças e Gêneros, nas Regiões Metropolitanas, por Níveis Ocupacionais: uma análise através do pareamento de Ñopo. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 48, p. 137-173, 2018.

MASSUQUETTI, Angélica et al. **O SUL E O NORDESTE NO BRASIL: UMA ANÁLISE DAS DIFERENÇAS NO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DESTAS REGIÕES.** In: **II ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE**, 2008, Chapecó. Anais. Chapecó, 2008. p. 1 - 19.

MEGDA, R. D. S. (2020). Discriminação de gênero no mercado de trabalho brasileiro de 2012 até 2019: uma análise econométrica.

MINCATO, ET AL. **Desigualdades De Gênero: Disparidade Salarial E Segregação Ocupacional.** In: **Xii Encontro Sobre Os Aspectos Econômicos E Sociais Da Região Nordeste Do Rs**, 7., 2013, Caxias Do Sul. --. Rio Grande Do Sul: -, 2013.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. Mulheres no trabalho: tendência 2016. Disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_457096.pdf. Acesso em: 29/01/2022

Pesquisa do salarial: **As diferenças salariais entre Homens e Mulheres.** Disponível em:<https://www.catho.com.br/salario/action/artigos/As_diferencas_salariais_entre_Homens_e_Mulheres.php> Acesso em: 1 JUN. 2018

PESSÔA, Samuel de Abreu. **Economia Regional, Crescimento Econômico e Desigualdade Regional de Renda.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas – FGV, 1999. RIBEIRO, R.; NEDER, H. Desigualdade dos rendimentos do trabalho: estudo comparativo para as regiões Nordeste e Sudeste do Brasil. *Análise Econômica*, Porto Alegre, v. 24, n. 45, mar. 2006

SANDBERG, S. **Faça acontecer: mulheres, trabalho e a vontade de liderar.** São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

SILVA, Vitor Hugo Miro Couto et al. **Capital humano e desigualdade salarial no Brasil: uma análise de decomposição para o período 1995-2014.** *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 46, n. 3, p.579-608, setembro 2016.

SILVA, Vitor Hugo Miro Couto. **Decompondo o diferencial regional de salários entre sudeste e nordeste: uma aplicação da abordagem quantílica incondicional.** 2016. 24 f. Monografia (Especialização) - Curso de Economia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

SOUZA, Paola Faria Lucas de. **Efeitos da maternidade e do casamento sobre o diferencial de salários entre gêneros no brasil para o ano de 2014.** 2016. 113 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.



GESTÃO DO INVESTIMENTO PÚBLICO: UMA ANÁLISE DOS GASTOS PÚBLICOS SOBRE O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL PARA O ESTADO DO CEARÁ

Antonia Leudiane Mariano Ipolito

Mestranda em Economia Rural – PPGER/UFC

E-mail: leudianemipolito@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4625-4474>

Isadora Gomes Ribeiro

Mestranda em Economia Rural – PPGER/UFC

E-mail: isadoragribeiro96@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0888-013X>

Informações sobre o

artigo:

Recebido em:

06/05/2022

Aceito em:

10/05/2022

Data de publicação:

03/06/2021

Palavras-chave:

Gestão de

Investimentos Públicos

Gastos Públicos

Índice de

Desenvolvimento

Humano Municipal

RESUMO

O investimento público é um instrumento importante no qual é capaz de impulsionar o desempenho econômico. Através deste o investimento privado é estimulado, assim também como o crescimento da produtividade do setor público, por meio da melhoria do capital humano, consequentemente incentivando à inovação tecnológica criando empregos e afetando os três importantes pilares socioeconômicos. Este estudo tem como objetivo principal analisar a gestão de investimentos públicos nos gastos públicos e o impacto sobre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) no estado do Ceará. A análise foi desenvolvida através de pesquisa bibliográfica seletiva, onde consiste na revisão da literatura relacionada à temática abordada. Após a análise e estudo do tema, observou-se que o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é fortemente impactado pela gestão dos investimentos públicos uma vez que esse é composto por três importantes indicadores socioeconômico, sendo estes, saúde, educação e renda. Assim, uma boa administração do patrimônio públicos se faz necessário trazendo benefícios para a população. Desta forma, estudos que busquem analisar gestão dos recursos é fundamental, uma vez que os resultados podem ser base para tomada de decisão no governo, buscando crescimento e desenvolvimento para o país.

PUBLIC INVESTMENT MANAGEMENT: AN ANALYSIS OF PUBLIC EXPENDITURE ON THE MUNICIPAL HUMAN DEVELOPMENT INDEX FOR THE STATE OF CEARÁ

ABSTRACT

Public investment is an important instrument in which it is able to boost economic performance. Through this, private investment is stimulated, as well as public sector productivity growth, through the improvement of human capital, consequently encouraging technological innovation, creating jobs and affecting the three important socio-economic pillars. The main objective of this study is to analyze the management of public investments in public spending and the impact on the Municipal Human Development Index (IDHM) in the state of Ceará. The analysis was developed through selective bibliographic research, which consists of reviewing the literature related to the topic addressed. After analyzing and studying the topic, it was observed that the Municipal Human Development Index (IDHM) is strongly impacted by the management of public investments since it is composed of three important socioeconomic indicators, namely health, education and income. Thus, a good administration of public assets is necessary bringing benefits to the population. In this way, studies that seek to analyze resource management is essential, since the results can be the basis for decision-making in the government, seeking growth and development for the country.

Keywords:

Public Investment

Management

Public spending

Municipal Human

Development Index

1 INTRODUÇÃO

A história nos mostra que políticas públicas têm um importante impacto no desenvolvimento econômico do país, diversas instituições renomadas estão preocupadas com a aplicação de políticas que venham contribuir positivamente, visando o bem-estar social e econômico para todos os indivíduos.

De acordo com Lobo (2017), o conceito de desenvolvimento foi, por muitos anos, associado ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Contudo, considerar o desenvolvimento levando em consideração apenas o crescimento do PIB, desassociando melhorias na qualidade de vida da população, fornece uma definição distorcida. Assim, foi criado o Índice de desenvolvimento Humano (IDH) com o objetivo de oferecer um contraponto ao PIB, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento (PNUD, 2015).

É importante destacar que em uma sociedade a alocação dos gastos públicos precisa ser realizada de forma eficiente, dada a necessidade do desenvolvimento econômico como um todo, o que perpassa até o crescimento. Sendo assim, a necessidade de estudos voltados para este assunto faz se necessário, sendo muito importante fazer análise que venham contribuir para melhoria da gestão dos recursos aplicados neste setor.

Quando os recursos são geridos adequadamente, os resultados são positivos e consequentemente a sociedade é beneficiada. Ao fazer uma análise sobre a gestão de investimentos público em políticas públicas e o impacto sobre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) no estado do Ceará, buscamos mostrar que quando os três requisitos: saúde, educação e renda são atendidas, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) irá apresentar um resultado mais próximo de um, mostrando assim, melhor desenvolvimento humano do município. Desta forma, expondo a necessidade de pesquisas que abordem esse assunto, tendo em vista sua relevância para a população.

O presente trabalho tem como objetivo geral, analisar a gestão de investimentos públicos nos gastos públicos e o impacto sobre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) no estado do Ceará. Os objetivos específicos são: evidenciar fatores determinantes do Indicadores de Desenvolvimento Humanos, evidenciar a importância de estudos voltados para gestão de investimentos públicos.

Este estudo busca contribuir com o debate sobre desenvolvimento humano atrelado aos gastos públicos. Inclusive evidenciando para as autoridades governamentais a importância da destinação dos recursos para setores que promovem a elevação do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Assim, a análise foi realizada através de uma pesquisa bibliográfica seletiva, que consiste na revisão da literatura relacionada à temática abordada. Desta forma, foram utilizados livros, periódicos, artigos, sites da Internet entre outras fontes.

Além desta introdução, o trabalho possui mais duas seções. A revisão de literatura, que consiste numa breve explanação dos aspectos teóricos e empíricos relacionados aos gastos públicos, crescimento e desenvolvimento econômico; gastos públicos no Brasil e no âmbito municipal; assim também como, índice de desenvolvimento humano municipal no estado do Ceará e por fim, as considerações finais, com uma breve síntese do que foi apresentado neste trabalho e as referências.

2 DESENVOLVIMENTO

O tipo de pesquisa escolhida foi bibliográfico seletivo, sendo utilizado artigos, livros, periódicos dentre outros para ser feito a abordagem sobre o assunto. Neste tópico será tratado sobre gastos públicos, crescimento e desenvolvimento econômico, gastos públicos no Brasil e no âmbito municipal, seus impactos e sua importância. Além disso, será tratado sobre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal dando ênfase ao estado do Ceará.

2.1 Gastos Públicos, Crescimento e Desenvolvimento Econômico

Uma das mais significativas formas de atuação do governo na economia de um país é através dos gastos públicos. Por meio delas o governo concretiza a sua prevalência sobre a prestação dos serviços públicos básicos, tais como: gastos com educação, saúde, habitação, cultura, entre outros. Além de realizar gastos com investimentos em infraestruturas necessárias para viabilizar o funcionamento das empresas e fornecer bens e serviços de qualidade para a população.

Quando falamos de desenvolvimento humano, diferente da ótica do crescimento econômico, nele olhamos diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades. O índice de desenvolvimento humano Municipal (IDHM) é composto por três requisitos considerados os mais importantes para a expansão da liberdade das pessoas, sendo eles: a oportunidade de se levar uma vida longa e saudável, a possibilidade de acesso ao conhecimento e a um padrão de vida digno, mas especificamente, saúde, educação e renda.

Segundo Vieira, Albert e Bagolin (2008), quando abordamos desenvolvimento econômico, tratamos de um processo de mudanças sociais e econômicas que ocorrem em determinado território contribuindo para a melhoria do bem-estar dos indivíduos ali presente. Tendo em vista que a dimensão dessas mudanças envolve um conjunto de interdependência com outros elementos e estruturas existentes em determinada região, o desenvolvimento configura-se num complexo sistema de interações e abordagens.

“Apesar do amplo debate sobre a qualidade do crescimento e seu real papel na promoção do desenvolvimento, as políticas de desenvolvimento têm sido, ainda, bastante centradas na promoção do crescimento econômico.” (VIEIRA, ALBERT E BAGOLIN, 2008).

Na literatura existem diversos trabalhos que interpretam uma relação positiva entre os gastos públicos e o crescimento econômico. Ou seja, os gastos públicos possibilitam uma elevação do crescimento econômico através do aumento da produtividade do setor privado (RAM, 1986; BARRO, 1990; CASHIN,1995). Ou seja, serviços de infraestrutura e de segurança servem de insumos para o setor privado (JÚNIOR, 2009). Aliado a isso, as externalidades dos bens públicos elevam os retornos privados, bem como a acumulação de capital e taxa de juros. Todavia, uma ineficiência na alocação dos recursos públicos pode comprometer o efeito positivo dessas externalidades (JUNIOR, 2009).

No Brasil ainda há desigualdade na distribuição de renda e de elevados níveis de pobreza, e para mitigar essa situação é necessário aumento dos rendimentos dos pobres via crescimento econômico (aumento geral da renda) ou pela queda de desigualdade de renda. Diante disso, do ponto de vista dos gastos públicos em infraestrutura social, como medidas políticas de crescimento econômico, tem-se os gastos públicos em infraestrutura e em capital humano (CRUZ *et al*,2010). Dessa forma, a literatura apresenta que políticas de redistribuição de renda têm se tornado cada vez mais importantes para a redução da pobreza (DIAS,2007; LIMA,2014).

2.2. Gastos Públicos no Brasil e no âmbito municipal

Entende-se como gastos públicos a soma das despesas governamentais com atividade econômica produtiva e dos gastos do governo com a administração. Eles são considerados a principal forma de atuação do governo, pois através deles há investimento na economia e prestação de serviços públicos (RIANI,2002). Além disso, os recursos públicos possibilitam aumento da qualidade de vida, no nível de emprego e desenvolvimento de novas tecnologias. Entretanto, esses recursos são limitados e, desta forma, o governo precisa colocá-los de forma eficiente para atender as necessidades da população (ARAGÃO *et al*, 2012; MATTEI *et al*,2018).

Os gastos públicos interferem diretamente na vida da população, de modo que a qualidade dos serviços públicos básicos que promovem a dignidade humana, depende de uma boa e eficiente alocação desses recursos. Desse modo, a qualidade de vida da população necessita de intervenções do poder público, os quais exigem do Estado recursos financeiros, tecnológicos e humanos alocados de forma eficiente (SILVA, 2019). Entretanto, no âmbito do Estado há um dilema econômico devido aos recursos públicos serem limitados e, portanto, a população espera a melhor utilização dos mesmos.

Durante um longo período, os municípios brasileiros enfrentam problemas de inflação elevada, recessão econômica, carência de recursos para investimentos e, no âmbito interno, ausência de instrumentos eficazes de planejamento e controle dos gastos públicos municipais. Esses fatores tiveram um impacto negativo no desempenho social e econômico desses municípios (LEITE E FIALHO,2015). Dessa forma, a melhora dos indicadores de desenvolvimento está relacionada à maior eficiência da gestão pública, este pressuposto é confirmado por Leite e Fialho (2014,2015), em que os resultados apresentados em seus trabalhos demonstram que os aspectos da gestão pública, medida por indicadores, influencia o desenvolvimento econômico e social dos municípios. Além disso, os autores Matias et al. (2002); Resende, Slomski e Corrar (2005); Sousa et al. (2011); Oliveira e Silva (2012) corroboram com o mesmo resultado, de haver associação entre as variáveis de gestão e de desenvolvimento dos municípios brasileiros.

Por outro lado, Moraes et al (2018) demonstra em seu trabalho que as diferenças nas despesas públicas dos municípios brasileiros são determinadas por diferenças nos níveis de desenvolvimento socioeconômico, no contexto demográfico e do contexto político de execução das políticas públicas. Estes resultados corroboram com Fisher (1964), reafirmando que esses fatores criam demandas para as despesas governamentais. Ademais, ainda segundo Moraes et al (2018), as análises econométricas demonstraram também que, dos fatores socioeconômicos, as variáveis que exercem influência estatisticamente significantes sobre os gastos do governo nos municípios brasileiros são: PIB per capita, status de saúde e status de educação.

Os principais gastos municipais são com despesas referentes à educação, saúde e saneamento. Somado a isso, outros gastos importantes são com habitação, iluminação e pavimentação públicas, transporte e os com regulamentação de atividades comerciais (ARAUJO et al, 2010).

2.3 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) no Estado do Ceará

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), registrou em seu último levantamento no ano de 2021, um total de 9.240.580 milhões de habitantes no estado do Ceará. De acordo a pesquisa mais recente feita no ano de 2017, o Radar IDHM mostrou valores calculados a partir do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), onde mostra

que na região Nordeste a melhor média do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) foi do estado do Ceará, um valor de 0,735.

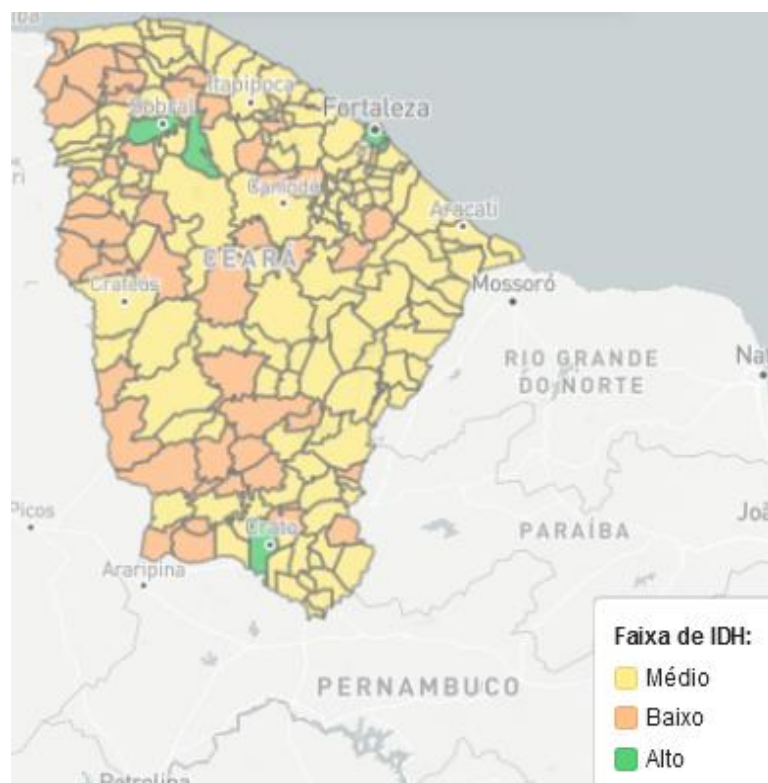
O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda (PNUD, 2021). Apesar de não conter todos os aspectos de desenvolvimento socioeconômico, ele traz uma medida que engloba aspectos gerais, assim de forma sucinta amplia a perspectiva sobre o desenvolvimento humano.

Segundo Scarpin e Slomski (2007), a primeira dimensão do IDH é obtida pelo cálculo de um único índice, chamado índice de esperança de vida. A segunda dimensão é avaliada pelo índice da educação, composto de dois índices, o índice da alfabetização de adultos e o da escolarização bruta combinada. De posse dos dois índices, é feita uma ponderação para o cálculo do índice da educação e então atribuída uma ponderação de 2/3 à alfabetização de adultos e de 1/3 à escolarização combinada. Por fim, na terceira dimensão, o índice do PIB é calculado utilizando o PIB per capita ajustado (dólares PPC).

O propósito da criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi oferecer um contraponto ao Produto Interno Bruto (PIB) per capita, um indicador que apesar de ser muito utilizado, considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Desta forma, o IDH traz fatores que o torna um indicador mais amplo (PNUD, 2021). É um índice que tem variação entre 0 e 1 e quando mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano.

Desta forma, o índice tratado neste tópico é um dos principais indicadores socioeconômicos. Assim, tanto o setor público como o setor privado, possuem um papel importante no desenvolvimento regional, podendo formar políticas públicas que proporcionem o aumento desse indicador e do mesmo modo afetando parâmetros e variáveis macroeconômicas.

Figura 1 – Mapa do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Ceará (2010)



Fonte: Anuário do Ceará 2021.2022

3 CONCLUSÃO

Em suma, é notório a necessidade de uma boa gestão dos recursos públicos em benefício do povo. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é fortemente impactado pela gestão dos investimentos públicos uma vez que esse é composto por três importantes indicadores socioeconômicos, sendo os fatores determinantes, ou seja, saúde, educação e renda.

Embora o Brasil seja um país de grande riqueza natural e cultural, sua diversidade não se limita às vantagens que este grande país oferece, mas inclui também a desigualdade. Olhando para as disparidades de investimento ou gestão nas diferentes regiões, principalmente no Nordeste, esse fato é evidente ao analisar os indicadores. Logo, é necessário investimento sábio para que a população desfrute dos recursos básicos que proporcionam melhor qualidade de vida.

Ademais, percebe-se que a boa governança, fiscalização e resolução de problemas, com a verificação constante, torna-se muito necessária, fruto da transparência para a

sociedade, mostrando como os índices funcionam e a forma como impactam significativamente em suas vidas.

Assim, estudos que tratem desse assunto, são extremamente necessários, pois além de mostrar para a sociedade como funciona o índice e a forma que ele tem impacto, traz aos governantes uma visão na qual permite uma reflexão, levando em consideração a necessidade da observação desses fatores no momento de desenhar políticas públicas e aplicar recursos visando crescimento e desenvolvimento da população local.

REFERÊNCIAS

Anuário do Ceará 2021.2022. Disponível em: < <https://www.anuariodoceara.com.br/idh-municipal-ceara/>>. Acesso em: 21, de março de 2022.

Aragão, C. H. S., Sobral, E. F. M., da Silva Melo, S. R., & Melo, F. V. S. (2012). Impacto Das Despesas Públicas Por Função No Crescimento E Econômico Brasileiro. *Observatorio de la Economía Latinoamericana*, (171).

Araujo, J. A. D., Monteiro, V. B., & Cavalcante, C. A. (2010). Influência dos gastos públicos no crescimento econômico dos Municípios do Ceará.

BARRO, R. A. Cross-Country Study of Growth, Saving and Government.NBER: Working Paper n. 2855, Feb. 1990.

CASHIN, P. Government Spending Taxes and Economic Growth.IMFStaffPapers, v. 42, n. 2, p. 237-269, June, 1995.

Ceará – IBGE. 2021. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce>>. Acesso em: 14, de dezembro de 2021.

Cruz, A. C., Teixeira, E. C., & Braga, M. J. (2010). Os efeitos dos gastos públicos em infraestrutura e em capital humano no crescimento econômico e na redução da pobreza no Brasil. *Revista Economia*, 11(4), 163-185.

Dias, J., & Dias, M. H. A. (2007). Crescimento econômico e as políticas de distribuição de renda e investimento em educação nos estados brasileiros: teoria e análise econométrica. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, 37, 701-743.7

Fisher, G. W. (1964). Interstate variation in state and local government expenditure. *National Tax Journal*, 17(1), 57-74

Índice de Desenvolvimento Humano. PNUD - Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento, 2021. Disponível em: <<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos.html>>. Acesso em: 14, de dezembro de 2021.

Júnior, J. O. C. (2009). Os gastos públicos no Brasil são produtivos?. *Planejamento e políticas públicas*, (23).

Leite Filho, G. A., & Fialho, T. M. M. (2014). Associação entre Indicadores de Gestão Pública municipal e Indicadores de Desenvolvimento dos Municípios Brasileiros. Anais do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, São Paulo, Brasil, 14.

Leite Filho, G. A., & Fialho, T. M. M. (2015). Relação entre indicadores de gestão pública e de desenvolvimento dos municípios brasileiros. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 20(67).

Lima, G. P. P., Moreira, T. B. S., & da Silva, G. (2014). Eficiência dos gastos públicos no Brasil: análise dos determinantes da pobreza. *Revista Economia e Desenvolvimento*.

Lobo, B. J. M. (2017). Análise espacial do desenvolvimento humano educacional dos municípios do estado do Ceará nos anos 2000 e 2010.

Matias, A. B., Ortolani, F., & Campello, C. A. G. B. (2002). A relação (in)existente entre a responsabilidade fiscal e responsabilidade social nos municípios paulistas. Anais do Assembly of the Latin American Council of College of Business Administration – CLA-DEA, Porto Alegre, Brasil, 37.

Mattei, T. F., Fernanda M. B., and Gilmar R. M. "Despesas públicas e o nível de desenvolvimento humano dos estados brasileiros: uma análise do IDHM 2000 e 2010." *Race: revista de administração, contabilidade e economia* 17.1 (2018): 29-54.

MORAIS, L. M. F., SARMENTO, T. L. D. F., DINIZ, J. A., & DE QUEIROZ, D. B. (2018). Determinantes dos gastos públicos dos municípios brasileiros.

Oliveira, M. de J., & Silva E. A. (2012). Eficiência na Gestão Fiscal Pública e o Desenvolvimento Socioeconômico dos Municípios da Microrregião de Cataguases/MG. Anais do Encontro de Administração Pública e Governo – EnApg, Salvador, Brasil, 5.

PNUD (Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento). **Relatório do Desenvolvimento Humano 2015**: o trabalho como motor do desenvolvimento humano. New York: PNUD, 2015.

Radar IDHM: evolução do IDHM e de seus índices componentes no período de 2012 a 2017. – Brasília: IPEA: PNUD: FJP, 2019.

RAM, R. Government Size and Economic Growth: A New Framework and Some Evidence from Cross-section and Time Series Data. *American Economic Review*, v. 76, p. 191-203, 1986.

Rezende, A. J., Slomski, V., & Corrar, L. J. (2005). A gestão pública municipal e a eficiência dos gastos públicos: Uma investigação empírica entre as políticas

públicas e o índice de desenvolvimento humano (IDH) dos municípios do estado de São Paulo. *Re-vista Universo Contábil*, 1(1), 24-40.

RIANI, F. Economia do setor público: uma abordagem introdutória. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SCARPIN, Jorge Eduardo; SLOMSKI, Valmor. Estudo dos fatores condicionantes do índice de desenvolvimento humano nos municípios do estado do Paraná: instrumento de controladoria para a tomada de decisões na gestão governamental. **Revista de administração pública**, v. 41, p. 909-933, 2007.

Silva, E. C. (2019). *O direito dos gastos públicos no Brasil*. Almedina.

Sousa, P. F. B., Gomes, A. de O., Lima, A. O., Peter, M. da G. A., & Machado, M. V. V. (2011). Lei de responsabilidade fiscal e sua relação com o desenvolvimento municipal: Uma análise utilizando dados em painel. Anais do Congresso Brasileiro de Custos – CBC, Rio de Janeiro, Brasil, 18.

VIEIRA, Cilane da Rosa; ALBERT, Carla Estefania; BAGOLIN, Izete Pengo. Crescimento e desenvolvimento econômico no Brasil: uma análise comparativa entre o PIB per capita e os níveis educacionais. **Análise–Revista de Administração da PUCRS**, v. 19, n. 1, 2008.



O IMPACTO DO MICROCRÉDITO SOBRE O EMPREENDEDORISMO FEMININO NO PERÍODO PANDÊMICO

Francisdalva Rosa de Jesus

Mestrado em Economia Rural (PPGER/UFC)
francisdalva.rosa@ifpi.edu.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6422-639X>
LATITES: <http://lattes.cnpq.br/0161172999465358>

Maria Vanessa Silva dos Reis

Mestrado em Economia Rural (PPGER/UFC)
vanessareis6622@gmail.com
LATITES: <http://lattes.cnpq.br/5399106289189439>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6154-3875>

Roberio Telmo Campos

Mestrado em Economia Rural (PPGER/UFC)
roberiotcampos@gmail.com
LATITES: <http://lattes.cnpq.br/2652530418454016>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1393-987X>

Informações sobre o

artigo:

Recebido em:

06/05/2022

Aceito em:

10/05/2022

Data de publicação:

03/06/2021

Palavras-chave:

Empreendedorismo

feminino

Microcrédito

Crediamigo

Desenvolvimento

Socioeconômico

RESUMO

A presença da mulher no mercado de trabalho brasileiro, bem como sua participação no empreendedorismo, é bastante notória e demanda uma melhor compreensão das questões enfrentadas por elas na trajetória empreendedora. As políticas de microcrédito tornaram-se a ferramenta impulsionadora para o desenvolvimento do setor socioeconômico e produtivo, incluindo, em sua maioria, as mulheres no contexto das atividades microempreendedoras. Neste estudo, realizado com microempreendedoras clientes do Programa Crediamigo, na Mesorregião do Alto Parnaíba Piauiense, aborda-se a questão de como se apresenta a participação feminina, frente as ações do Microcrédito, em período de pandemia. O presente trabalho possui abordagens quantitativa e qualitativa, denominada abordagem mista quanto a seu delineamento, envolvendo assim, uma combinação de abordagens. Desta forma, utiliza-se como método de análise a *clusterização* (obtida por meio do software R versão 4. 1. 2). Os resultados obtidos denotam que o crédito do Programa Crediamigo trouxe benefícios para a maioria das microempreendedoras solicitantes, pois obtiveram o retorno do dinheiro investido, mesmo diante de adaptações frente ao período pandêmico.

THE IMPACT OF MICROCREDIT ON FEMALE ENTREPRENEURSHIP IN THE PANDEMIC PERIOD

ABSTRACT

The presence of women in the Brazilian labor market, as well as their participation in entrepreneurship, is very notorious and demands a better understanding of the issues faced by them in the entrepreneurial trajectory. Microcredit policies have become the driving force for the development of the socioeconomic and productive sector, including, for the most part, women in the context of microentrepreneurial activities. This study, conducted with microentrepreneurs clients of the Crediamigo Program, in the Mesoregion of Alto Parnaíba Piauiense, addresses the question of how female participation is presented, in front of microcredit actions, in a pandemic period. The present work has quantitative and qualitative approaches, called mixed approach regarding its design, thus involving a combination of approaches. Thus, clusterization is used as an analysis method (obtained through R version 4 software. 1. 2). The results obtained denote that the crediamigo program credit brought benefits for most of the requesting microentrepreneurs, because they obtained the return of the money invested, even in the face of adaptations in the face of the pandemic period.

Keywords:

Female
entrepreneurship
Microcredit
Crediamigo
Socioeconomic
Development

1 INTRODUÇÃO

Em um contexto social marcado por relações desiguais de gênero, principalmente no âmbito do mercado de trabalho, ativamente percebidas nas diferenças predominantes nas relações de trabalho e na ausência de oportunidades, causadas pela dificuldade de acesso ao crédito, percebe-se, nos últimos anos, uma mudança considerável na configuração padrão, por meio do aumento da participação feminina no empreendedorismo brasileiro.

A realidade enfrentada pela mulher brasileira de baixa renda, principalmente, em momentos de instabilidade financeira, vivenciados por grande parte da população hodiernamente, considerando ainda o período pandêmico existente, coloca em destaque a necessidade de intervenções que viabilizem melhorias significativas, tanto nos âmbitos econômico e produtivo, quanto humano e social. Segundo Mota *et al.* (2021), o Brasil é marcado pela vulnerabilidade e exclusão social que, associados ao fenômeno da pobreza, fez surgir à necessidade de políticas públicas de intervenções econômicas e sociais objetivando a transferência de renda e de acesso ao crédito, por meio de Programas de Microcrédito.

Com o intuito de sair da condição de desemprego e pobreza, muitas pessoas recorrem ao empreendedorismo como meio de sobrevivência para si e para seus familiares. As políticas de microcrédito tornaram-se a ferramenta impulsionadora para o desenvolvimento do setor socioeconômico e produtivo, incluindo, em sua maioria, as mulheres no contexto das atividades microempreendedoras. Tais políticas surgiram com o objetivo de diminuir as disparidades regionais, a exemplo do Programa Crediamigo que possui como uma de suas principais missões, a diminuição da pobreza por meio do aumento do acesso ao crédito, destacando-se sua atuação na região Nordeste que apresenta marcas de desigualdade visíveis, principalmente socioeconômicas.

A presença da mulher no mercado de trabalho brasileiro, bem como sua participação no empreendedorismo, é bastante notória e demanda uma melhor compreensão das questões enfrentadas por elas na trajetória empreendedora. De sorte que, este estudo procura eliminar o viés exploratório das análises e busca cooperar com a discussão abordando a relação entre o campo de pesquisas do microcrédito, com foco no Programa Crediamigo, e o enfoque de pesquisas em questões de gênero, destacando-se a participação das mulheres em atividades de microempreendedorismo.

Diante dos novos desafios que circundam a participação feminina na área de economia do trabalho e renda, cada vez mais vem crescendo sua participação em atividades empreendedoras. Neste contexto, este estudo objetiva analisar a importância do Programa Crediamigo para o desenvolvimento do empreendedorismo feminino na mesorregião piauiense do Alto Parnaíba, durante o período da pandemia. Com a finalidade de alcançar e responder o objetivo proposto, desenvolve-se um estudo de caso, especificamente sobre as mulheres empreendedoras, que utilizam o programa de microcrédito Crediamigo na região supracitada.

Assim, para dar suporte ao presente trabalho, faz-se uma revisão teórica sobre o empreendedorismo feminino, o microcrédito e o Programa Crediamigo, objetivando entender melhor os elementos conceituais relativos ao tema em análise e para mostrar a relevância da temática em discussão. Em sequência, apresenta-se a metodologia, baseando-se no trabalho de Cunha (2017). Descrevem-se os resultados e discussão por meio da apresentação do balanço dos dados e informações coletadas. E, por fim, fazem-se as considerações finais, partindo dos principais resultados encontrados para o cumprimento do objetivo proposto.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Empreendedorismo feminino no Brasil

O empreendedorismo é considerado por muitos autores e pesquisadores como um elemento propulsor do crescimento e desenvolvimento econômico e social. Ele representa uma peça-chave no desenvolvimento de toda sociedade e pode-se dizer que é a base de criação de sua riqueza. Ao se valorizar o empreendedorismo é possível dizer que também se está valorizando um tipo de riqueza fundamental em uma sociedade: que são os potenciais humanos (SEBRAE, 2013).

A definição de empreendedorismo pelo Global Entrepreneurship Monitor- GEM é dada como tentativa de se criar um empreendimento, utilizando, para tanto, de uma atividade autônoma, podendo ser a abertura de um novo negócio ou expansão de um preexistente, por uma pessoa ou um grupo de pessoas (GEM, 2013). Pode-se, no entanto, separar este conceito em duas formas, sendo elas: empreendedorismo por vocação e empreendedorismo por necessidade (CUNHA, 2017).

As mulheres, no Brasil, representam 34% de todos os proprietários de negócios (SEBRAE, 2019). Vita, Mari e Poggesi (2014) apontam que, do ponto de vista econômico, o papel das mulheres na criação e gestão de negócios é um fator fundamental para o crescimento econômico e o desenvolvimento de países em desenvolvimento. As mulheres empreendedoras no Brasil vêm ganhando espaços no decorrer dos anos, entretanto, enfrentam desafios como a consolidação dos seus direitos na sociedade, tendo que associar vida familiar, pessoal e nos negócios (MOLETTA, 2020).

O empreendedorismo feminino origina serviço e proporciona novidade, contribuindo para o aumento socioeconômico do país. Assim, a mulher empreendedora ganha seu espaço tanto em sua luta pela inserção social como pela sua inserção no mundo do mercado de trabalho. Para muitas mulheres, o empreendedorismo parece uma opção atraente, permitindo-lhes prosseguir um trabalho gratificante e flexível. Para outras, surge por pura necessidade devido à falta de opções de emprego, ou ainda surge como uma precisão para acomodar as responsabilidades familiares e o próprio sustento da família (BYRNE; FATTOUM; DIAZ GARCIA, 2019; MOLETTA, 2020).

Pesquisa realizada pelo GEM (2013), mostra que no Brasil 66,2% das mulheres empreendedoras são por oportunidade, enquanto 33,8% delas são por necessidade. Muitos são aqueles que empreendem por vontade e vocação, enquanto empreendedores por

necessidade são aqueles que empreendem por não haver outra opção de sustento, como já foi mencionado anteriormente (CUNHA, 2017). O empreendedorismo é considerado por muitos autores e pesquisadores como um elemento propulsor do crescimento e desenvolvimento econômico e social. Ele representa uma peça-chave no desenvolvimento de toda sociedade e pode-se dizer que é a base de criação de sua riqueza. Ao se valorizar o empreendedorismo é possível dizer que também se está valorizando um tipo de riqueza fundamental em uma sociedade: que são os potenciais humanos (SEBRAE, 2013).

A definição de empreendedorismo pelo *Global Entrepreneurship Monitor*- GEM é dada como tentativa de se criar um empreendimento, utilizando, para tanto, de uma atividade autônoma, podendo ser a abertura de um novo negócio ou expansão de um preexistente, por uma pessoa ou um grupo de pessoas (GEM, 2013). Pode-se, no entanto, separar este conceito em duas formas, sendo elas: empreendedorismo por vocação e empreendedorismo por necessidade (CUNHA, 2017).

O empreendedorismo por vocação também pode ser chamado de empreendedorismo por oportunidade e tem este conceito por conta da forma que ocorre quando o empreendedor encontra uma oportunidade e percebe ali sua vocação para um novo negócio. Ainda de acordo com o mesmo relatório, a forma de empreendedorismo por necessidade é aquela que a realização do empreendimento se dá por falta de oportunidade do mercado de trabalho, na qual criar um negócio próprio é a única solução de geração da renda (GEM, 2013; CUNHA, 2017).

2.2 Microcrédito

A largada inicial do Microcrédito no mundo foi dada por Muhammad Yunus, por meio de empréstimo em pequenas quantias a um grupo de mulheres menos favorecidas que viviam em um ciclo vicioso de empréstimos obtidos de agiotas. Não havia cobranças de juros em seus empréstimos (experimentais) iniciais, considerando sua intenção, *a priori*, de favorecer aquela parcela marginalizada de sua região (Bangladesh).

Percebendo o uso do capital emprestado em pequenos negócios locais da época e a liquidação das dívidas e, conseqüentemente, gerando novos empréstimos, Yunus fundou a primeira instituição bancária especializada em microcrédito, focando na diminuição da pobreza por meio da liberação de crédito para pequenos empreendedores.

O Grameen Bank de Bangladesh é uma instituição internacionalmente conhecida, com uma clientela que chega a 8,4 milhões de pessoas, dos quais 97% são mulheres. Até o fim de 1995 o Grameen Bank emprestou cerca de US\$ 1,5 bilhões e obteve uma inadimplência inferior a 5% (YUNUS, [s.d.], *online*). A instituição trabalha com grupo de pessoas, o conhecido aval solidário posteriormente tratado com maiores detalhes, modelo este que serviu de base para outros países. O exemplo do banco de Bangladesh serviu de modelo para muitos países (MORAES, 2008. p. 3).

De acordo com Cacciamali, Matos e Macambira (2014), Yunus percebeu que as necessidades financeiras eram extremamente reduzidas. Podia-se emprestar pouco a muitos. As pequenas amortizações e o “aval solidário” (tipo de garantia social), intragrupo de devedores, garantiriam baixíssimo nível de inadimplência. Sua revolução financeira foi dar crédito ao trabalho, quando sempre se deu ao capital.

De acordo com Sandroni (2005), o microcrédito deve ser entendido como “[...] crédito fornecido em pequena escala para pessoas menos favorecidas, destinado ao crescimento de seu negócio, deve ser usado de alguma forma como ‘investimento’ no empreendimento”. Barone *et al.* (2002) complementam afirmando que “é a concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendedores informais e microempresas sem acesso ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não terem como oferecer garantias reais. É um crédito destinado à produção (capital de giro e investimento) e é concedido com o uso de metodologia específica”.

Nessa perspectiva, o microcrédito situa-se como sendo o fator que impulsionou o desenvolvimento social, através do acesso ao crédito a pessoas marginalizadas financeiramente e aos pequenos empreendimentos, garantindo assim, a possibilidade de melhorar a geração de renda, conseqüentemente, a condição de vida. Dessarte, seguindo neste propósito, a iniciativa de Yunus tomou grandes proporções e foi sendo difundida no mundo, chegando de forma mais intensa no Brasil.

2.2.1 Microcrédito como Política Pública no Brasil

A chegada do Microcrédito em solo brasileiro se deu por meio da experiência da União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações, conhecida como Programa UNO, nos estados de Pernambuco e Bahia. Porém, segundo Lopes (2011), a primeira organização formal de microcrédito instalada no Brasil foi o Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos (CEAPE) Ana Terra, em Porto Alegre – RS.

Atualmente, o microcrédito conta com o amparo da Lei Nº 13.999 de 18 de maio de 2020, que institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para o desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios; e altera as Leis nºs 13.636, de 20 de março de 2018, 10.735, de 11 de setembro de 2003, e 9.790, de 23 de março de 1999 (BRASIL, 2020).

A seguir apresenta-se as fases, de forma cronológica, do microcrédito no Brasil, a fim de melhor explicar a evolução de sua implementação.

Quadro 1–Cronologia do Microcrédito no Brasil.

	Anos	Eventos
Fase 1	1972	A <i>Accion Internacional</i> inaugura o microcrédito no Brasil a partir de uma ONG, estimulando outras iniciativas e experiências semelhantes.
	1986	Programa Promicro (DF) inaugura a articulação do microcrédito em rede e em parceria com uma instituição financeira do governo nacional com um gestor de governo local.
	1987	Criação do Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos - CEAPE, ajudando a ratificar o sucesso do microcrédito sob uma iniciativa independente e brasileira do terceiro setor no Brasil.
	1988	A Constituição de 1988 avança na ordem social fundada no trabalho (art.193) e no combate à exclusão social.
Fase 2	1990	A criação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) regulamenta um importante fundo social que mais tarde veio a fomentar o microcrédito.
	1994	A criação do Programa de Geração de Emprego e Renda - PROGER (MTE) representa uma primeira iniciativa específica do governo federal de estímulo ao crédito para pequenos negócios.
	1995	Com a implantação do Projeto PORTOSOL (RS), entra em cena pela primeira vez o BNDES e SEBRAE no apoio financeiro e técnico em parceria com governos locais.
	1996	Cria-se o Programa do Crédito Produtivo Popular- PCPP, o primeiro programa do BNDES de apoio a projetos de microcrédito para o terceiro setor e de outras instituições.
Fase 3	1998	Criação do programa Crediamigo, do Banco do Nordeste, que inaugura a prática do microcrédito no modelo produtivo e orientado no Brasil, seguindo o “modelo Yunus”, do Banco Grameen.
	1999	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A Lei 9.790 (Lei das OSCIP) inclui o microcrédito como uma de suas finalidades, facilitando o acesso aos recursos públicos por meio de parcerias. ▪ Cria-se as Sociedades de Crédito aos Microempreendedores- SCM (MP 1894), personalidade jurídica específica para a disseminação do microcrédito.
	2000	Os Bancos do Povo de microcrédito promovem e fortalecem políticas públicas locais de microcrédito (estados e municípios).
	2001	Medida provisória 2.172-32 exclui as OSCIPs de vinculação à Lei da Usura.
Fase 4	2003	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Resolução 3.106 permite a formação de cooperativas de crédito de livre associação. ▪ Novo Código Civil aprimora as OSCIPs em questões delicadas, como da necessidade de maior transparência (art.53, por exemplo). ▪ Criação do Grupo de Trabalho Interministerial- GTI, do Ministério da Fazenda, para discutir os destinos do microcrédito no Brasil, com mais 11 representantes de diversas entidades financeiras, associações e outras comprometidas com o segmento.
	2005	Criação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado- PNMPO (lei 11.110) e do Programa de Microcrédito-PMC do BNDES, ambos seguindo o modelo de prospecção do Crediamigo.

2011	Cria-se o Programa Crescer, no âmbito do PNMPO, com a finalidade de ampliar o acesso de empreendedores formais ou informais (com faturamento de até R\$120 mil/ano) ao microcrédito por meio dos bancos públicos federais.
2018	Alterações na Lei n° 11.110 do PNMPO para facilitar a concessão de microcrédito.
2020	Criação da lei n°13.999/2020 e do programa de microcrédito PRONAMPE.

Fonte: Adaptado de Carvalho (2021).

Segundo Carvalho (2021), as iniciativas de microcrédito brasileiras visam atuar junto à população em situação de pobreza, onde verifica-se a atuação pública. A Resolução CMN n° 4.574/2017 definiu o público de baixa renda como sendo constituído pelas pessoas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), que é um cadastro do Governo Federal voltado para esse público, e criou um mecanismo multiplicador para incentivar as instituições financeiras a fornecer crédito. No mesmo ano, foi instituído o Plano Progredir, que se consiste em um conjunto de ações de inclusão produtiva com o objetivo de facilitar o acesso dessas pessoas inscritas no CadÚnico a oportunidades de emprego e renda.

A concessão de crédito por bancos tradicionais no Brasil ainda passa por dificuldades, considerando a falta de garantia de que o creditado será adimplente. Contrário à lógica capitalista (apenas o lucro), o microcrédito apresenta princípios de concessão do crédito que permitem uma conduta mais próxima da realidade socioeconômica dos pequenos empreendedores, que se complementa com uma garantia real ofertada de capital social, que envolve participação, confiança e reciprocidade (CARVALHO, 2021).

Considerando o crescimento do mercado de microcrédito no Brasil, o governo viu a necessidade de alterar as normas vigentes a respeito do tema, como será abordado a seguir.

2.2.2 Programa de Microcrédito Produtivo Orientado – CREDIAMIGO

Conforme o supracitado, a chegada das metodologias de microcrédito utilizadas no Brasil apresentava-se de forma limitante, exigindo a implementação de novos meios que abrangessem, também, as classes marginalizadas no sistema financeiro. Este passo exigiu mudanças na legislação.

Dessarte, em 2005, por meio da Lei n° 11.110, e posteriormente reformulado pela Lei 13.636, de 20 de março de 2018, que foi lançado o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), com o intuito de apoiar e financiar atividades produtivas de empreendedores, por meio da disponibilização de recursos orientados a diversos programas e iniciativas de microcrédito pelo país (CARVALHO, 2021).

Os programas de Microfinanças do Banco do Nordeste têm atuação fundamentada nas diretrizes do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado (PNMPO) do Governo Federal, regulamentado pela Lei nº. 11.110, de 25/04/2005 e pela Lei nº 13.636, de 20/03/2018 e Lei nº 13.999 que institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para o desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios (BNB, 2020).

Segundo Fonseca (2016), ao considerar os bancos públicos federais, a primeira experiência de microcrédito foi a do Banco do Nordeste – BNB, desde 1998 com o programa Crediamigo. O BNB optou por criar uma OSCIP, o Instituto Nordeste Cidadania, para lidar com a concessão direta de microcrédito, e atuava conforme a maioria das demais OSCIPs, com os grupos de aval solidário e agentes de crédito itinerantes. Ainda segundo a autora, o caso do BNB além de ser único ao considerar a participação de banco público federal, também foi à experiência que apresentou melhores desempenhos no Brasil.

Segundo Valente (MTE, [s.d.]), a proposta baseou-se na constatação de que a atividade produtiva informal de pequeno porte, centrada no núcleo familiar e, notadamente, nas pequenas propriedades, não estava sendo plenamente atendida pela ação de financiamento do banco, em função, principalmente, das restrições da regulamentação do sistema bancário brasileiro para operações dessa natureza.

Com base nessa perspectiva, ainda segundo a autora supracitada, o microcrédito foi norteado considerando os seguintes aspectos de formatação do BNB: 1. O microcrédito é um negócio viável, com grande alcance social; 2. A economia informal desenvolve atividade nos setores de comércio, produção e serviços; 3. As organizações de microcrédito seguem um padrão de pequenas agências, localizadas próximas dos clientes, com estruturas enxutas e oferecem serviços rápidos; 4. Os primeiros empréstimos são de pequenos valores, crescendo gradualmente de acordo com a capacidade de absorção e pagamento; 5. Os prazos são relativamente curtos, adequados às atividades do tomador; dentre outros mais, conforme o banco determina (VALENTE, MTE, [s. d.]). Com base em tais aspectos, apresenta as seguintes características do Crediamigo, no que diz respeito à tecnologia de funcionamento e operacionalização:

Quadro 2 - Características do Programa Crediamigo – BNB.

PROGRAMA CREDIAMIGO – BNB	
Características	<ul style="list-style-type: none">▪ Tratamento personalizado, com trâmites ágeis, e atendimento ao cliente no seu próprio atendimento;▪ Fácil acesso ao crédito e acompanhamento empresarial integrado;▪ Condições de empréstimo, em termos de valor, prazo e garantias, adequadas ao tamanho do negócio, ao tipo de atividade, à necessidade de crédito e à capacidade de pagamento;▪ Utilização da metodologia dos “Grupos Solidários”, como garantia do retorno dos créditos cujos membros mantêm relacionamento e interação, assumindo a garantia de que o devedor pagará o débito;▪ Utilização de taxa de mercado com vista a assegurar a autossustentabilidade do programa; e▪ Paralelamente ao crédito, são oferecidos serviços complementares, como capacitação técnica e gerencial do cliente, contribuindo para a sustentabilidade de seu empreendimento.

Fonte: Adaptado de Valente (MTE, [s. d.]).

Por meio das características citadas anteriormente, o governo espera melhorar a sustentabilidade das operações de crédito e, assim, aumentar a capacidade de produção dos microempreendedores, que passarão a gerar mais trabalho e renda e, ao mesmo tempo, incentivar a formalização destes pequenos negócios (LACERDA, 2013).

3 METODOLOGIA

3.1 Área de Estudo

O Estado do Piauí está dividido em quatro Macrorregiões (Litoral, Meio-Norte, Semiárido e Cerrado), que são subdivididas em 12 Territórios de Desenvolvimento (TD) e 28 Aglomerados. Segundo o relatório de levantamento do Tribunal de Contas do Estado, publicado em 2020, os TD's são: 01 - Planície Litorânea, 02 - Cocais, 03- Carnaubais, 04- Entre Rios, 05- Vale do Sambito, 06-Vale do Rio Guaribas, 07-Vale do Rio Canindé, 08- Serra da Capivara, 09-Vale dos Rios Piauí e Itaueiras, 10- Alto Parnaíba; 11- Chapada das Mangabeiras; 12 - Vale do Rio Itaim.

O estudo foi realizado na localização do Território de Desenvolvimento do Alto Parnaíba, que é composta por 12 municípios, mas a agência do Crediamigo da cidade de Uruçuí atende somente sete municípios desse território e mais duas cidades vizinhas do Estado do Maranhão, por ser fronteira com ele. Os municípios de: Uruçuí (agência), Sebastião Leal, Bertolândia, Antônio Almeida, Ribeiro Gonçalves, Baixa Grande do Ribeiro,

Benedito Leite (MA) e São Domingos do Azeitão (MA) fazem parte do escopo de atendimento dos agentes de crédito da unidade uruçuiense.

3.2 Natureza e Fonte dos Dados

A presente pesquisa, definida como Estudo de Caso, está relacionada à coleta de dados e informações acerca de um ou mais casos ou situações particulares a fim de relatá-los, bem como emitir algum parecer de acordo com as questões identificadas em sua realização (BARROS; LEHFELD, 2009; CUNHA, 2017). Foram utilizados os procedimentos de análise de pesquisa bibliográfica, utilizando-se da literatura clássica do tema pesquisado e das publicações disponíveis nos portais de periódicos e nos sites.

O estudo foi realizado, discorrendo especificamente sobre mulheres empreendedoras, que utilizam o programa de microcrédito Crediamigo (Banco do Nordeste), na região de Alto Parnaíba, no Estado do Piauí. As características regionais e a dificuldade de contato, por conta de ainda encontrar-se em estado de pandemia, levou que a presente pesquisa fosse realizada por meio das redes sociais (principalmente, o WhatsApp), sendo esta a maneira mais fácil de obter-se o contato com as respondentes. A plataforma utilizada para o questionário *online* foi a plataforma *Google Forms*, tanto pela facilidade de manuseio, quanto pela sua gratuidade.

Utilizou-se a clássica fórmula para calcular o tamanho da amostra utilizada neste estudo. A agência estudada possui uma população equivalente a um total de 4.760 clientes, sendo 3.593 mulheres, que é o foco do estudo, mas como não se conseguiu respondentes de todos os municípios, trabalhou-se com a população de 2.699, sendo o quantitativo do total de mulheres dos seguintes municípios: Baixa Grande do Ribeiro, Ribeiro Gonçalves, Sebastião Leal, Uruçuí e Benedito Leite (MA). Utilizou-se um nível de significância de 90% e um erro amostral de 10%, obtendo um número amostral de 67. Desta forma, os questionários foram aplicados para 73 mulheres, clientes da Agência da Regional de Uruçuí do Crediamigo. Foram encontradas algumas dificuldades na coleta de dados, pelo prazo, pelo período do ano, pela situação de pandemia, por isto a escolha da margem de erro.

3.3 Método de análise

Fez-se a análise tabular dos dados. As tabelas consideradas para análise foram construídas a partir dos dados originários coletados adquiridos por meios das respondentes.

O método de análise adotado é a clusterização (*clustering*). Esta trata-se de uma abordagem de análise estatística multivariada, que possibilita encontrar e separar objetos em grupos que sejam similares quanto às suas características. Uma das técnicas mais utilizada de *clustering* é a k-média (*k-means*), que consiste em desagregar um conjunto de objetos em subconjuntos menores, segundo suas variáveis (CUNHA, 2017).

A métrica de distância mais utilizada em análises de agrupamento (*clustering*) é a euclidiana, definida pela equação:

$$dist(E_i, E_j) = \sqrt{\sum_{l=1}^M (x_{il} - x_{jl})^2}$$

Dado um conjunto de pontos numéricos no espaço D-dimensional e um inteiro K. Este gera K *clusters* da seguinte maneira: escolha dos K *clusters* aleatoriamente; cálculo do centroide para cada *cluster*; repetir; atribuir cada ponto ao centroide mais próximo e recalculando o centroide para cada *cluster* até a estabilidade.

O k-médias depende de um parâmetro (k = número de *clusters*) pré-estabelecido pelo usuário. Trata-se de um algoritmo dado pela seguinte equação:

$$d(P, X) = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n d(P_i, X)^2$$

As análises descritas neste trabalho foram implementadas por meio do *software* de análise R, versão 4.1.2, e criado um banco de dados local.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Análise de dados

Neste tópico analisam-se os dados coletados por meio dos questionários semiestruturados aplicados. Para isto, aborda-se aqui tanto a análise quantitativa quanto a qualitativa deste estudo, com o intuito de cumprir os objetivos propostos e responder o problema de pesquisa apresentado.

Para tanto, inicialmente apresenta-se a análise descritiva dos dados adquiridos por meio das 73 (setenta e três) respostas das empreendedoras clientes da agência do Crediamigo em Uruçuí (Apêndice A). Em seguida, trata-se da análise de *clusters* (obtidos através do *software* R, versão 4.1.2).

A análise descritiva, aqui abordada, das variáveis qualitativas utiliza-se das frequências absolutas e relativas; e na análise de variáveis quantitativas utiliza-se de medidas de posição, tendência central e dispersão.

4.2 Análise descritiva dos dados

A seguir é apresentada a tabela 1, que apresenta a análise descritiva das variáveis categóricas da amostra coletada, que corresponde as 73 clientes da agência Crediamigo da cidade de Uruçuí.

Tabela 1 – Análise descritiva das variáveis categóricas

DIMENSÕES	Variáveis	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	FR Demais variáveis (%)
Perfil dos indivíduos	Casada/ união estável*	46	63%	36,90%
	Graduação*	32	43,80%	56%
	Uruçuí*	58	83,40%	16,60%
Caracterização do negócio	Principal Fonte de Renda*	41	56,20% (Sim)	43,80% (Não)
	Tempo de funcion.*	36	50% (Mais de 5 anos)	49,90%
	Local de funcion.*	35	48,60% (residência)	51,50%
	Sit. Jurídica*	26	35,60% (MEI)	64,40%
	Tipo de atividade*	39	53,60% (Comércio)	46,60%
	Motivo Iniciar Negócio*	37	50,70% (Complem. Renda)	49,30%
Empréstimo	Quant. Solicit.*	43	58,90%	41,10%
	Invest. Últ. Emprést.*	38	52,10% (mercadorias/ insumos)	48%
Pandemia	Mudanças pandemia*	43	58,90% (diminuição clientela)	41,10%

	Crediamigo Delas*	47	64,40% (Não conhece)	35,60%
	Solic. CD*	58	79,50% (não solicitou)	20,50%

*Foi dado destaque as variáveis com maior porcentagem (maioria).

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

De acordo com a referida tabela, pode-se verificar, a respeito da dimensão perfil dos indivíduos, a maioria das mulheres são casadas ou estão em união estável, e residem na cidade de Uruçuí. Em relação a escolaridade, todas possuem algum grau de instrução, sendo que 6,80% possui Ensino Fundamental; 35,60% possui Ensino Médio ou Supletivo; 43,80% possui Graduação; e 13,70% possui Pós-Graduação. Conclui-se que a maioria das mulheres empreendedoras respondentes possuem formação de nível superior. Por fim, quanto a variável responsabilidade pelo sustento familiar, 60,30% não se considera a principal responsável, indicando a possibilidade do cônjuge (ou terceiros) como provedor.

Em relação a dimensão caracterização do negócio, a variável negócio como principal fonte de renda, a maioria, 56,20% consideram seus negócios como a principal fonte de renda, o que gera uma incongruência em relação a variável da dimensão anterior, que *a priori* pode indicar que os negócios também podem pertencer a outros proprietários. Quanto a variável tempo de funcionamento do negócio, metade das respondentes possui há mais de 5 (cinco) anos, enquanto 20,80%; 19,40% e 9,70% da amostra restante possuem há menos de 1 ano; 1 e 3 anos e entre 3 a 5 anos, respectivamente, sendo 56,10%, a maioria, empreendimentos formalizados ou MEI.

Cabendo ainda ressaltar as três subvariáveis quanto a situação jurídica: informal, em processo de formalização e sem empreendimento, que denotam ainda 43,90% dos empreendimentos que ainda não possuem formalização, indicando a existência de uma demanda considerável de microempreendimentos alternativos informais que, normalmente, não teriam acesso a crédito, mas, se encaixam no público-alvo do Crediamigo. Quanto a localização, quase metade das respondentes, 48,60%, afirma que seus empreendimentos encontram-se estabelecidos em suas residências, sendo que a maioria encaixa-se no setor de comércio. Indagadas sobre a motivação para iniciar seus negócios, mais da metade, 50,70%, afirma ser para complementação da renda.

Considerando os dados supracitados, a predominância dos empreendimentos é o comércio, e em sua maioria, na própria residência das empreendedoras respondentes. Segundo Cunha (2017), isto reforça o estereótipo da área geralmente focada pelo público feminino, sobretudo no que diz respeito a lojas de roupas, revenda e estética, salões de beleza, produtos de beleza, dentre outros.

No que diz respeito a terceira dimensão empréstimo, a maioria das respondentes solicitou mais de 5 (cinco) vezes o crédito do Programa Crediamigo, sendo 58,90% do total, sendo utilizado pela maioria para compra de mercadorias e insumos (52,10%), neste caso, foi indagado o objetivo da última solicitação, que se deu em período de pandemia. Questionadas quanto ao retorno ou benefício do crédito cedido, 93,20% das respondentes afirmaram conseguir aplicar em seus empreendimentos e obter retorno. E apenas 6,80% não conseguiram retorno mesmo aplicando no empreendimento, ou não alcançaram por optar pagar dívidas ou usar para outra finalidade. Segundo Cunha (2017), os programas de microcrédito, geralmente, são de curta duração, o que se percebe uma grande frequência de clientes que já renovaram muitas vezes seus empréstimos.

E, por fim, a quarta dimensão pandemia, observa-se que a maioria dos empreendimentos foram impactados pela pandemia, sendo a consequência principal a diminuição da clientela (58,90%). Em contraposição, 32,90% das empreendedoras conseguiram adequar seus negócios ao período pandêmico e adaptaram-se virtualmente. As demais respondentes, 5,50% não conseguiram manter seus negócios mesmo com o Crediamigo, e apenas 2,70% tiveram seus negócios funcionando normalmente por já trabalharem *on-line*. Nesta dimensão também é considerado o conhecimento das respondentes em relação a linha de crédito do programa analisado aqui, Crediamigo Delas, criada durante a pandemia, no dia 08 de março de 2021, voltada totalmente para financiar atividades produtivas de mulheres empreendedoras que atuam nos setores formal e informal.

Desta forma, foi observado, de acordo com a tabela acima, que 64,40% não conhece o Crediamigo Delas e; 35,60% das entrevistadas conhecem. Quanto a solicitação, 79,50% nunca solicitou este crédito. Desta forma, pode-se concluir que a demanda por esta linha de crédito ainda encontra-se em evolução na região analisada. A seguir é apresentado o quadro 1 com abreviações das principais variáveis analisadas do questionário e das medidas estatísticas utilizadas, que serão consideradas na análise descritiva numérica, e em seguida, é apresentada a Tabela 2, que aborda a análise descritiva das variáveis, respectivamente:

Quadro 3 – Abreviações das principais variáveis e das medidas estatísticas

VARIÁVEIS	SIGLAS	MEDIDAS	SIGLAS
Idade	ID	Amostra	N
Estado civil	EC	Média	Méd.
Escolaridade	ESC.	Desvio Padrão	DP
Local de Residência	LR	Mediana	M _d
Principal Responsável pelo Sustento	PRS	Média aparada	MA
Principal Fonte de Renda	PFR	Desvio Absoluto Médio	DAM
Tempo de Funcionamento	TF	Mínimo	Mín.
Local de Funcionamento	LF	Máximo	Máx.
Situação Jurídica	SJ	Amplitude	Amp.
Tipo de Atividade	TA	Assimetria	Assim.
Motivo para Iniciar o Negócio	MIN	Curtose	Curt.
Quantidade Solicitações Crediamigo	QSC	Erro Padrão	EP
Investimento do Último Empréstimo	IUE	-	-
Benefícios Crediamigo	BC	-	-
Mudanças Pandemia	MP	-	-

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Tabela 2 – Análise descritiva das variáveis numéricas

Var.	N	Méd.	DP	M _d	MA	DAM	Mín.	Máx.	Amp.	Assim.	Curt.	EP
ID	72	38,42	11,94	37	37,71	11,86	18	72	54	0,55	-0,22	1,41
EC	73	0,77	0,64	1	0,73	0,00	0	3	3	0,87	2,26	0,07
ESC	73	2,64	0,81	3	2,64	1,48	1	4	3	-0,07	-0,55	0,09
LR	73	2,42	1,19	2	2,15	0,00	1	7	6	2,23	4,27	0,14
PRS	73	0,40	0,49	0	0,37	0,00	0	1	1	0,41	-1,86	0,06
PFR	73	0,56	0,50	1	0,58	0,00	0	1	1	-0,24	-1,97	0,06
TF	73	3,85	1,28	4	3,95	1,48	1	5	4	-0,47	-1,39	0,15
LF	73	2,90	1,24	3	2,69	1,48	1	7	6	1,35	1,18	0,14
SJ	73	1,38	0,97	1	1,34	1,48	0	4	4	0,19	-0,58	0,11
TA	73	2,56	2,20	1	2,22	0,00	1	7	6	1,12	-0,35	0,26
MIN	73	1,58	1,13	2	1,51	0,00	0	6	6	1,38	4,46	0,13
QSC	73	2,14	1,15	3	2,29	0,00	0	3	3	-0,81	-0,98	0,13
IUE	73	1,37	2,02	1	0,88	0,00	0	8	8	2,17	3,69	0,24
BC	73	0,14	0,56	0	0,00	0,00	0	3	3	4,24	17,46	0,07
MP	73	0,55	0,83	0	0,39	0,00	0	4	4	2,12	5,68	0,10

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Observa-se na tabela das análises descritivas que não houve uma diferença significativa entre a média e o erro padrão, com exceção do primeiro item, em que a respondente não colaborou da forma esperada, como não modificamos os dados, ficou dessa forma. Em geral, os grupos tendem a apresentar melhorias. Com o desvio padrão apresentado, mostra que os valores amostrais estão condensados próximos da média, significando que a amostra encontram-se mais homogênea. Buscou-se verificar os

conjuntos de variáveis que tenham uma ligação causal entre si. Segue a tabela com os agrupamentos selecionados.

Quadro 4 – Relação das associações – agrupamentos

<i>Variáveis associadas</i>	
PFR	Estado Civil
	Escolaridade
SJ	Local de Funcionamento
	Tipo de Atividade
IUE	Benefícios Crediamigo
	Mudanças Pandemia

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Realizados os agrupamentos, foi feita a análise de dados, como pode ser vista nas tabelas abaixo.

Tabela 3 – Agrupamento 1: principal fonte de renda em relação ao estado civil e escolaridade

AGRUPAMENTO 1				
	Variáveis	N	%	Valor-P
EC/ PFR	Solteira	23	31,50%	0,4441
	Casada/ União estável	46	63%	
	Separada/ divorciada	2	2,70%	
	Viúva	2	2,70%	
PFR	Não	32	43,80%	
	Sim	41	56,20%	
Esc./ PFR	Nunca estudou	0	0%	0,06688
	Ensino fundamental	5	6,80%	
	Ensino médio/ supletivo	26	35,60%	
	Graduação	32	43,80%	
	Pós-Graduação	10	13,70%	

Significância Estatística: *P < 0,05; **P < 0,01; ***P < 0,001

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Assim, a partir da tabela acima pode-se destacar que houve uma diferença em relação à empresa ser a principal fonte de renda comparado com o estado civil. Já não houve diferença maior se comparado com a escolaridade das respondentes. Como o valor-p foi maior que 0.05, em todos os resultados, não é possível concluir que existe uma diferença significativa.

Tabela 4 – Agrupamento 2: Situação jurídica em relação ao local de funcionamento e tipo de atividade

AGRUPAMENTO 2				
	Variáveis	N	%	Valor-P
LC/ SJ	Residência	35	48,60%	0,6544
	Ponto Comercial	22	30,60%	
	Vendedora ambulante	5	7%	
	Delivery	6	8,30%	
	Virtual	3	4,20%	
	Horta	1	1,40%	
SJ	Formal	15	20,50%	
	Informal	24	32,90%	
	Microempreendedor Individual	26	35,60%	
	Em processo de formalização	7	9,60%	
	Não tenho empresa	1	1,40%	
TA/ SJ	Indústria	0	0%	0,2496
	Comércio	39	53,60%	
	Prestação de serviços	10	12,40%	
	Artesanato	7	9,60%	
	Turismo	0	0%	
	Agricultura comercial	5	6,80%	
	Agricultura de subsistência	2	2,70%	
	Negócio virtual	10	13,70%	

Significância Estatística: *P < 0,05; **P < 0,01; ***P < 0,001

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A partir dos dados acima pode-se evidenciar que não houve diferença significativa em relação à Situação Jurídica quanto ao Local de Funcionamento e ao Tipo de Atividade. Como mais uma vez, o valor-p foi maior que 0.05, em todos os resultados, não é possível concluir que existe uma diferença significativa.

Tabela 5 – Agrupamento 3: investimento do último empréstimo em relação aos benefícios do crediamigo e mudanças pandemia

AGRUPAMENTO 3				
	Variáveis	N	%	Valor-P
BC/ IUE	Sim, consegui aplicar no meu negócio e obter retorno.	68	93,20%	0,04218*
	Não, usei apenas para quitar dívidas.	2	2,70%	
	Apliquei, mas, não obtive retorno financeiro no meu negócio.	1	1,40%	
	Usei para outra finalidade.	2	2,70%	
IUE	Capital de giro	24	32,90%	
	Compra de mercadorias/ insumos	38	52,10%	
	Máquinas/ equipamentos/ veículos	1	1,40%	
	Pagamento de dívidas	2	2,70%	
	Pagamento de impostos	0	0%	
	Contratação de funcionários	0	0%	
	Melhoria no ponto comercial	5	6,90%	
Propaganda	0	0%		

	Compra de bens de consumo próprio e familiar	3	4,10%	
	Sim, a clientela diminuiu.	43	58,90%	
	Sim, mas, consegui me adequar virtualmente.	24	32,90%	
	Não consegui manter meu negócio, mesmo com o Crediamigo.	4	5,50%	
MP/ IUE	Não solicitei Crediamigo e não consegui manter meu negócio.	0	0%	0,0882
	Não, meu negócio já era virtual, manteve-se funcionando normalmente.	2	2,70%	

Significância Estatística: *P < 0,05; **P < 0,01; ***P < 0,001

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Da tabela acima depreende-se que quando abordado o assunto principal do trabalho em questão, pode-se observar que, apesar da maioria das respondentes terem conseguido êxito na aplicação do seu último empréstimo, quando colocado a pandemia em “jogo” mais da metade disse que foi afetada com a diminuição dos clientes. Mesmo assim quando analisado estatisticamente não houve diferença significativa entre os agrupamentos em relação a pandemia, mas houve, no entanto, diferença **significativa** em relação à aplicação do dinheiro do programa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressalta-se aqui a importância do microcrédito para estas mulheres pesquisadas e seus empreendimentos, pois conforme os objetivos do trabalho, a população feminina empreendedora é, então, abraçada pelo instrumento do microcrédito.

Os resultados obtidos denotam que o crédito do Programa Crediamigo trouxe benefícios para a maioria das microempreendedoras solicitantes, pois obtiveram o retorno do dinheiro investido. A manutenção de seus microempreendimentos mostrou-se positivamente influenciada pela existência dos empréstimos com o programa, mesmo em período pandêmico, vivenciado desde o início do ano de 2020.

No decorrer do estudo, pôde-se verificar que as empreendedoras, apesar da maioria ter respondido que seus clientes diminuíram, utilizaram o crédito tomado para compras de insumos e mercadorias, em sua maior parte das respondentes e conseguiram obter retorno positivo, como mostra a pesquisa.

Como limitação deste estudo estão as dificuldades operacionais, cuja ressalva da instituição financeira em fornecer informações, fez com que a amostra fosse bem menor do que a desejada, pois, além de o contato ter sido somente via redes sociais, por conta da

pandemia, o tempo foi insuficiente, pegando ainda, uma época em que as pessoas estavam voltadas para as festividades de final de ano.

Mesmo com as limitações, foi observado nas respostas de algumas empreendedoras, que apesar do foco do empréstimo ser orientado para produção e para o seu negócio, ainda foi possível observar a ocorrência do desvio de finalidade dos empréstimos oferecidos, uma vez que foi recorrente a existência de clientes que pegavam o empréstimo para pagamento de dívidas e/ou uso pessoal, e não para o uso direcionado a seu empreendimento. Fica evidente a necessidade de um acompanhamento maior por parte do programa.

Sendo importante também salientar o papel do microcrédito na função de agente socializador destas mulheres empreendedoras. Isto porque, por meio das reuniões e encontros com os grupos solidários, elas podem ter participação mais ativa dentro de um grupo social. Assim, se confirmando mais um benefício do programa Crediamigo.

Para pesquisas futuras, a sugestão é que haja um acompanhamento das clientes por um maior intervalo de tempo, a fim de compará-las em busca de modificações decorrentes do empréstimo nesses períodos, além de um quantitativo maior de respondentes. Sugere-se ainda que o estudo seja realizado em todas as cidades que compõem a região da agência do Crediamigo.

REFERÊNCIAS

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **RELATÓRIO 2020:** Programa de microfinanças do Banco do Nordeste. 2020. Disponível em: <<https://bnb.gov.br/documents/7981693/0/RELAT%C3%93RIO-2020-CREDIAMIGO-E-AGROAMIGO.pdf/00416e5d-b5bb-3d74-174f-147880172846>>. Acessado em: 18 dez. 2021.

BARONE, F. M. et al. **Introdução ao microcrédito.** Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002. 65 p.

BRASIL. **Lei nº 11.110 de 25 de abril de 2005.** Institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2005.

BRASIL. **Lei nº 13.999 de 18 de maio de 2020.** Institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para o desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios; e altera as Leis nºs 13.636, de 20 de março de 2018, 10.735, de 11 de setembro de 2003, e 9.790, de 23 de março de 1999. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2020.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Avaliação de Implementação da Política de Microcrédito Produtivo Orientado – **Relatório Final**. Brasília, 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/cmap/politicas/2019/subsidios/relatorio-de-avaliacao-cmas-2019-pnmpo>>. Acessado em: 16 dez. 2021.

BRAGA, M. J.; SILVEIRA, S. F. R.; CAPOBIANGO, R. P. **Avaliação do impacto do programa crediamigo nos empreendimentos de municípios no norte de Minas Gerais**. XXXVI ENCONTRO DA ANPAD. Rio de Janeiro, set. 2012.

CARVALHO, R. C. **Microcrédito no Brasil: análise das principais iniciativas e resultados**. 2021. Dissertação (Mestrado Executivo em Gestão Empresarial) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/30603/Vers%C3%A3o%20FINAL.pdf?sequence=1>>. Acessado em: 16 dez. 2021.

COSTA, F. N. Microcrédito no Brasil. **TEXTO PARA DISCUSSÃO**. n. 175. Campinas, IE/UNICAMP, abr. 2010. ISSN 0103-9466.

CUNHA, C. L. **Empreendedorismo Feminino: o caso do Crediamigo no Vale do Jequitinhonha –MG**. 2017. Dissertação (Mestrado em Administração) - Centro de Pós Graduação e Pesquisas em Administração, da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-ASEEGT>>. Acessado em: 13 dez. 2021.

FACHINI, C. **Sustentabilidade financeira e custos de transação em uma organização de microcrédito no Brasil**. Dissertação (Mestrado em economia). Escola superior de agricultura Luiz de Queiroz, ESALQ, 2005. 150p.

FONSECA, D. A. F. **Microcrédito produtivo orientado em Mariana: estudo do impacto e da adesão**. 2016. Monografia (Bacharelado em Administração). Departamento de Ciências Econômicas e Gerenciais, da Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, 2016. p. 42.

GUSSI, A. F.; SILVA, R. J. F. **Microcrédito e desenvolvimento: avaliação dos impactos do Programa Crediamigo em população de baixa renda de Fortaleza**. n. 16. Fortaleza: CAOS, mar. 2011. p. 249-271. ISSN 1517 – 6916.

LACERDA, J.A. **MICROCRÉDITO: uma alavanca para o desenvolvimento de Microempreendimentos e uma ferramenta para o desenvolvimento econômico e social**. 2013. Monografia (Bacharelado em Administração). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, da Universidade de Brasília. 2013.

LAKATOS, E. M., MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. ed. 4. São Paulo: Atlas, 1996.

LOPES, A. C. V. et al. **Microcrédito e os microempreendimentos: um estudo no banco da gente do Mato Grosso Do Sul**. v. 14. n. 3. Franca, FACEF PESQUISA, set.- dez. 2011.

MATOS, F.; MACAMBIRA, J.; CACCIAMALI (Org). **A atividade e a política de microcrédito no Brasil:** visões sobre sua evolução e futuros desafios. Fortaleza: IDT (USP), 2014.

MOLETTA, J. **Relação entre empreendedorismo feminino e qualidade de vida:** análise em uma rede de mulheres empreendedoras no interior do Paraná. 2020. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Ponta Grossa, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/4994>>. Acessado em: 16 dez. 2021.

MORAES, Z. S. et al. O microcrédito como instrumento de desenvolvimento social e econômico. **Anais.** IV Congresso Brasileiro de Sistemas - Centro Universitário de Franca (Uni-FACEF). Franca, out. 2008.

MOTA, M. L. et al. **As políticas de microcrédito na região metropolitana de Recife:** a participação e o empoderamento das mulheres no Programa Crediamigo.v.7, n.4. Curitiba: Brazilian Journal of Development. p. 38198-38211. Abr. 2021. Disponível em: <<https://brazilianjournals.com/ojs/index.php/BRJD/article/view/28154/22298>>. Acessado em: 02 dez. 2021.

SILVA, G. C. C. **Espírito empreendedor feminino:** relações de gênero, informalidade e microcrédito no Grande Recife. 2007. 110 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2007.

VALENTE, R. **Microcrédito como instrumento de desenvolvimento econômico e social.** Opinião dos atores. MTE, Mercado de trabalho, conjuntura e análise, [s. d.]. Disponível em: <http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080812B62D40E012B6E28321B31C5/microcredito_instrumento_desenvolvimento_economico_social.pdf>. Acessado em: 18 dez. 2021.

YUNNUS INVESTIMENTOS. **Muhammad Yunus/origem.** [s.d.]. Disponível em: <<https://www.yunusnegociossociais.com/origem>>. Acessado em: 16 dez. 2021.



DETERMINANTES DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA: UMA ANÁLISE DA INFLUÊNCIA ENTRE AS VARIÁVEIS SOCIOECONÔMICAS E AS DIMENSÕES FINANCEIRAS NO TERRITÓRIO DO MACIÇO DE BATURITÉ – CEARÁ

Maria Vanessa Silva dos Reis

Mestrado em Economia Rural (PPGER/UFC)
vanessareis6622@gmail.com
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/5399106289189439>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6154-3875>

Roberio Telmo Campos

Mestrado em Economia Rural (PPGER/UFC)
roberiotcampos@gmail.com
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/2652530418454016>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1393-987X>

Informações sobre o

artigo:

Recebido em:

06/05/2022

Aceito em:

10/05/2022

Data de publicação:

03/06/2021

Palavras-chave:

Educação Financeira

Desenvolvimento

Meio Rural

RESUMO

A lacuna comportamental ainda existente, definida como a falta de Educação Financeira, ocasiona um quadro caótico, tanto no meio urbano quanto no rural, sendo, neste último, de forma mais impactante, considerando que a desigualdade ainda é perceptível, principalmente, no aspecto socioeconômico. As pessoas do meio rural, em sua maioria, dependem de remunerações oriundas da agricultura familiar e de pequenos negócios, que contribuem para o aumento da renda nacional, mas os indivíduos tomados como foco deste estudo, classificam-se no grupo dos mais pobres do Brasil. Assim, tem-se por objetivos efetuar a análise descritiva dos residentes e avaliar e compreender o comportamento financeiro desses indivíduos que vivem na área rural, objeto do estudo, assim como suas atitudes nas tomadas de decisões que podem implicar em consequências positivas (ou não). Os dados e informações são provenientes de estudo de caso aplicado no território rural do Maciço de Baturité, no Estado do Ceará. O método de análise utilizado foi o de *clusterização* (agrupamento), aplicando-se o *software IBM SPSS Statistics 20*. Conclui-se que o território rural analisado apresenta baixo nível de Educação Financeira. Além disso, verifica-se a ocorrência de impactos significativos na relação entre a variável socioeconômica selecionada (sexo) e a educação financeira.

DETERMINANTS OF FINANCIAL EDUCATION: AN ANALYSIS OF THE INFLUENCE BETWEEN SOCIOECONOMIC VARIABLES AND DIMENSIONS FINANCIAL TERRITORIES IN THE TERRITORY OF THE BATURITÉ MASSIVE - CEARÁ

ABSTRACT

The still existing behavioral gap, defined as the lack of Financial Education, causes a chaotic situation, both in the urban and rural areas, being, in the latter, more impactful, considering that inequality is still noticeable, mainly, in the socioeconomic aspect. The majority of rural people depend on salaries from family farming and small businesses, which contribute to the increase in national income, but the individuals taken as the focus of this study are classified in the group of the poorest in Brazil. Thus, the objectives are to perform the descriptive analysis of residents and to evaluate and understand the financial behavior of these individuals living in the rural area, object of the study, as well as their attitudes in decision-making that may imply positive consequences (or not). The data and information come from a case study applied in the rural territory of the Baturité Massif, in the State of Ceará. The method of analysis used was clustering, applying the IBM SPSS Statistics 20 software. It is concluded that the rural territory analyzed has a low level of Financial Education. In addition, there are significant impacts on the relationship between the selected socioeconomic variable (gender) and financial education.

Keywords:

Financial Education

Development

Rural Environment

1 INTRODUÇÃO

Na sociedade moderna, os indivíduos precisam obter a dominância de um conjunto vasto de propriedades formais que proporcionem uma compreensão lógica das forças que influenciam o ambiente e suas relações. Esta lógica perpassa intensas transformações, sejam estas tecnológicas, culturais e educacionais, as quais refletem diretamente no comportamento humano e, conseqüentemente, impacta o comportamento financeiro das pessoas. O domínio desta propriedade comportamental é adquirido por meio da Educação Financeira, que é entendida como um processo de mediação de conhecimentos que permite o desenvolvimento de habilidades nos indivíduos, para que estes tomem decisões assertivas, fundamentadas e seguras, iniciando pelo gerenciamento de suas finanças pessoais. Tais capacidades, quando aperfeiçoadas, impulsionam a integração dos indivíduos à sociedade e, portanto, tornam-se mais atuantes no âmbito financeiro, ampliando seu bem-estar e melhorando o meio em que vivem.

Este estudo utiliza-se da Educação Financeira como ciência multidisciplinar humana, como estratégia e proposta para entender e, ao mesmo tempo, aprimorar o comportamento financeiro do indivíduo do campo, que há bastante tempo, não é mais apenas um sujeito que vive em uma pequena propriedade rural, mas sim, um ser humano com potencial empreendedor que trabalha, gera economia e emprego para a sua família e para a sociedade em que vive.

Assim, este trabalho justifica-se por duas razões: a primeira refere-se ao fato de que a população rural brasileira ainda vive as consequências da desigualdade de distribuição de renda, em que um número significativo é excluído do acesso básico às informações adequadas, como tornar a Educação Financeira um hábito educacional, fazendo este assunto ainda mais relevante; a segunda, é que o meio rural tenderá a ser melhor reconhecido e valorizado por meio da implementação do princípio da Educação Financeira, formalizada como hábito de vida cotidiana das pessoas. Desta forma, torna-se fator crucial para além de contribuir no desenvolvimento socioeconômico do meio em que vivem, permitir, também, o transbordamento positivo, sendo uma nova concepção cultural e financeira, chamada de educação financeira rural, para os demais contextos (PONTARA, 2019). A relevância de tais desdobramentos são reforçados por meio da conscientização e estruturação do pensamento e comportamento financeiros frente as situações dentro do meio rural.

Desta forma, pode-se dizer que este estudo difere de outros trabalhos por apresentar, de forma simples, a importância da educação financeira no campo e, assim, colaborar no desenvolvimento rotineiro de empreendimentos, por meio de uma visão mais prática de sua aplicação no meio rural. Cabe ainda salientar a ausência de estudos abordando essa temática para mostrar a realidade financeira rural. Atenta-se também para a necessidade de considerar os indivíduos de outras faixas etárias, além de crianças e jovens do campo, quando da aplicação de métodos educativos financeiros.

Neste contexto, objetiva-se analisar e compreender o comportamento financeiro dos indivíduos que habitam na área rural, assim como suas atitudes nas tomadas de decisões que podem implicar em consequências positivas (ou não). Especificamente, procura-se averiguar o impacto da variável socioeconômica selecionada sobre a Educação financeira, com base em um estudo de caso no território rural do Maciço de Baturité, no Estado do Ceará.

Desta forma, o presente trabalho está estruturado, além da introdução, pelo referencial teórico, que aborda a educação no meio rural; o tema de educação financeira; as

dificuldades financeiras e seus efeitos para o meio rural e, a educação financeira como ferramenta de desenvolvimento rural, com o intuito de crescer conceitualmente e apresentar a relevância da temática abordada. Em seguida, apresenta-se a metodologia baseando-se nos trabalhos de Cardoso, Silva e Vicente (2019) e Potrich (2014). Os resultados e discussão são apresentados por meio da descrição dos dados e informações coletadas. E, por fim, apresentam-se as considerações finais, considerando os resultados encontrados para o cumprimento do objetivo proposto.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Histórico da educação no Meio Rural

Segundo Pereira e Castro (2021), para modernizar o Brasil e torná-lo um país de economia pujante, industrializado e influente no cenário internacional, seria necessário alguns pilares, como agricultura eficiente, indústria nacional forte, infraestrutura e educação. Ainda segundo os autores, dentre os pré-requisitos para o desenvolvimento, talvez no qual o Brasil tenha apresentado menor progresso, ao longo do século XX, tenha sido no quesito educação.

Existe um *gap* entre o meio urbano e o meio rural cada vez mais iminente ao contexto brasileiro. Apesar da “Revolução Verde”, vivenciada no campo entre as décadas de 1960 e 1970, o meio rural ainda apresenta os piores indicadores socioeducacionais, principalmente, nas localidades que encontram-se à margem do agronegócio brasileiro, que vivem de atividades menos capitalizadas, aprofundando-se no ciclo vicioso da pobreza. O acesso a educação de qualidade ainda não é uniforme no território brasileiro, pois, ainda apresenta diferenças significativas entre as regiões, estados e municípios.

Apesar da implementação de políticas públicas, nos últimos vinte anos, voltadas para programas que condicionam a frequência escolar à transferência de renda, a condição escolar rural ainda é instável em relação a educação urbana (PEREIRA; CASTRO, 2021).

Nesi (2021), corrobora afirmando que ainda que a educação esteja sempre em constante evolução em nível nacional, a desigualdade é evidente entre indivíduos e suas classes. Desta forma, a necessidade de pensar a escola para o meio rural é um fator relevante, pois, há diferenças regionais e locais que podem impossibilitar a implementação do sistema educacional de forma igualitária.

De acordo com Pereira e Castro (2021), o processo de estruturação de serviço educacional no meio rural teve início no fim do século XIX. O desenvolvimento do ensino rural decorreu da necessidade de mão de obra mais especializada proveniente das atividades agropecuárias. Diante disso, os “detentores do poder” no meio rural aceitaram a inserção de instituições de ensino em seus domínios, no entanto, quando comparada ao meio urbano, foi tardia e descontínua, ao longo do tempo e no território (PEREIRA; CASTRO, 2021).

A realidade do homem do campo está atrelada a educação e ao trabalho para auxiliar a família na propriedade, para tanto, a associação da educação financeira ao meio rural traz o papel de valorização do processo de trabalho como princípio educativo. Desta forma, não cabe apenas o reconhecimento do trabalho braçal, mas, também do trabalho intelectual que será aplicado nos diversos contextos existentes no meio rural, no intuito de gerenciar as atividades mensurando as receitas e despesas, ativos e passivos, produtividade, projeções de investimentos, dentre outros (NESI, 2021).

2.2 Educação financeira

Segundo Jacob *et al.* (2000), o termo “educação” refere-se ao conhecimento de termos, práticas, direitos, normas sociais e atitudes necessárias ao entendimento e funcionamento de tarefas financeiras vitais, incluindo também o fato de ser capaz de ler e aplicar habilidades matemáticas básicas para fazer escolhas financeiras sábias. Ainda segundo o mesmo autor, o termo “financeira”, implica em uma vasta escala de atividades relacionadas ao dinheiro em nossas vidas diárias, partindo do controle do gerenciamento do cartão de crédito até a preparação de um orçamento mensal, aquisição de um empréstimo ou a decisão de um investimento.

De acordo com o Banco Central (2013), Educação Financeira (EF)² é definida como

“o meio de prover conhecimentos e informações sobre comportamentos básicos que contribuem para melhorar a qualidade de vida das pessoas e de suas comunidades. É, portanto, um instrumento para promover o desenvolvimento econômico. Afinal, a qualidade das decisões financeiras dos indivíduos influencia, no agregado, toda a economia, por estar intimamente ligada a problemas como os níveis de endividamento e de inadimplência das pessoas e a capacidade de investimento dos países” (BACEN, 2013, p. 8).

¹ Doravante passa-se a utilizar EF (Educação Financeira).

Esta definição encontra-se em concordância com o posicionamento abordado pela Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE), da qual o Brasil faz parte desde 2017:

A educação financeira pode ser definida como o processo pelo qual consumidores e investidores melhoram sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros, e obtêm informação e instrução, desenvolvem habilidades e confiança, de modo a ficarem mais cientes sobre os riscos e oportunidades financeiras, para fazerem escolhas mais conscientes e, assim, adotarem ações para melhorar seu bem-estar (BCB, 2009, p. 1).

A EF é definida por Greenspan (2002), como um meio de preparar os indivíduos com conhecimentos financeiros necessários para elaboração de orçamentos, iniciar planos de poupança e fazer investimentos estratégicos auxiliando nas tomadas de decisões. O planejamento financeiro pode ajudar as famílias a cumprirem suas obrigações em curto prazo e em longo prazo, maximizar seu bem-estar, sendo especialmente importante para as populações tradicionalmente subentendidas pelo nosso sistema financeiro.

A EF tornou-se uma preocupação crescente em diversos países, gerando um aprofundamento nos estudos sobre o tema. Embora haja críticas quanto à abrangência dos programas e seus resultados, principalmente entre a população adulta, é inegável a importância do desenvolvimento de ações planejadas de habilitação da população (SAVOIA; SATTO; SANTANA, 2007).

Em 2010 é instituída a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), por meio do Decreto Federal nº 7.397/2010, sendo renovado dez anos depois pelo Decreto Federal nº 10.393/2020, com o intuito de implementar uma política de Estado de caráter permanente, que abrangesse a mobilização de diferentes setores da sociedade brasileira. A ENEF apresenta a seguinte motivação de atuação:

Quadro 1 – Lógica de atuação da ENEF

Desenvolvimento da economia brasileira	+	Crescente número de pessoas acessando o Sistema financeiro	=	É preciso melhorar o grau de educação financeira da população brasileira.
--	---	--	---	---

Fonte: Autores, 2022.

Segundo Prado (2020), mesmo após dez anos de atuação da estratégia de EF, o Brasil ainda apresenta sérias dificuldades para formar pessoas que possuam uma relação saudável com o dinheiro que recebem e gastam. Ainda segundo o autor, a falta de cuidado com as finanças pode resultar em um sofrimento maior, considerando a crise provocada pela

atual pandemia e a consequente alta inflacionária.

O Governo Federal, com o intuito de implementar o ensino financeiro nas escolas e aprimorar a conscientização sobre finanças pessoais, acrescenta na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) o atendimento de todas as escolas brasileiras às novas diretrizes a partir de janeiro de 2020:

Outro aspecto a ser considerado nessa unidade temática é o estudo de conceitos básicos de economia e finanças, visando à educação financeira dos alunos. Assim, podem ser discutidos assuntos como taxas de juros, inflação, aplicações financeiras (rentabilidade e liquidez de um investimento) e impostos. Essa unidade temática favorece um estudo interdisciplinar envolvendo as dimensões culturais, sociais, políticas e psicológicas, além da econômica, sobre as questões do consumo, trabalho e dinheiro (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018, p. 269).

Segundo a Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF-Brasil, 2019), por meio da implementação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), os resultados ainda são incipientes e limitados. Alguns dos resultados abordados mostram que a maioria dos estudantes brasileiros obtiveram desempenho abaixo do adequado, e não conseguem, por exemplo, tomar decisões em contextos que são relevantes para eles, como reconhecer o valor de uma despesa ou interpretar documentos financeiros cotidianos.

A seguir apresenta-se as recomendações e princípios, sobre EF, decorrentes de pesquisas realizadas pela OCDE:

Quadro 2 – Princípios e recomendações sobre educação financeira

1.	A educação financeira deve ser promovida de uma forma justa e sem vieses, ou seja, o desenvolvimento das competências financeiras dos indivíduos precisa ser embasado em informações e instruções apropriadas, livres de interesses particulares.
2.	Os programas de educação financeira devem focar as prioridades de cada país, isto é, se adequarem à realidade nacional, podendo incluir, em seu conteúdo, aspectos básicos de um planejamento financeiro, como as decisões de poupança, de endividamento, de contratação de seguros, bem como conceitos elementares de matemática e economia. Os indivíduos que estão para se aposentar devem estar cientes da necessidade de avaliar a situação de seus planos de pensão, necessitando agir apropriadamente para defender seus interesses.
3.	O processo de educação financeira deve ser considerado, pelos órgãos administrativos e legais de um país, como um instrumento para o crescimento e a estabilidade econômica, sendo necessário que se busque complementar o papel exercido pela regulamentação do sistema financeiro e pelas leis de proteção ao consumidor.
4.	O envolvimento das instituições financeiras no processo de educação financeira deve ser estimulado, de tal forma que a adotem como parte integrante de suas práticas de relacionamento com seus clientes, provendo informações financeiras que estimulem a compreensão de suas decisões, principalmente nos negócios de longo prazo e naqueles que comprometam expressivamente a renda atual e futura de seus consumidores.
5.	A educação financeira deve ser um processo contínuo, acompanhando a evolução dos mercados e a crescente complexidade das informações que os caracterizam.
6.	Por meio da mídia, devem ser veiculadas campanhas nacionais de estímulo à compreensão dos indivíduos quanto à necessidade de buscarem a capacitação financeira, bem como o conhecimento dos riscos

envolvidos nas suas decisões. Além disso, precisam ser criados sites específicos, oferecendo informações gratuitas e de utilidade pública.
7. A educação financeira deve começar na escola. É recomendável que as pessoas se insiram no processo precocemente.
8. As instituições financeiras devem ser incentivadas a certificar que os clientes leiam e compreendam todas as informações disponibilizadas, especificamente, quando forem relacionadas aos negócios de longo prazo, ou aos serviços financeiros, com conseqüências relevantes.
9. Os programas de educação financeira devem focar, particularmente, aspectos importantes do planejamento financeiro pessoal, como a poupança e a aposentadoria, o endividamento e a contratação de seguros.
10. Os programas devem ser orientados para a construção da competência financeira, adequando-se a grupos específicos, e elaborados da forma mais personalizada possível.

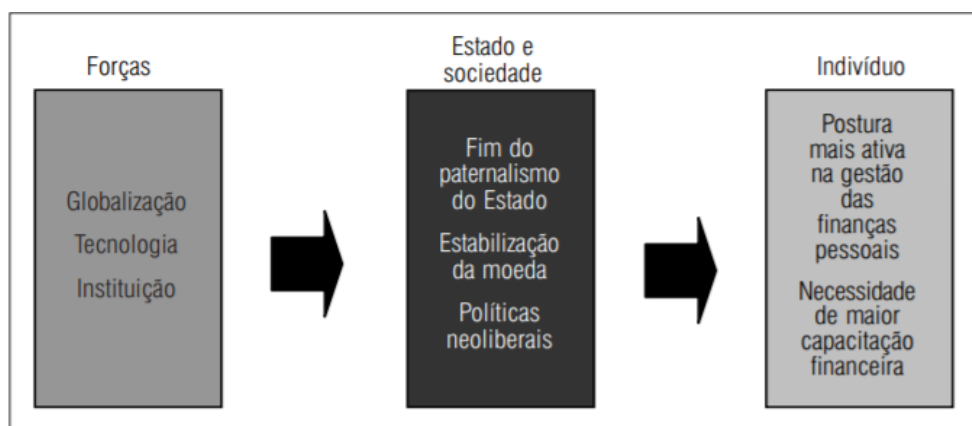
Fonte: Adaptado de OCDE, 2005.

As atitudes financeiras são fundamentadas por meio de valores e princípios, podendo ser econômicos ou não econômicos, e são tomadas por um tomador de decisão sobre o resultado de um determinado comportamento (CARDOSO; SILVA; VICENTE, 2019).

2.3 Dificuldades Financeiras e o Transbordamento para o Meio Rural Brasileiro

Segundo Savoia, Saito e Santana (2007), nas últimas duas décadas, três forças produziram mudanças fundamentais nas relações econômicas e sociopolíticas mundiais: a globalização, o desenvolvimento tecnológico e alterações regulatórias e institucionais de caráter neoliberal (vide Figura 1).

Figura 1 – As forças propulsoras



Fonte: SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007.

Um grande número de brasileiros vem gradualmente emergindo das classes sociais mais baixas, atingindo um patamar mais elevado de renda e passando a ter acesso a produtos e serviços financeiros. Porém, sem educação financeira adequada, os problemas persistem. Por exemplo, o aumento do emprego com carteira assinada amplia as opções de acesso ao crédito, principalmente para a compra de produtos duráveis de valores mais elevados. A falta de experiência e planejamento para arcar com as prestações do financiamento aumenta significativamente o risco de endividamento. A ascensão social, nesse caso, acaba por se tornar prejudicial à saúde financeira das famílias (OLIVEIRA, 2012).

A principal dificuldade do indivíduo é planejar adequadamente suas ações de longo prazo e poupar por conta própria para a aposentadoria, não mais provida integralmente pelo Estado. Dessarte, também é necessária a reavaliação das decisões sobre a compra de sua casa própria e dos bens duráveis, bem como entender as novas modalidades de créditos e dominar a tecnologia disponível para a realização de transações financeiras básicas (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007).

O Governo brasileiro procurou, nos últimos anos, ampliar a oferta de crédito, para incentivar o consumo de bens e serviços e, assim, aumentar a produção. No entanto, o consumo das famílias não consegue, sozinho, estimular os investimentos, que geram empregos e elevação da renda. Para agravar esse quadro, a população, despreparada para dimensionar o volume de comprometimento do seu orçamento, avança com ímpeto ao crédito fácil e, endividada, busca caminhos para restaurar o seu equilíbrio. O crescimento desorientado do crédito produz a inadimplência. A partir daí, os empréstimos são interrompidos e a economia reduz a sua atividade. Como consequência dessas ações, surge um círculo vicioso de expansão e retração do crescimento (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007).

Segundo Campos (2013), a população brasileira tem conseguido utilizar mais formas de crédito, principalmente o cartão de crédito, a juros exorbitantes, caminhando rapidamente à inadimplência. No entanto, o maior problema não está no fato de parcelar as dívidas, e sim na falta de conhecimento sobre a EF, pois se está vivenciando o desejo desenfreado e inconsciente de uma aparente necessidade transformada pelo consumismo (CHIARELO *et al.*, 2014).

Apesar da necessidade de iniciar o processo desde cedo, também é preciso pensar naqueles que já estão no mercado de trabalho e não tiveram acesso a conteúdos do gênero na infância ou juventude. Segundo Serasa (2021), o Brasil possuía 63,97 milhões de

inadimplentes em dezembro de 2021, sendo 50,1% de mulheres e 49,9% de homens, número este que justifica-se, também, pela crise pandêmica enfrentada atualmente.

Tabela 1 – Principais dívidas por segmento

PRINCIPAIS DÍVIDAS (POR SEGMENTO)	
Banco/ cartão de crédito	27,70%
Utilidades (contas básicas como água, luz e gás)	23,90%
Varejo	12,60%

Fonte: Adaptado de SERASA, 2021.

De acordo com Nesi (2021), quando aplicado à realidade no meio rural isso não é diferente. A agricultura moderna não precisa de gente: precisa de máquinas. Ainda que seja visível que a mão de obra no campo esteja cada vez mais escassa com as novas tecnologias para automatizar o sistema de produção, o trabalho que antes era necessário ser realizado por cinco pessoas, hoje já é realizado por apenas uma.

Em relação a agricultura familiar, especificamente a agricultura de subsistência, principal ocupação primária do meio rural, Nesi (2021) afirma que o problema surge quando a família vai ao mercado vender seu produto, e esta tem de adequar-se ao preço de mercado; logo, o custo de produção na lavoura tem de ser menor do que o preço de venda. Ocorre que, no mundo globalizado, os preços são dados pelo mercado mundial, e caso sejam baixos, justificam-se pelo uso da tecnologia moderna, que permite que os custos de produção sejam menores. Portanto, o camponês/agricultor rural precisa assimilar a tecnologia moderna, se quiser vender o excedente da sua produção sem prejuízo.

Com base no exposto, chega-se ao ponto em que a educação financeira encontra-se com a agricultura familiar. O advento de novas tecnologias, o êxodo rural, a diminuição significativa de mão de obra são consequências presentes no meio rural (NESI, 2021). Em contraposição, o conhecimento em virtude da saúde financeira viabiliza formas de permanência e gestão no meio rural.

Segundo Barros (2019), especialistas comentam que os agricultores acreditam que têm menos dinheiro do que realmente têm e que suas reservas valem menos do que supõem. Isso provoca no produtor rural pensamentos confusos e atitudes comportamentais precipitadas que implicam diretamente na dificuldade financeira que o empreendedor rural tem de lidar com seus rendimentos pessoais e, conseqüentemente, com suas atividades profissionais, mais especificamente, no momento de administrar suas finanças e, posteriormente, no processo de compra e investimentos, juntamente com suas preferências

em relação a diversos produtos e serviços. Com isso, acaba não tendo a consciência do custo de seus gastos e desconhece o hábito de planejar para realizar determinado objetivo (BARROS, 2019).

O processo de implementação da EF no meio rural é um tanto desafiador, considerando as especificidades existentes, pois, a geração que antecede possui um nível muito baixo de formação, e este pouco conhecimento é repassado entre pais e filhos (quando repassados), formando uma geração com pouco conhecimento especializado (NESI, 2021).

2.4 Educação financeira como proposta fundamental de desenvolvimento do Meio Rural

Ser educado financeiramente é um dos principais desafios que, atualmente, a sociedade tem como tarefa em seu dia a dia. No entanto, nas ocasiões em que a EF é abordada no Brasil, por instituições escolares, financeiras e também pelos meios de comunicação, geralmente o enfoque é sempre o mesmo: corte de gastos, poupar dinheiro e ficar rico. Conceitos que não são errôneos, pois fazem parte de todo o processo educacional financeiro humano, porém, pensar unicamente nessas informações não é ser educado financeiramente. Na realidade este tipo de pensamento é apenas se inteirar de informações que fundamentam o controle financeiro pessoal, tendo em vista que há uma grande diferença entre os conceitos de finanças pessoais e educação financeira (PONTARA, 2019).

Segundo Pontara (2019), a EF educa, tratando por meio da melhoria do comportamento humano, conscientizar as pessoas a planejar seu consumo consciente, colocando em pauta a realização de projetos a serem alcançados e o desenvolvimento do meio em que vivem. As finanças pessoais, de forma menos complexa, fazem parte desta grande área, tratando de planilhas e cálculos voltados para a área matemática.

Estudos realizados por Kaiser e Menkhoff (2017), resultaram em seis pontos críticos principais, demonstrados na figura 2:

Figura 2 – Pontos críticos para a eficiência da educação financeira

- 1 Alfabetização financeira contribuí para o comportamento financeiro
- 2 Educação financeira tem um impacto positivo e mensurável nas finanças
- 3 Os efeitos da educação financeira dependem do grupo alvo.
- 4 Sucesso na educação financeira depende do comportamento financeiro do grupo alvo
- 5 O aumento da intensidade gera suporte nos efeitos da educação financeira
- 6 As características da educação financeira podem fazer a diferença

Fonte: KAISER; MENKHOFF, 2017.

O crescimento da EF contribui para o comportamento financeiro, como esta tem um forte impacto na alfabetização financeira, os efeitos estatísticos são notáveis e impactam diretamente. A educação financeira teve um impacto positivo mensurável nas finanças mesmo nos experimentos aleatórios mais rigorosos (KAISER; MENKHOFF, 2017).

Segundo Savoia, Saito e Santana (2007), a EF é uma peça fundamental na sociedade brasileira contemporânea, visto que influencia diretamente nas decisões econômicas dos indivíduos e das famílias. Desse modo, torna-se extremamente necessário ampliar a visão sobre o assunto e discutir os paradigmas que surgem da inserção da educação financeira no contexto político. Dessarte, fica evidente que a educação financeira é um alicerce para o desenvolvimento da vida de todo e qualquer ser humano, pois é um estímulo ao controle das emoções no qual equilibra a ansiedade, e assim o indivíduo aprende a mudar o seu comportamento, ou seja, aprende a consumir com consciência sendo cooperativo e competitivo ao mesmo tempo (PONTARA, 2019).

Não há uma fórmula mágica para aplicar a educação financeira no meio rural, o que deve ser feito é analisar a realidade financeira do meio analisado, para que auxilie na mudança de hábitos, reflexão e sabedoria para tomada de decisões e realização de ajustes necessários (NESI, 2021). A viabilidade da saúde financeira permite a abertura de caminhos que levam o agricultor, sua família e comunidade a desenvolver e criar formas alternativas de produção de conhecimento que vão além dos muros da escola e livros didáticos, bem como garantir trabalho, produção e renda na sua propriedade, como maneira de estimular a permanência e sucessão no meio rural (CHIARELLO, 2014).

Desta forma, considerando as dificuldades ainda enfrentadas pelo meio rural, e como isso pode influenciar em seus rendimentos e gastos, o direcionamento da EF para o âmbito rural é necessário, pois, pode levar a mudança de hábitos e comportamentos financeiros, que podem impactar positivamente, de forma efetiva, nas finanças da propriedade, do agricultor e da sua família, isto é, evitando situações como, por exemplo,

gastos desnecessários que levem a dívidas precoces, que podem refletir negativamente no meio em que vivem.

3 METODOLOGIA

3.1 Área de estudo

O estudo é realizado no território rural do Maciço de Baturité, área situada no interior do Estado do Ceará. O Maciço localiza-se a uma distância média de 100 km da capital Fortaleza, possui uma área total de 4.820 km² e compreende treze municípios, os quais fazem parte da região semiárida, sendo estes: Redenção, Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Mulungu, Itapiúna, Ocara, Palmácia, Pacoti e Guaramiranga. Juntos somam uma população de, aproximadamente, 240 mil habitantes, segundo dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE, 2015).

Quanto à distribuição da população entre as áreas rurais e urbanas, a maior incidência encontra-se na área rural, com 54,84%, enquanto na urbana concentra-se 45,16% da população total. O território enfrenta as inúmeras dificuldades atribuídas pelo clima, pela situação de exclusão e pobreza de grande parte de sua população e incipiência das políticas públicas, que não conseguem atender às necessidades e exigências que lhes são impostas.

3.2 Natureza e fonte dos dados

3.2.1 Estudo de caso

O Estudo de Caso pode ser entendido como a busca por dados e informações em uma determinada situação, na qual exista um evento específico tido como o caso a ser abordado, a fim de compreender, descrever e avaliá-lo minuciosamente, passando sua compreensão a outros interessados (CHIZZOTTI, 2011). No que se refere à abordagem, a pesquisa caracterizou-se como quantitativa. Segundo Gil (2010), as pesquisas quantitativas possibilitam uma interrogação direta aos indivíduos visando à compreensão de seu comportamento e permitem minimizar a heterogeneidade dos dados conferindo maior confiabilidade aos resultados devido ao estabelecimento de uma estrutura pré-definida.

Como instrumento de coleta de dados foi utilizado um questionário semiestruturado, composto por vinte e uma questões, sendo que as *proxies* analisadas neste

trabalho basearam-se nos estudos de Cardoso, Silva e Vicente (2019) e Potrich (2014). A partir destes construtos foram analisadas as seguintes dimensões: comportamento financeiro, conhecimento financeiro e atitude financeira, conforme proposto por Potrich (2014), além de aspectos como acerca da origem, do controle, do planejamento e da situação financeiras dos respondentes. A aplicação dos questionários se deu de forma *on-line*, por meio da plataforma *Google Forms*, pela rapidez e facilidade do manuseio. O veículo utilizado para envio dos questionários foi a rede social, WhatsApp, onde houve uma identificação e participação voluntária dos respondentes.

Dessarte, utilizou-se a clássica fórmula de amostragem aleatória simples para calcular o tamanho da amostra utilizada neste trabalho. A região estudada possui uma população rural, foco deste estudo, equivalente a um total de 118.306 habitantes, segundo dados do último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). Obtiveram-se respondentes de todos os municípios do território supracitado, porém, em decorrência do curto prazo para aplicação dos questionários e pela situação de pandemia enfrentada atualmente, utilizou-se um nível de significância de 90% e um erro amostral de 10%, obtendo um resultado amostral de 68. Assim, os questionários alcançaram um total de 70 respondentes, residentes da área rural do território do Maciço de Baturité.

O período de coleta de dados incorreu com eventuais dificuldades, mesmo sendo *on-line*, algumas pessoas apresentaram indisponibilidade, resultando em um período maior de aplicação de questionários. Outro aspecto foi o período curto de tempo para aplicação dos questionários e desenvolvimento da pesquisa.

3.3 Método de análise

Utiliza-se a análise tabular, com a elaboração de tabelas para a determinação de frequências absoluta e relativa das variáveis, e a análise descritiva para a caracterização dos residentes.

Objetivando efetuar o agrupamento das similaridades existentes entre os respondentes, utilizou-se a análise de agrupamento (*clustering*), obtida por meio do *software IBM SPSS Statistics 20*.

O cluster, porém, consiste em uma técnica quantitativa de análise de conglomerados, a fim de agrupar os dados de acordo com suas similaridades e distingui-los nas diferenças. Tal técnica objetiva encontrar e diferenciar objetos em grupos que sejam similares quanto as suas características. Uma das técnicas mais utilizada é a k-média (*k-means*), que objetiva desagregar um conjunto de objetos em subconjuntos menores, segundo suas variáveis. Tal

técnica segue a seguinte sequência: escolha dos K *clusters* aleatoriamente; cálculo do centroide para cada *cluster*; repetir; atribuir cada ponto ao centroide mais próximo e recalculando o centroide para cada *cluster* até a estabilidade (POTRICH, 2014). Assim, cada observação é alocada à semente com o centroide mais próximo (distância euclidiana):

$$dist(E_i, E_j) = \sqrt{\sum_{l=1}^M (x_{il} - x_{jl})^2}$$

O k-médias depende de um parâmetro (k = número de *clusters*) pré-estabelecido pelo usuário. Trata-se de um algoritmo dado pela seguinte equação:

$$d(P, X) = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n d(P_i, X)^2$$

Desta forma, esta técnica foi selecionada em virtude da maior facilidade de visualização dos dados, a partir das similaridades ou divergências que foram apresentadas pelas respondentes do território do Maciço de Baturité.

Tais procedimentos assumem a verificação do impacto das variáveis nos processos dimensionados, considerando uma variável impactada (y) e demais variáveis impactantes (x) dentro de cada dimensão analisada.

3.3.1 Dimensões e variáveis

A descrição das dimensões (POTRICH, 2014) e variáveis para análise financeira utilizadas são apresentadas a seguir (vide Quadro 3), que sintetizam as informações completas sobre a base de dados utilizada.

Quadro 3 – Descrição das dimensões e principais variáveis utilizadas

Dimensões	Variáveis
VARIÁVEIS SOCIOECONÔMICAS	Idade, sexo, grau de escolaridade, cidade onde reside, principal fonte de renda.
COMPORTAMENTO FINANCEIRO	<ul style="list-style-type: none">▪ Quem toma as decisões de gastos financeiros na sua casa;▪ Como avalia sua situação financeira atual;▪ Possui dívidas;▪ Meio de pagamento mais utilizado;▪ Para qual finalidade está dedicada a maior parte do seu orçamento;▪ Já solicitou algum empréstimo (s) formal (is);▪ Finalidade do empréstimo (s);▪ Dificuldades para acessar empréstimo (s) ou outros serviços financeiros;▪ Consegue pagar as suas dívidas normalmente;▪ Acredita que suas dificuldades financeiras estão ligadas a quais fatores.
CONHECIMENTO FINANCEIRO	<ul style="list-style-type: none">▪ Onde adquiriu a maior parte dos seus conhecimentos sobre gestão financeira;▪ Acesso a algum material ou curso sobre EF.
ATTITUDE FINANCEIRA	<ul style="list-style-type: none">▪ Opinião sobre educar-se financeiramente;▪ Interesse em poupança para fins emergenciais;▪ Conseguiu planejar-se durante a pandemia;▪ Opinião sobre aposentadoria.

Fonte: Dimensões de POTRICH, 2014; autores, 2022.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste tópico, analisam-se os dados coletados por meio dos questionários semiestruturados aplicados. Para isto, aborda-se aqui uma análise quantitativa com característica descritiva, pois foram utilizadas técnicas padronizadas, de modo que estas possibilitaram avaliar as características da população amostral de acordo com as dimensões analisadas: variáveis socioeconômicas, comportamento financeiro, conhecimento financeiro e atitude financeira, objetivando responder os objetivos propostos e responder o questionamento apresentado.

A seguir, apresenta-se a análise descritiva dos dados adquiridos por meio dos questionários respondidos por 70 (setenta) respondentes residentes na área rural do Território Maciço de Baturité. Em seguida, trata-se da análise de *clusters*, que abordará o impacto da variável socioeconômica selecionada nos fatores comportamentais relacionados a EF.

4.1 Análise descritiva dos residentes

Após apresentar a distribuição da amostra, é importante caracterizá-la por meio das variáveis relacionadas. Para realização desta análise, utilizou-se a estatística descritiva, considerando as frequências absoluta e relativa (descritiva qualitativa); e medidas de posição,

tendência central e dispersão (descritiva quantitativa). A seguir é apresentada a tabela 2, com a análise descritiva qualitativa das variáveis da amostra coletada:

Tabela 2 – Análise descritiva qualitativa das variáveis

DIMENSÕES	Variáveis	Freq. Absoluta	Freq. Relativa (%)	FR demais variáveis (%)
VARIÁVEIS SOCIOECONÔMICAS	Idade média = 30 anos	-	-	-
	Sexo	47 (Feminino)*	67,10%	32,90%
	Grau de escolaridade	38 (Graduação)*	54,30%	45,70%
	Cidade onde reside	30 (Redenção)*	42,80%	57,20%
	Princ. fonte de renda	29 (Prest. Serviços)*	42,80%	57,20%
COMPORTAMENTO FINANCEIRO	Resp. decisão sobre gastos	42 (Todos decidem)*	60%	40%
	Situação financeira atual	27 (Não consegue organizar-se financ.)*	38,60%	61,40%
	Possui dívidas	28 (Sim, pagar em pouco tempo)*	40%	60%
	Meio de pag. mais util.	39 (Dinheiro)*	55,70%	44,30%
	Finalidade maior parte do orçamento	38 (Cartão de crédito)*	54,30%	45,70%
	Solicitação empréstimo	34 (Não)*	48,60%	51,50%
	Finalidade empréstimo	20 (Compra de bens e insumos)*	28,60%	71,40%
	Dificuldade acesso emprést./ serviços financ.	60 (Não)*	85,70%	14,30%
	Pagamento dívidas	33 (Sim)*	47,10%	52,90%
	Motivação dificuldades financeiras	33 (Ganhar pouco)*	47,10%	52,90%
CONHECIMENTO FINANCEIRO	Como adquiriu conhecimento sobre gestão financeira	35 (Família)*	50%	50%
	Acesso material ou curso sobre EF	42 (Não)*	60%	40%
ATITUDE FINANCEIRA	Opinião sobre educar-se financeiramente	54 (Sim, importante p/ cumprir objetivos)*	77,10%	22,9%
	Poupança para fins emergenciais	35 (Sim)*	50%	50%
	Planej. Financ. pandemia	33 (Não, rendimentos insuficientes)*	47,10%	52,9%
	Opinião sobre aposentadoria	38 (Não me preocupei ainda)*	54,3%	49,70%

*Variáveis com maior percentagem.

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Ao analisar o perfil dos respondentes, percebe-se que a maioria pertence ao gênero feminino (67,10%), são residentes da cidade de Redenção e apresentam idade média de 30 (trinta) anos. No entanto, obteve-se uma variação de idades entre os indivíduos pesquisados que oscilaram entre 18 (dezoito) e 64 (sessenta e quatro) anos. No que tange a escolaridade, todos possuem algum grau de instrução, sendo que a maior frequência intitula-se com um nível de ensino superior de graduação (54,30%), seguido dos intitulados de Pós-Graduação (18,6%), Ensino Médio (20%) e, por fim, com Ensino Fundamental (7,1%). Conclui-se que a maioria dos respondentes possui formação de nível superior. Por fim, quanto a variável que identifica a principal fonte de renda, 42,80% dos respondentes afirmam trabalhar com prestação de serviços (maioria).

Tendo em vista a dimensão do comportamento financeiro dos respondentes, nota-se que a maioria afirma a participação conjunta na tomada de decisão sobre gastos (60%), seguido de 32,7% que afirmam decidir com algum parente, e apenas 7,1% tomam decisões financeiras sozinhos. Quanto a variável situação financeira atual, a maioria afirma enfrentar dificuldades por não conseguir organizar-se financeiramente (38,60%), seguido de 22,9% que afirmam conseguir gastar somente com o necessário; 21,4% afirmam ter apenas o suficiente para sobreviver; 12,9% consideram-se consumistas e não planejam gastos e; 4,3% relatam não planejar suas finanças por não saber como proceder. Tais resultados indicam o enfrentamento de dificuldades financeiras pela maioria dos respondentes, denotando a falta de conhecimento sobre planejamento financeiro.

Em relação a variável possuir dívidas, prevalece a afirmação que possui, sendo estas de curto prazo (40%). Quanto ao meio de pagamento mais utilizado, a maioria utiliza o dinheiro (55,70%), seguido do cartão de crédito (30%), sendo esta a principal finalidade do orçamento dos respondentes (54,30%). Segundo Serasa (2021), a principal causa do endividamento dos brasileiros está ligada ao uso de cartão de crédito. Considerando as variáveis referentes ao empréstimo formal, 48,60% nunca solicitaram nenhum tipo de empréstimo formal (1ª var.); o maior percentual foi para a compra de bens e insumos (28,60% - 2ª var.) e; 85,60% relataram não ter dificuldades de acesso a empréstimos (85,70% - 3ª var.). Constatou-se ainda que, em relação a variável pagamento de dívidas, 47,10% afirmaram não possuir dificuldades para pagar, seguidos de 42,9% que afirmaram enfrentar dificuldades de pagar suas dívidas. Constatou-se a baixa diferença entre estas subvariáveis, indicando um número ainda evidente de respondentes que enfrentam dificuldades para quitar suas dívidas. Por fim, quanto a variável motivação das dificuldades financeiras, a principal razão apontada foi de possuir poucos ganhos ou renda insuficiente para arcar com as despesas.

Em relação aos resultados apresentados sobre a dimensão conhecimento financeiro, 50% afirmaram ter adquirido esse conhecimento com a família, enquanto 60% relataram que nunca tiveram acesso a nenhum material ou curso sobre EF. Tais resultados constataam a deficiência de conhecimento sobre educação financeira no território analisado, considerando que predominam os respondentes que nunca tiveram acesso externo a qualquer tipo de conhecimento relacionado ao tema em discussão, mas somente com a família (a mediação deste processo pode estar interligada ao fato dos respondentes possuírem dificuldades financeiras, considerando, também, que a família possui falta de conhecimento sobre EF).

Por fim, no que diz respeito a dimensão atitude financeira, 77,10% dos respondentes reconhecem a importância de educar-se financeiramente, enquanto 22,9% relatam que gostaria de aprender como gerir suas finanças, pois ainda não sabem. Quanto a variável poupança para fins emergenciais, 50% afirmam poupar e 41,4% relatam poupar, mas de forma descontinuada. Em relação a variável planejamento financeiro durante a pandemia, evidencia-se a constatação dos que afirmam não terem conseguido planejar ou poupar, em virtude de possuírem baixos rendimentos financeiros; seguido de 34,3% que conseguiram planejar e; 18,6% daqueles que, além de não terem conseguido planejar-se, também sentiram-se obrigados a usar suas reservas emergenciais. Finalmente, em relação a variável opinião sobre aposentadoria, prevalece os que afirmam não se preocupar com isso ainda (54,3%), indicando a falta de conhecimento sobre a importância de planejar-se financeiramente, tanto em curto quanto em longo prazo.

Em seguida, apresentam-se as variáveis e suas abreviações, assim como a análise quantitativa das variáveis analisadas, respectivamente (vide quadro 4 e tabela 3).

Quadro 4 - Abreviações das variáveis analisadas

VARIÁVEIS	SIGLAS	VARIÁVEIS	SIGLAS
Idade	ID	Dificuldade Acesso Empréstimo	DAE
Sexo	SX	Pagamento Dívidas	PgD
Grau de Escolaridade	GE	Motivação Dificuldades Financeiras	MDF
Cidade onde reside	CID	Conhecimento sobre EF	CEF
Principal Fonte de Renda	PFR	Acesso Material/ curso EF	AMEF
Responsável Decisão Gastos	RDG	Opinião Educar-se Financeiramente	OEF
Situação Financeira Atual	SFA	Interesse Poupança	IP
Possui dívidas	PD	Planejamento fin. durante Pandemia	PP
Meio de Pagamento mais utilizado	MPg	Opinião sobre Aposentadoria	OA
Finalidade maior parte Orçamento	FO	-	-
Solicitação Empréstimo	SO	-	-
Finalidade Empréstimo	FE	-	-

Fonte: Autores, 2022.

Tabela 3 – Análise quantitativa das variáveis

Var.	N	Méd.	M _d	Moda	DP	Variância	Mín.	Máx.	Curt.	Assim.	EP
ID	70	30,35	28	28	9,90	98,11	18	64	2,10	1,37	1,18
SX	70	0,32	0	0	0,47	0,22	0	1	-1,48	0,74	0,05
GE	70	1,84	2	2	0,81	0,65	0	3	0,099	-0,54	0,096
CID	70	2,68	1	0	3,17	10,07	0	12	0,31	1,04	0,37
PFR	70	2,95	2	2	2,44	5,95	0	9	0,08	1,17	0,29
RDG	70	3,08	4	4	1,61	2,60	0	6	-0,66	-0,84	0,19
SFA	70	1,51	1	0	1,58	2,51	0	4	-1,21	0,60	0,18
PD	70	1,77	2	2	1,07	1,16	0	3	-0,96	-0,52	0,12
MPg	70	0,6	0	0	0,74	0,56	0	2	-0,74	0,81	0,08
FO	70	2,64	2	2	1,59	2,55	0	7	1,69	1,24	0,19
SO	70	1,7	0,5	0	2,00	4,03	0	5	-1,07	0,72	0,24
FE	70	2,22	2	4	1,84	3,39	0	6	-1,53	-0,07	0,22
DAE	70	0,85	1	1	0,35	0,12	0	1	2,42	-2,08	0,042
PD	70	0,62	1	0	0,66	1,16	0	2	-0,64	0,58	0,07
MDF	70	1,11	1	0	1,24	1,55	0	3	-1,36	0,56	0,14
CEF	70	1,65	0,5	0	1,85	3,44	0	5	-1,60	0,43	0,22
AMEF	70	0,6	1	1	0,49	0,24	0	1	-1,88	-0,41	0,058
OEF	70	0,22	0	0	0,42	0,17	0	1	-0,26	1,32	0,05
IP	70	0,58	0,5	0	0,64	0,42	0	2	-0,53	0,65	0,07
PP	70	0,71	1	0	0,76	0,58	0	2	-1,08	0,54	0,091
OA	70	0,97	0	0	1,22	1,50	0	3	-1,08	0,78	0,14

Fonte: Autores, 2022.

Destaca-se que o questionário apresenta 21 (vinte e uma) questões e, portanto, após a análise, 21 (vinte e uma) variáveis foram validadas e analisadas. Ressalta-se que, em relação ao perfil dos respondentes, estes possuem idade média de 30 (trinta) anos, sendo a menor idade 18 (dezoito) anos e a maior igual a 64 (sessenta e quatro) anos. As demais variáveis analisadas apresentam resultados significativamente homogêneos, considerando a codificação quantitativa necessária à análise, com exceção da variável idade.

4.2 Análise do Impacto das Variáveis Socioeconômicas sobre a Educação Financeira

Para melhor entendimento do impacto da variável socioeconômica selecionada sobre os fatores comportamentais de EF, utilizou-se o teste t para amostras independentes (variáveis de até dois grupos).

Para análise dos grupos foi considerada a variável socioeconômica, sexo (optou-se por trabalhar com esta variável como representativa da categoria socioeconômica, pois esta apresenta resultados significativos para este estudo). A formação dos agrupamentos se deu considerando as similaridades existentes e os impactos entre a variável socioeconômica selecionada e os construtos que representam as dimensões, que compõem a Educação Financeira, analisadas neste trabalho.

Tabela 4 – Agrupamentos – variável socioeconômica em relação ao comportamento financeiro, conhecimento financeiro e atitude financeira

Variável socioeconômica	Agrupamentos	Variáveis	Teste paramétrico	
			Valor t	Sig.
SEXO	Comportamento financeiro/ sexo	RDG	0,941	0,350
		SFA	-2,52	0,014*
		PD	-1,00	0,319
		MPg	-0,744	0,459
		FO	-0,350	0,727
		SO	0,390	0,698
		FE	-2,389	0,020*
		DAE	-0,927	0,357
		PgD	0,556	0,580
	MDF	-1,520	0,133	
	Conhecimento financeiro/ sexo	CEF	-1,506	0,137
		AMEF	-1,02	0,919
		OEF	0,754	0,453
	Atitude financeira/ sexo	IP	0,575	0,567
		PP	-1,537	0,129
OA		1,977	0,052	

Significância Estatística: *P < 0,05; **P < 0,01; ***P < 0,001

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Nota-se que, entre as dezesseis variáveis, destacaram-se duas variáveis pertencentes ao construto comportamento financeiro, que apresentaram diferença significativa (parâmetro de 5%) em relação a variável socioeconômica (sexo). De acordo com os resultados apresentados, pode-se destacar que houve uma diferença **significativa** na relação entre a variável situação financeira atual e a variável sexo (valor-p = 0,014, que corresponde a $P < 0,05$). Por sua vez, a variável finalidade do empréstimo, quando relacionada com a variável sexo, também apresentou diferença **significativa** (valor-p = 0,020, que corresponde a $P < 0,05$). Os demais resultados apresentam significância acima de 5%, portanto, não sendo possível concluir a existência de diferenças significativas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aprendizagem sobre EF desempenha papel central na formação do comportamento e atitudes financeiras dos indivíduos, sendo este, fator fundamental para o desenvolvimento do meio em que se vive. Assim, o presente trabalho busca avançar neste tema, tendo como objetivo analisar o comportamento financeiro de indivíduos que vivem no meio rural, por meio da averiguação dos impactos que as variáveis socioeconômicas têm sobre a educação financeira no território rural do Maciço de Baturité.

Este trabalho permite concluir que os efeitos do sucesso da EF dependem do comportamento financeiro adotado. Em uma análise preliminar, constata-se que prevalecem os respondentes que possuem formação em ensino superior, porém, eles afirmam que nunca tiveram acesso a qualquer material ou curso sobre finanças e não apresentam interesse em planejar-se em curto e longo prazo, mesmo reconhecendo a relevância de educar-se financeiramente. Tal análise denota o baixo nível de EF no meio rural analisado e a importância da orientação financeira como parte da trajetória de vida do indivíduo.

Tais conclusões ratificam a urgente necessidade de serem implementadas ações efetivas para minimização do analfabetismo financeiro no meio rural analisado. Por meio das variáveis analisadas, entende-se que educar financeiramente a sociedade como um todo, não é uma tarefa fácil, principalmente, no âmbito rural. Porém, como proposto, este estudo mostra a relevância de se analisar a orientação financeira não somente interligada às finanças pessoais, mas também com o meio em que o indivíduo está inserido, reconhecendo, neste caso, que a consciência financeira do cidadão rural está fortemente relacionada com os impactos socioeconômicos positivos do meio que habita.

Sendo assim, a principal contribuição para estudos futuros diz respeito a entender as reais atitudes e comportamentos dos indivíduos que compõem o meio rural. Este trabalho

serve de base para novos estudos, com olhar mais aprofundado, incluindo maior amostra, com novos públicos-alvo para devidas comparações como forma de evidenciar o uso do conhecimento financeiro e, assim, elencar o nível de EF.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Educação financeira chega ao ensino infantil e fundamental em 2020**. ENEF, 2019. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/educacao-financeira-chega-ao-ensino-infantil-e-fundamental-em-2020/?doing_wp_cron=1646083361.8520970344543457031250>. Acesso em: 25 fev. 2022.

ARAÚJO, F. A. L.; SOUZA, M. A. P. Educação financeira para um Brasil sustentável: evidências da necessidade de atuação do Banco Central do Brasil em educação financeira para o cumprimento de sua missão. **Trabalhos para discussão**. n. 280. p. 1-52. Brasília, jun. 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Caderno de educação financeira – gestão de finanças pessoais** (Conteúdo básico). Brasília: BCB, 2013. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/Cuidando_do_seu_dinheiro_Gestao_de_Financas_Pessoais/caderno_cidadania_financeira.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Educação financeira na agenda da responsabilidade social empresarial**. Boletim Responsabilidade Social e ambiental do Sistema financeiro. Ano 4. n. 39. Brasília: BCB, fev. 2009. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pre/boletimrsa/BOLRSA200902.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2022.

BRASIL. **DECRETO Nº 10.393, DE 9 DE JUNHO DE 2020**. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, 2020.

BRUHN, M. L. *et al.* **The impact of high school financial education, experimental evidence from Brazil**. The World Bank Development Research Group & Latin America and Caribbean Region. 2013.

BARROS, L. **Educação financeira para produtores**. 2010. Disponível em: <<http://ruralcentro.uol.com.br/noticias/educacao-financeira-para-produtores-18575>>. Acesso em: 28 fev. 2022.

CAMPOS, A B. **Investigando como a educação financeira crítica pode contribuir para a tomada de decisões de consumo de jovens – indivíduos - consumidores (JIC’S)**. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Matemática). Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Exatas (UFJF). Juiz de Fora, 2013. Disponível em: <<https://www2.ufjf.br/mestradoedumat/files/2011/05/Disserta%c3%a7%c3%a3o-Andre-Campos.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2022.

CARDOSO, D. A.; SILVA, D. R.; VICENTE, V.; **O comportamento e a atitude financeira em famílias de baixa renda**. 2018. 25 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/26980?mode=full>>. Acessado em: 14 fev. 2022.

CARVAS, P. S. **A Educação financeira como política de desenvolvimento financeiro e econômico no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Engenharia de Produção, da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2018. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/10735/A%20EDUCACAO%20FINANCEIRA%20COMO%20POLITICA%20DE%20DESENVOLVIMENTO%20Philip%20Santos%20Carvas.pdf?sequence=1>>. Acessado em: 13 fev. 2022.

CHIARELLO, A. P. R. *et al.* **Educação financeira para o jovem do campo: novas perspectivas de ensinar e de aprender**. V Jornada Nacional de Educação Matemática e XVIII Jornada Regional de Educação Matemática. Passo Fundo, mai. 2014. Disponível em: <<https://silo.tips/download/educacao-financeira-para-o-jovem-do-campo-novas-perspectivas-de-ensinar-e-de-apre>>. Acessado em: 13 fev. 2022.

GREENSPAN, A. Financial literacy: a tool for economic progress. v. 36. n. 4. p. 37-41, July/Aug. 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. ed. 5. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KAISER, T.; MENKHOFF, L. **Does financial education impact financial literacy and financial behavior, and if so, when?** German Institute for Economic Research, 2017. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2753510>. Acesso em: 28 fev. 2022.

NESI, H. N. **Educação financeira para jovens do campo**. Monografia (Licenciatura em informática) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Francisco Beltrão, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/25054/1/educacaoofinanceirajovens.pdf>>. Acessado em: 13 fev. 2022.

OLIVEIRA, M. V. S. S. A Corrente do bem da educação financeira: o cidadão está aprendendo o que o Banco Central está ensinando? **Anais**. XXXVI Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, set. 2012. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/abrir_pdf.php?e=MTQ3MjU=>. Acesso em 25 fev. 2022.

PEREIRA, C. N.; CASTRO, C. N. Educação no Meio Rural: Diferenciais entre o Rural e o Urbano. **TEXTO PARA DISCUSSÃO**. Brasília: Ipea, mar. 2021. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10501/1/td_2632.pdf>. Acessado em: 14 fev. 2022.

PONTARA, A. Educação Financeira como proposta fundamental para a melhoria do desenvolvimento da Agricultura Familiar Brasileira. **Anais Sintagro**, Ourinhos, v. 11. n. 1. p. 189-197. out. 2019.

POTRICH, A. C. G. **Alfabetização financeira**: integrando conhecimento, atitude e comportamento financeiros. Dissertação (Mestrado em administração) – Programa de Pós-Graduação em administração, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS). Santa Maria, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/4672/POTRICH%2C%20ANI%20CAROLINE%20GRIGION.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 1 mar. 2022.

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. A. **Paradigmas da educação financeira no Brasil**. Rio de Janeiro: RAP, nov./ dez., 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rap/a/XhqxBt4Cr9FLctVvzh8gLPb/?format=pdf&lang=pt>>. Acessado em: 20 fev. 2022.

SERASA. **Mapa da inadimplência e renegociação de dívidas no Brasil//2021**. 2021. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/assets/cms/2022/MKTECS-654-Mapa-da-Inadimplencia-Dezembro-2-1.pdf>. Acesso em 1 mar. 2022.

SILVA, S. B.; AQUINO, S. A.; SILVA, C. R. S. Educação financeira para agricultores familiares: um estudo de caso em estruturação de negócios. **Anais**. XVI Congresso Internacional de Tecnologia na Educação. Pernambuco, set. 2018.

OCDE. **Recommendation on principles and good practices for financial education and awareness. Recommendation of the council**. Jul. 2005. Disponível em: <<https://www.oecd.org/finance/financial-education/35108560.pdf>>. Acessado em: 14 fev. 2022.

TWUMASI, M. A. *et al.* Does financial literacy inevitably lead to access to finance services? Evidence from rural Ghana. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 52:3, 2021. ISSN 1678-4596. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cr/a/xjCMTKtKrV7tQsz8bXgGMrt/>>. Acessado em: 13 fev. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Biblioteca Universitária. **Guia de normalização de artigo em publicação periódica da Universidade Federal do Ceará**. Fortaleza, 2021. 37p.

SOBRE AS ORGANIZADORAS



ANTONIA LEUDIANE MARIANO IPOLITO

Técnica em Agricultura pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) - 2014, onde foi bolsista pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC Júnior/IFCE). Economista pela Universidade Federal do Ceará (UFC) - 2020, onde atuou como bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/UFC), além dos projetos de pesquisas, participou em projetos de ensino e extensão. Foi estagiária do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE-CE). É especialista em Gestão Financeira e Controladoria pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI) - 2021. Atualmente é mestranda em Economia Rural pelo Programa de Pós-Graduação em Economia Rural - (PPGER/UFC) e bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Possui conhecimento na área administrativa agronômica com ênfase em economia. No momento, atua em pesquisas voltadas para políticas públicas, desenvolvimento humano, gestão administrativa, diferenças de renda e semiárido.

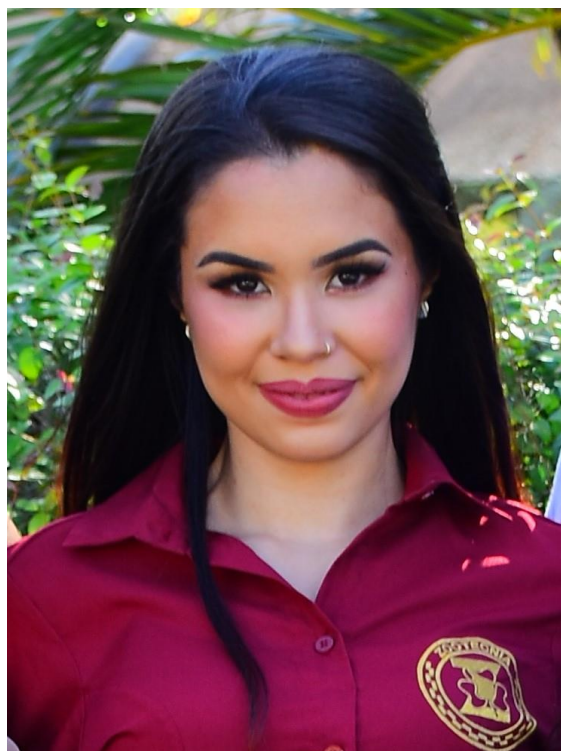
CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8132763986254099>



FRANCISDALVA ROSA DE JESUS

Professora (DE) – IFPI (Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Piauí), Mestranda do Programa de Pós-Graduação em de Economia Rural - UFC (Universidade Federal do Ceará), Licenciada em Matemática - UESPI (Universidade Estadual do Piauí) - 2002, Especialista em Metodologia do Ensino Superior - FAR (Faculdade Adelman Rosado) - 2009, Bacharel em Administração - UFPI/UAPI (Universidade Federal do Piauí) - 2012, MBA-Administração de Empresas UNINTER -2012. Foi professora efetiva na rede municipal de ensino de Uruçuí-PI (2002-2016), docente do quadro provisório - UESPI (Universidade Estadual do Piauí), no curso de Agronomia e Administração de (2008-2010 e 2013-2016), respectivamente; Professora - PARFOR (Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica); Coordenadora do Eixo Gestão e Negócios do IFPI-Campus Uruçuí (2018 - 2021). Realizou projetos de pesquisa (PIBIC JR.) na área ambiental e empreendedorismo. Participante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Avaliação Educacional e Formação Docente (GREPAEFDOC/IFPI). Tutora do curso Bacharelado em Administração -UFPI/CEAD (Universidade Aberta do Piauí) -09/2020 a 10/2021. Tem experiência na área de Administração, estuda e pesquisa sobre Economia e Sustentabilidade.

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0161172999465358>



ISADORA GOMES RIBEIRO

Zootecnista pela Universidade Federal do Ceará (UFC) - 2020. Foi bolsista de Iniciação Científica na Universidade Federal do Ceará (PIBIC/UFC) pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com os projetos de pesquisa: Impacto do Programa Bolsa Família Sobre a Procura por Trabalho no Meio Rural Nordestino (2017/2018); Impacto de Políticas de Crédito Rural Sobre a Produção Agropecuária Brasileira (2018/2019); Avaliação de Impacto do Crédito Rural Sobre a Produção de Soja na Região do MATOPIBA (2019/2020). Atualmente é Mestranda em Economia Rural pelo Programa de Pós-Graduação em Economia Rural (PPGR/UFC) e Pós-Graduanda em Gestão e Tecnologia da Produção pelo Instituto Federal de Tocantins (IFTO). Possui conhecimento na área de Projetos Agropecuários, Economia Rural e Produção de Leite, com ênfase em Crédito Rural e Avaliação de Políticas Públicas.

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1287293867695791>



MARIA VANESSA SILVA DOS REIS

Formada em Administração Pública pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) - 2016. Formada em Gestão da Tecnologia da Informação pela Universidade Paulista (UNIP) - 2022. Especialista em Gestão Pública Municipal pela UNILAB - 2018. Foi bolsista por meio do Edital Nº 2 - PROEXT 2013, apoiado pelo MEC/ SESu: Programa de Extensão "Por uma vida melhor: Educação Financeira sem Fronteiras", desenvolvido nos municípios de Aracoiaba, Acarape, Barreira e Redenção, no interior do Ceará. Foi bolsista pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por meio do projeto de Nº 462857/ 2014-0, da implantação da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária (INTESOL) e; do Projeto de Nº 462857/2014-0, da implantação do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET), através da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária (INTESOL) da UNILAB. Atualmente é mestranda em Economia Rural pelo Programa de Pós-Graduação em Economia Rural, da Universidade Federal do Ceará (UFC), e bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Possui conhecimento nas seguintes áreas de atuação: Desenvolvimento Territorial; Políticas Públicas; Gestão Pública; Educação financeira e Meio Rural; Elaboração e Avaliação de Projetos Rurais.

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5399106289189439>

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agronegócio, 6, 12

C

Compostos, 6, 25, 44, 55, 78

D

Desenvolvimento, 3, 44, 46, 47, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 64, 65, 78, 83, 103, 105, 106

Desenvolvimento Socioeconômico, 55

Disparidade Salarial, 3, 25, 42

E

Economia, 2, 3, 6, 23, 25, 41, 42, 43, 44, 53, 54, 55, 76, 78, 103, 104, 105, 106

Educação Financeira, 3, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 98, 100, 102, 106

Empreendedorismo feminino, 55, 58

G

Gastos Públicos, 44, 47, 48

Gênero, 25, 42

Gestão de Investimentos Públicos, 44

I

Índice de Desenvolvimento Humano

Municipal, 3, 44, 46, 47, 50, 51, 52

L

Log-linear, 25

M

Microcrédito, 3, 55, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 75, 76

P

Pandemia, 6, 8, 21, 23, 68, 70, 71, 97



EDITORA

INVIVO

JUNTOS SOMOS +

WWW.EDITORAINVIVO.COM